

PUCRS

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
DOUTORADO EM FILOSOFIA

JOSÉ EDUARDO PIRES CAMPOS JÚNIOR

A METODOLOGIA FILOSÓFICA APRIORISTA E SEUS CRÍTICOS

Porto Alegre
2020

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

JOSÉ EDUARDO PIRES CAMPOS JÚNIOR

A METODOLOGIA FILOSÓFICA APRIORISTA E SEUS CRÍTICOS

Tese apresentada como requisito para a obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação do Curso de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Gonçalves de Almeida

Porto Alegre

2020

Ficha Catalográfica

C198m Campos Júnior, José Eduardo Pires

A metodologia filosófica apriorista e seus críticos / José
Eduardo Pires Campos Júnior . – 2020.

108.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia,
PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Gonçalves de Almeida.

1. Intuição Filosófica. 2. Metodologia Filosófica. 3. Apriorismo
Filosófico. 4. Epistemologia Analítica. 5. Análise Conceitual. I.
Almeida, Cláudio Gonçalves de. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

JOSÉ EDUARDO PIRES CAMPOS JÚNIOR

A METODOLOGIA FILOSÓFICA APRIORISTA E SEUS CRÍTICOS

Tese apresentada como requisito para a obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação do Curso de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Cláudio Gonçalves de Almeida - PUCRS

Profa. Dra. Kátia Etcheverry – PUCRS (Pós-doutorado)

Prof. Dr. Alexandre Meyer Luz - UFSC

Prof. Dr. Emerson Valcarenghi - UFPI

Porto Alegre

2020

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Cláudio Gonçalves de Almeida, por ter criado um ambiente de reflexão filosófica instigante e vívido, responsável pela formação de filósofos competentes, e por ter depositado esperança no futuro incerto dessa tese e seu autor.

À minha esposa Cristian, por ter e continuar me incentivando em todos os momentos.

À CAPES pela taxa escolar que me propiciou ajuda na realização desse trabalho.

Aos professores, colegas e funcionários do PPG em Filosofia, com especial agradecimento ao Colegiado de Pesquisa, e a Lisiane Ramos, pelo seu incentivo e orientação em momentos difíceis.

A Deus, sempre presente.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001

We can believe what we choose. We are answerable for what we choose to believe.

John Henry Newman
Letter to William Froude

RESUMO

Este trabalho trata do papel das intuições, em especial, as intuições intelectuais, cuja característica desejada é de serem *a priori*, como fonte de justificação de crenças. Dentro da tradição da filosofia de análise conceitual, as intuições são vistas como elemento importante de evidência que suporta as crenças que delas derivam, mesmo que sejam vistas como falíveis. Esta ideia faz paralelo com a de que as percepções sensoriais são fontes de crenças sobre o mundo externo. O objetivo do trabalho é defender uma visão mínima de que intuições intelectuais a priori mantém seu status de fonte confiável de justificação para crenças, frente às críticas apresentadas pelos naturalistas, pelos defensores de que não há papel relevante para as intuições na filosofia, pelos que afirmam que as intuições não são parte do fazer filosófico e pelos que afirmam a falta de confiabilidade das intuições frente aos resultados de pesquisas levadas a cabo pela filosofia experimental. Essa defesa mínima é a da percepção de George Bealer acerca das intuições, que é acoplada à defesa de aparências (*seemings*) dentro do conservadorismo fenomênico defendido por Michael Huemer.

Palavras-chave: Intuição. Intuição intelectual. Crenças. *A priori*. Fonte de justificação de crenças. Conservadorismo fenomênico.

ABSTRACT

This work deals with the role of intuitions, specially, intellectual intuitions, whose desired characteristic is to be *a priori*, as a source of justification of beliefs. Within the tradition of the conceptual analysis philosophy, intuitions are seen as an important element of evidence that supports the beliefs that derive from them, even though they are seen as fallible. This idea parallels with sensory perceptions as sources of beliefs about the external world. This paper's aim is to defend a minimum view that *a priori* intellectual intuitions maintain their status as a reliable source of justification for beliefs. This happens in the face of criticisms made by naturalists, by defenders of no relevant role for intuitions in philosophy, by those who claim intuitions are not part of the philosophical practice and by those who affirm the lack of reliability of intuitions due to research results carried out by experimental philosophy. This minimal defense is that proposed by George Bealer's understanding of intuitions, which is coupled with the defense of seemings within the phenomenal conservatism advocated by Michael Huemer.

Keywords: Intuition. Intellectual intuition. Beliefs. *A priori*. Source of belief justification. Phenomenal Conservatism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
Capítulo 1 – A AMEAÇA À METODOLOGIA DA FILOSOFIA	14
1.1 O peso do desacordo	14
1.2 Colocar condições às intuições	16
1.3 A crítica experimental às intuições	22
1.4 O que as críticas atingem?	27
Capítulo 2 – A NATURALIZAÇÃO DA EPISTEMOLOGIA	35
2.1 Uma caracterização do naturalismo epistemológico.....	35
2.2 Problemas para o projeto naturalista.....	37
2.3 Intuições e filosofia.....	41
2.4 Tipos naturais.....	43
2.5 Uma defesa naturalista das intuições.....	47
Capítulo 3 - A FILOSOFIA EXPERIMENTAL E AS INTUIÇÕES	52
3.1 Histórico contemporâneo do problema.....	52
3.2 As críticas experimentais à intuição	54
3.3 Sorensen e sua crítica à x -phi.....	59
Capítulo 4 – WILLIAMSON, CAPPELEN E O PAPEL DAS INTUIÇÕES NA FILOSOFIA .	63
4.1 Williamson: sobre as intuições.....	63
4.2 Cappelen: sobre as intuições.....	68
4.2.1 O argumento da conversa sobre as intuições	69
4.2.2 O argumento da prática filosófica	73
Capítulo 5 - BEALER, HUEMER E A DEFESA DAS INTUIÇÕES.....	77
5.1 A defesa de Bealer do <i>a priori</i> e das intuições	77
5.2 Intuição como evidência.....	79
5.3 Huemer e as intuições.....	89
CONCLUSÃO	95
REFERÊNCIAS	99
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR.....	105

INTRODUÇÃO

A conversa sobre os usos das intuições na filosofia tem uma história longa, na qual o termo adquiriu sentidos variados. Na filosofia analítica contemporânea ela tem sido vista como parte central do que seria a metodologia principal do trabalho do filósofo: a análise conceitual. Nesse sentido, sua história remonta a Platão, que trabalhava casos e contraexemplos que instigariam as intuições sobre algo a ser discutido. Os diálogos platônicos estão cheios desses exemplos e o *Teeteto*, particularmente, mostra como esse método é trabalhado para se aproximar da definição clássica de conhecimento: crença verdadeira justificada.

Ao apresentar seus casos, Gettier (1963) teria colocado essa definição por terra, já que o sujeito nas situações descritas parecia não ter conhecimento, mesmo com todas as condições preenchidas. Na opinião de muitos, os casos de estilo Gettier acionam nossas intuições epistemológicas. Este é um exemplo de como a análise conceitual se vale das intuições para aprimorar e, no caso, derrubar uma definição ou conceito filosófico. As tentativas de resposta aos casos de Gettier foi variada, mas em sua maioria continuaram se fiando em exemplos que ativariam nossas intuições.

Nos últimos 30 anos, o papel da intuição como fonte confiável de conhecimento tem sido alvo constante de críticas. Os críticos apontam que a centralidade das intuições na filosofia está errada: elas não são confiáveis, ou elas não existem, ou elas podem ser reduzidas a mecanismos fisiológicos.

Os epistemólogos naturalistas procuram reduzir as intuições a mecanismos fisiológicos e psicológicos derivados de nossa história evolutiva, como é o caso de Hilary Kornblith (1993; 2002), que afirma que a epistemologia deve dar lugar, na sequência de suas elucubrações, às ciências naturais, em especial, à biologia. Nem todos os naturalistas querem acabar com o papel das intuições na filosofia, mas de alguma forma procuram mostrar que elas são fenômenos biológicos e podem até ser relativamente confiáveis, já que os mecanismos psicológicos que as fazem surgir são universais e, por isso, de alguma forma se desenvolveram para nos dar acesso ao mundo.

Dentro da mais nova área de estudo e pesquisa da filosofia (afirmação esta que muitos filósofos contestam e taxam como uma aposta que está fora da filosofia), a filosofia experimental (x-phi) surgiu e teve como primeiro alvo da sua proposta metodológica de como a filosofia deve ser feita, justamente as intuições. Para esses filósofos, as intuições não são confiáveis porque se modificam conforme diferenças sociais, de gênero, de competência e de contexto. No início, a partir da aplicação de questionários para diferentes grupos identificarem suas intuições sobre casos Gettier, os filósofos experimentais procuraram mostrar que as intuições derivadas dos casos se modificam conforme os grupos sejam de ocidentais e de asiáticos. Diversas outras pesquisas foram realizadas para mostrar os outros tipos de variações.

Já dentro da tradição analítica mais afeita à análise, a crítica também acontece e constantemente é de que as intuições não têm nada de especial ou de que é falso que a filosofia utilize intuições.

Não é por nada que Ernest Sosa (2013) chama atenção para o fato de que essas críticas não ameaçam apenas as intuições, mas a própria filosofia, no sentido de que tentam derrubar uma das principais fontes da análise conceitual. A consequência é a de que, uma vez aceitas as críticas, o método de análise conceitual a partir de casos automaticamente é substituído por outra metodologia, sobre as quais diversos filósofos têm dúvidas de que são próprias da filosofia.

Um dos primeiros a fazer uma defesa sistemática da filosofia como análise conceitual foi George Bealer (1992; 1996; 1998; 1998a; 1998b; 1999), na esteira de suas críticas do empirismo. Bealer procura definir o que é e o que não é intuição, suas características e porque elas são *a priori*. Bealer utiliza a noção de aparências (*seemings*), para a defesa de sua posição, mas não apresenta uma caracterização do que elas são. Os críticos poderiam questionar, e questionam, a falta de correta identificação de algo primordial para a noção de intuição e de conhecimento *a priori* que Bealer tenta defender.

Na tentativa de responder a essas críticas, as ideias e argumentos desenvolvidos por Michael Huemer (2007; 2013) na defesa de seu conservadorismo fenomênico acabam por ajudar na explicação das aparências, utilizadas por Bealer na defesa de sua posição em favor das intuições *a priori*. Esse é o objetivo modesto deste

estudo: indicar que uma posição tradicional de análise conceitual *a priori* – a de Bealer – consegue se manter, com a ajuda de características de uma teoria do conservadorismo epistêmico, a de Huemer.

Para situar a questão acerca confiabilidade das intuições, as críticas a elas apresentadas por várias abordagens filosóficas, a consequente mudança de metodologia que se indica a partir das críticas e a possibilidade de uma resposta que mantenha a intuição como fonte confiável da metodologia filosófica, os capítulos deste trabalho se dispõem de forma a tentar construir um argumento em favor da conclusão de que as intuições são uma fonte confiável de crença para a epistemologia.

No capítulo 1, procuro apresentar o risco metodológico que a crítica às intuições representa para a filosofia. Isto é feito pela apresentação dessa percepção por parte de Ernest Sosa em resposta às críticas de Jonathan Weinberg. Essa apresentação ocorre dentro do contexto da epistemologia do desacordo, pois minha intenção é indicar que dentro dessa área – que é uma das mais recentes da epistemologia contemporânea – temos a defesa da intuição como ponto central da tentativa de resolução da questão do desacordo entre especialistas por um dos principais epistemólogos atuais, Sosa. Além disso, Sosa demonstra claramente que o ataque às intuições é um ataque à filosofia, o que torna a questão também uma iniciativa metodológica de modificar, mesclar ou eliminar a filosofia em seus aspectos definidores. A apresentação do debate sobre o desacordo visa também responder previamente a uma das mais comuns críticas ao uso de intuições em filosofia feita pela nova filosofia experimental – a *x-phi* – pois o desacordo entre especialistas não implicaria no abandono das intuições pelos filósofos. O texto do capítulo foi previamente apresentado em artigo/capítulo do livro *O que NÓS conhecemos?* (MÜELLER, 2015).

No capítulo 2, procuro apresentar uma das principais críticas naturalistas às intuições, dentro do projeto de naturalização da epistemologia já aventado por Willard Quine (1975a) e desenvolvido pela proposta de Kornblith de embarcar a noção de conhecimento na de tipos naturais e por consequência, inserir a epistemologia e as intuições como área de pesquisa da etologia evolucionista. Outra intenção do capítulo é também apresentar o que seria outra tentativa de fazer as intuições naturalizadas

na percepção de Joseph Shieber (2012), que argumenta serem elas apenas um mecanismo de resposta cognitiva e cerebral na maior parte das vezes confiável.

No capítulo 3, apresento um apanhado geral das críticas feitas às intuições derivadas das pesquisas em filosofia experimental. Há uma apresentação geral das críticas em função das supostas diferenças entre intuições derivadas da posição social, da natureza cultural, do nível de conhecimento e do embate entre especialistas que as pesquisas com aplicação de questionários feitas pelos filósofos experimentais trazem às intuições. Essas pesquisas são apresentadas conjuntamente com as respostas contrárias aos seus resultados. Por fim, apresento a crítica feita à filosofia experimental por Roy Sorensen (2014). Parte desse capítulo foi previamente apresentada no XVII Encontro Nacional da ANPOF em 2016 e publicado no volume *Filosofia da linguagem e da lógica*, do mesmo encontro.

No capítulo 4, a intenção é apresentar mais um conjunto de críticas às intuições, agora desenvolvidas de dentro da filosofia ‘tradicional’ da análise conceitual. Nesse capítulo apresento os argumentos desenvolvidos por Timothy Williamson e Herman Cappelen, que acabam por advogar um novo entendimento sobre o método filosófico ao negarem a importância das intuições ou mesmo de que elas sejam utilizadas pela filosofia.

Já no capítulo 5, procuro apresentar a defesa que George Bealer desenvolve das intuições a partir das ideias de aparências e posse determinada de conceitos, uma defesa modal da posse conceitual. Como o argumento de Bealer não desenvolve a noção de aparência, pelo menos não de forma positiva, mas apenas de maneira negativa, isto é, indicando o que ela não é, também apresento a argumentação de Michael Huemer a favor de seu conservadorismo fenomênico, que também se utiliza das intuições e das aparências. A diferença ocorre no fato de Huemer tratar da crítica à premissa de que as aparências precisam de uma definição positiva, justamente o que Bealer não faz. Aqui, minha ideia é a de que Bealer encontra um aliado improvável que desenvolve suas ideias com um outro objetivo final. O argumento de Huemer daria uma sustentação também à não definição de aparência por parte de Bealer.

Na conclusão, procuro mais uma vez resumir a ideia principal de que o conceito de ‘aparência’ de Huemer sustenta também a defesa das intuições por Bealer.

A bibliografia sobre as intuições é enorme e escolhi fazer um corte para a abordagem aqui apresentada. Ficaram de fora das referências uma quantidade grande de textos consultados, lidos e estudados que não foram apresentados ao longo do texto, mas que foram importantes para a compreensão geral do tema. Eu os apresento em uma bibliografia complementar após as referências. Esses textos versam sobre as intuições de forma geral, sobre suas abordagens em relação aos experimentos mentais, as suas relações de forma com os contra-fatuais e os elementos constitutivos de conceitos. A intenção é indicar bibliografia consultada e que ficou de fora das referências, mas que pode ser de grande utilidade para aqueles que se interessarem sobre o tema das intuições na filosofia.

Cabe por último passo nessa introdução explicar as razões da tradução, que utilizei de maneira uniforme ao longo do texto, do termo 'seeming'. Na literatura filosófica em inglês – que é a preponderante no assunto – o termo 'seeming' é utilizado constantemente com o termo 'appearance'. Mesmo esses dois termos aparecendo constantemente juntos, optei por utilizar 'aparência' para 'seeming' e para 'appearance'. Somente nas traduções de textos em inglês em que os dois termos aparecem conjuntamente, uso 'semelhança' para 'seeming' e 'aparência' para 'appearance'.

Capítulo 1 – A AMEAÇA À METODOLOGIA DA FILOSOFIA

1.1 O peso do desacordo

A epistemologia recusa a arbitrariedade. Segundo Ernest Sosa: “Não é possível discordar racionalmente em circunstâncias de divulgação total das evidências”¹ (SOSA, 2010. p. 280), mas deve haver uma maneira de discordar tendo crenças racionais.

Temos a posição de alguns filósofos de que em situações de desacordo devemos dar peso igual à posição do discordante, pois de outra forma estaríamos simplesmente negando racionalidade ao outro porque este discorda de nossas crenças, sem nenhuma base independente que permita tal escolha. “Segundo a visão do peso igual, quando você aprende sobre o desacordo de seu amigo, você é chamado a considerá-lo igualmente suscetível de estar correto”² (SOSA, 2010. p. 283).

Tal atitude levaria a suspender o juízo em qualquer controvérsia e isto não seria bom; pense nas situações que importam à política, religião, filosofia, etc. A atitude consequente talvez se dirigisse para a diminuição do status do discordante como par epistêmico. Aquele que se opõe a determinada crença seria tomado como menos competente em comparação a você em determinado assunto. Mas esta atitude não resolve as implicações desanimadoras da visão de peso igual. “Evitar estas implicações requer rebaixar um oponente a alguém inferior na questão em disputa”³ (SOSA, 2010. p. 285). Este rebaixamento só poderia acontecer com uma razão independente, pois de outra forma, só nos resta a suspensão do juízo sobre a crença em questão.

O que entendemos por razões é que dará o caminho para o rebaixamento, por exemplo: a dor de cabeça que você sente é suficiente para rebaixar o status de seu

¹ It is not possible to disagree reasonably under full disclosure.

² According to the equal weight view, when you learn of your friend’s disagreement, you are called upon to consider him equally likely to be right.

³ Avoiding those implications requires rather downgrading one’s opponents as somehow inferiors (on the questions in dispute)

opponente acerca desta mesma dor de cabeça. Mas este não é um caso aplicável às situações onde o desacordo é persistente e problemático; “Assuntos controversos não têm soluções óbvias”⁴ (SOSA, 2010. p. 287). Aqui, então, Sosa apela a G. E. Moore, quando este advoga contrariamente ao cético, que não é possível expor todas as suas razões plenamente, pois estas são extensas e complexas. As razões podem ser conclusivas, mesmo que não possamos tê-las todas expostas, até para nós mesmos.

Eu tenho, sem dúvida, razões conclusivas para asserir que eu não estou sonhando; eu tenho evidência conclusiva que estou acordado; mas isto é uma coisa muito diferente de ser capaz de prová-lo. Eu não poderia te dizer tudo o que minha evidência é e eu deveria ser exigido a fazer isto, pelo menos para dar-lhe uma prova.⁵ (Moore apud SOSA, 2010. p. 288)

Sosa estende a argumentação para a análise das razões, isto é, das evidências que sustentam uma crença. Para isto, Sosa acrescenta um aspecto à apresentação de razões que a diferencia de uma lembrança ostensiva e retentiva de evidências, que seriam apenas um mito: este aspecto é a pertença a uma comunidade. Isto permitiria explicar como o desacordo pode ser racional.

Uma crença se forma em nós por através da influência sutil de diversas fontes. Algumas são testemunhais, outras perceptuais, outras inferenciais, e assim em diante. A crença pode de forma importante dever muito à criação daquele que a possui, ou à influência posterior de sua comunidade. Nós somos seres sociais e fazemos bem, social e intelectualmente, em confiar em influências de nossas comunidades sociais e intelectuais. Tal confiança ao longo do tempo em comunidades divergentes poderia ajudar a explicar como o desacordo pode ser racional.⁶ (SOSA, 2010. p. 290)

Assim, não há divulgação total das evidências que sustentam racionalmente uma crença complexa que seja objeto de desacordo. O problema aqui é arriscar entrar em um obscurantismo (SOSA, 2010. p. 291), mas isto estaria vedado porque por mais que não possamos nos apropriar de toda a sequência de nossas razões, não estamos

⁴ Controversial issues have no obvious resolutions.

⁵ I have, no doubt, conclusive reasons for asserting that I am not now dreaming; I have conclusive evidence that I am awake; but that is a very different thing from being able to prove it. I could not tell you what all my evidence is; and I should require to do this at least, in order to give you a proof.

⁶ A belief forms in us over time through the subtle influence of diverse sources. Some are testimonial, others perceptual, others inferential, and so on. The belief might owe importantly to the believer's upbringing, or to later influence by his community. We are social beings and do well, socially and intellectually, to rely on such influence by our social and intellectual communities. Such proper reliance over time on divergent communities might thus help explain how disagreement can be reasonable.

desobrigados de fornecer todo o espectro de razões possíveis para sustentar nossas crenças.

Tal posição permite que se rebaixe a posição do oponente porque de alguma maneira ele não acessou o que deveria no tema em questão e este rebaixamento deixa de ser interpretado como uma forma de desrespeito porque estaria baseado na própria substância da questão e na confiança que temos em nossa competência em lidar com ele.

Sosa admite aqui a importância de dois fatores: o peso da discordância entre pares e o aspecto comunitário da produção de evidências. Em especial, tais fatores são também essenciais para as críticas apresentadas à intuição como método privilegiado da epistemologia analítica, recorrentemente chamada de filosofia de poltrona (*armchair philosophy*). Em geral, partindo de abordagens naturalistas da epistemologia, autores como Stephen Stich e Jonathan Weinberg, apresentam pesquisas que mostrariam pessoas de diferentes grupos culturais e sociais respondendo de maneira diferente a experimentos mentais, isto é, suas intuições se apresentam “como lhes parece” em função de sua formação cultural diferente. Intuições, então, devem ser descartadas como ferramenta para a filosofia, mais especialmente, para a epistemologia, uma vez que não correspondem a nada objetivo e são socialmente direcionadas.

1.2 Colocar condições às intuições

Jonathan Weinberg chama as intuições filosóficas de “criaturas estranhas” (*odd critters*) e afirma que a filosofia analítica não seria analítica sem elas (WEINBERG, 2007. p. 318). Cita um grupo de filósofos que conjuntamente com ele têm se mostrado críticos à intuição: Stephen Stich, Jakko Hintikka e Robert Cummins afirmam que não há nenhuma teoria plausível do uso correto das intuições, daí elas não serem confiáveis. Mas as críticas variam da abolição das intuições à sua restrição de uso na filosofia, pois embora falíveis, não parecem ser piores que a percepção sensorial, e como elas, mereceriam nosso crédito sob pena de ficarmos submetidos ao ceticismo. Esta é a preocupação de Weinberg: fazer a crítica das intuições, procurar restringir

seu uso a áreas específicas da filosofia e evitar o ceticismo que poderia derivar de uma crítica por demais abrangente.

Os críticos das intuições correm o risco de mirar em uma classe de fenômenos muito ampla e acabarem por acertar aquilo que não desejam, como a aplicação ordinária de conceitos a particulares, ou a afirmação de que nenhum objeto pode ser todo vermelho e todo verde, ou a matemática básica. A sugestão de Weinberg para evitar este risco é a de focar na prática da filosofia analítica de apelar às intuições como evidências para afirmações filosóficas, como vemos na aplicação competente de um conceito a casos hipotéticos na defesa ou ataque de um ponto de vista. A epistemologia analítica entenderia que tal utilização não requer argumentação em si mesma, nem estaria na situação de necessitar ou prover evidência empírica. O uso de intuições seria o fim fundacional de uma linha de raciocínio. Intuições seriam assim como uma aparência intelectual (*seeming*) distinta fenomenologicamente da percepção.

O uso que os filósofos fazem das intuições seria por demais liberal. Weinberg chama esta prática de “apelo dos filósofos às intuições” (*philosophers appeals to intuitions* - PAI). (WEINBERG, 2007. p. 321). A argumentação dos oponentes das intuições se direciona para indicar algum tipo de demonstração de que as intuições tendem ao erro ou que são variáveis entre grupos. Uma premissa por demais forte por parte do oponente das intuições pode levar a uma situação epistemicamente desastrosa já que pode deixar de fora muito do conhecimento, abrindo uma porta muito larga para o ceticismo. Em especial, se a crítica for de tal modo abrangente que atinja também a percepção, a ciência sairia atingida também e isto não é algo desejado pelos críticos da intuição, dados seus usuais comprometimentos naturalistas.

Assim, Weinberg (2007. p. 323) propõe uma condição de adequação aos argumentos contrários a intuição:

“(i) Qualquer suposta fonte de evidência com a propriedade X não deve ser confiável.”⁷

⁷ Any putative source of evidence with property X ought not be trusted.

Esta condição, Weinberg chama de “característica epistemicamente deletéria” (*epistemically deleterious characteristic*).

A esta condição, Weinberg acrescenta:

“(ii) X deve aplicar-se ao apelo dos filósofos às intuições.”⁸

E para evitar o ceticismo e a autorrefutação acrescenta mais duas outras:

“(iii) X não deve se aplicar a um conjunto muito grande e importante de nossas fontes evidenciais.”⁹

“(iv) X não deve se aplicar às fontes de evidência da premissa mesma.”¹⁰

Weinberg tenta identificar “falibilidade não mitigada” (*unmitigated fallibility*) nas intuições: “uma falibilidade não compensada por uma capacidade decente para detectar e corrigir os erros que ela ocasiona”¹¹ (WEINBERG, 2007. p. 323). A falibilidade da percepção sensorial não é deste tipo, pois sabemos muito sobre como ela falha e em quais circunstâncias, o que nos permite detectar e corrigir erros.

Segundo Weinberg, a razão de aceitarmos certo grau de falibilidade de nossas fontes de evidência não é uma questão de confiabilidade destas fontes – isto nos levaria a uma discussão sobre padrões permissivos de confiança a serem aceitos – mas de o quanto elas permitem detectar e corrigir os erros que produzem. Esta capacidade é vista no caso da visão como fonte de evidência, pois sabemos como ela pode nos enganar e em que circunstâncias ela pode fazer isto, além de conhecermos o processo pelo qual a visão funciona, o que nos é fornecido por meio das ciências.

Assim nós podemos confiar na visão apesar de sua falibilidade não somente porque somos confiantes de que a visão em equilíbrio tende a funcionar corretamente, mas porque, além disso, nós somos aptos a dizer quando ela falha em fazer isto e somos aptos a encontrar a

⁸ X must apply to philosophers’ appeal to intuitions.

⁹ X must not apply to too large and important a set of our evidential sources.

¹⁰ X must not apply to the source(s) of evidence for the premise itself.

¹¹ ... a fallibility uncompensated by a decent capacity for detecting and correcting the errors that it entails.

*verdade por outros meios nas ocasiões (gratamente raras) em que a visão nos desaponta.*¹² (WEINBERG, 2007. p. 326)

As fontes de evidência que possuem falibilidade mitigada, isto é, as que se pode detectar e corrigir erros, são chamadas de fontes promissoras (*hopeful*), ou com esperança, porque justamente nos permitem o ajuste necessário para sua utilização.

Assim, Weinberg propõe como a premissa que falta ao argumento daqueles contrários às intuições:

“(H) Qualquer suposta fonte de evidência que não seja promissora não deve ser confiável.”¹³

Sem uma fonte promissora (com esperança), o desacordo entre pesquisadores rivais será impossível de ser julgado, no máximo, saberemos que um está errado, mas sem saber quem. Weinberg indica que propostas ao estilo de Sosa – usar a fonte com cuidado – não seriam factíveis, já que não sabemos como fazê-lo, uma vez que ela se mostra incapaz de reconhecer seus erros e corrigi-los, isto é, não são promissoras.

Segundo Weinberg, (H) pode ser vista em prática nas ciências e ele apresenta o seguinte exemplo retirado da história da ciência: o desenvolvimento da microscopia eletrônica. Quando do aparecimento dos primeiros microscópios eletrônicos, os pesquisadores na área da biologia celular se defrontaram com a necessidade de verificar se esta nova fonte de informação seria confiável. As imagens da célula produzidas pelos novos microscópios eletrônicos puderam ser avaliadas por fontes externas já desenvolvidas e estabelecidas pelos cientistas, que à época realizavam seus trabalhos com técnicas de fragmentação celular e descobriram que a respiração se dava na mitocôndria e que tal respiração requereria membranas, que foram justamente observadas nas imagens produzidas pelos microscópios eletrônicos.

¹² So we can trust vision despite its fallibility not just because we are confident that vision tends on balance to get things right, but moreover because we are able to tell when it fails to do so, and we are able to find out the truth by other means on the (thankfully rare) occasions when vision lets us down.

¹³ Any putative source of evidence that is hopeless ought not be trusted.

O quanto uma fonte de evidência é promissora se nota pelas seguintes características, ou fontes de esperança, que parecem abranger todas as possibilidades para Weinberg:

- Corroboração externa – outra fonte deve corroborar a que está em questão.
- Coerência interna – acordo dentro e entre os sujeitos que buscam a evidência, seja um cientista, sejam laboratórios ou grupos de pesquisa.
- Detecção das margens – compreensão das situações onde a fonte se mostra mais sensível a produzir bons resultados e nas quais a fonte não se mostra confiável, tendendo a produzir erros.
- Iluminação teórica – a fonte indica a forma como funciona corretamente e como funciona quando gera erros.

Como exemplo de falha na produção de uma fonte confiável de evidência, Weinberg relata o histórico de constituição de uma metodologia introspeccionista em psicologia, já que “... o introspeccionismo falhou porque seus praticantes não puderam encontrar uma maneira de administrar e resolver seu desacordo”¹⁴ (WEINBERG, 2007. p. 332). Edward Titchener e Oswald Külpe abandonaram a norma de Wilhelm Wundt que indicava a necessidade de algum tipo de verificação externa, demonstrando assim, falta de coerência interna, indicada pelo desacordo.

Mesmo em áreas de atuação profissional que não se caracterizam como epistêmicas – os exemplos indicados são a jurisprudência e o jornalismo – há um comprometimento com (H). Segundo Weinberg, (H) deveria ser aplicada a outras fontes de evidência, tais como a percepção sensorial, o testemunho ou a memória.

Segundo Weinberg, as intuições não possuem algumas das características encontradas em fontes promissoras: (1) elas não têm margens delimitadas; (2) nossas melhores teorias sobre as intuições não indicam procedimentos de detecção e correção de erros; e (3) as intuições têm pouco acordo com outras fontes de evidência externas.

¹⁴ ... introspectionism failed because its practitioners could find no way to manage and resolve their disagreements.

Sobre (1), intuições variam bastante quanto à percepção de certeza subjetiva, algumas convencendo prontamente e outras muito dificilmente. Não há método ou procedimento para avaliarmos esta variação de certeza, nem mesmo o conhecimento de se há algum tipo de acordo intersubjetivo quanto a isto. Segundo Weinberg, há aqui muita contaminação teórica, onde aquelas intuições que mais se aproximam de nossas teorias de preferência mais nos moveriam e o contrário também ocorreria. Nosso conhecimento sobre como as intuições funcionam é pouco ou quase nenhum, daí ser difícil estabelecer suas margens.

Sobre (2), é apenas a constatação de que pouco se sabe sobre as intuições. A introspecção não consegue nos dizer como funcionam, assim como a ciência ainda é incipiente nesta direção da pesquisa.

Sobre (3), pesquisas mostram que diferentes sujeitos advindos de perspectivas culturais diferentes podem variar em sua percepção de intuições de tipo Gettier. Mesmo entre filósofos analíticos esta variação seria enorme. A prática da filosofia analítica em seu uso de intuições propiciaria a impossibilidade de que estas sejam promissoras.

A corrente estrutura da disciplina praticamente garante que aqueles que compartilham a intuição chave podem participar da literatura, e aqueles que não, serão simplesmente deixados de fora dela – seus ‘resultados negativos’ mal serão publicados, por assim dizer.¹⁵ (WEINBERG, 2007. p. 337)

Historicamente, quando alguma área onde os filósofos trabalhavam com intuições passou a ser desenvolvida de alguma outra forma, estes se retiram. Mas há áreas onde o uso de intuições é promissor: (i) a lógica e a matemática, (ii) a psicologia popular e (iii) nas normas epistêmicas. São promissoras porque algum tipo de avaliação externa pode ser providenciada, mais especificamente: no caso de (i), a relação entre as duas áreas entre si e em relação com as ciências; em (ii), a psicologia científica em sua análise da psicologia popular (*folk psychology*); e em (iii) as ciências, parte do projeto naturalista que está por trás da crítica às intuições.

¹⁵ The current structure of the discipline practically ensures that those who share the key intuition may participate in the literature, and those who don't will simply be left out of it—their “negative results” just won't be published, as it were.

Assim, resta ainda algum espaço para a intuição em filosofia, mas mínimo e regulado por (H), são eles “... que queremos que nossas normas epistêmicas façam um bom trabalho ao produzir crenças verdadeiras e que se a norma é bem estabelecida conjuntamente em nossas práticas populares e científicas, então o fardo dialético está naqueles que rejeitariam esta norma”¹⁶ (WEINBERG, 2007. p. 340). As imperfeições da intuição são derivadas das falhas em nosso uso delas, por não conhecermos o suficiente delas, o que é por princípio corrigível. “Podemos aprender mais sobre a psicologia das intuições e podemos empreender uma revisão de nossas práticas para que estas estejam em linha com (H)”¹⁷ (WEINBERG, 2007. p. 340-41).

1.3 A crítica experimental às intuições

Sosa procura responder às críticas de Weinberg e os demais críticos das intuições e faz uma análise da argumentação de que as intuições não são objetivas a partir da constatação de que são orientadas cultural e socioeconomicamente. Sosa admite que certas formas de raciocínio são inatas e outras são culturalmente derivadas (SOSA, 2009. p. 101).

A crítica de Stich, por exemplo, é a de que o sistema de raciocínio de um indivíduo não é correto em função de algum tipo de equilíbrio reflexivo, mas que conceitos epistêmicos tais como ‘justificação’ e ‘correção de raciocínio’ são culturalmente orientados. Diversos outros valores que não os epistêmicos podem ser usados para avaliar um sistema de raciocínio, tais como a felicidade, a predição e o controle.

Stich acusa a epistemologia analítica de ser ‘xenofóbica’, pois ao tentar indicar que sua forma de raciocínio é correta em função de ser sua, deixa de fora outras interpretações e valores.

Uma pessoa em nossa cultura pode valorizar estados e processos que caem dentro da extensão do ‘racional’ ou do ‘justificado’ porque ela

¹⁶ ... that we want our epistemic norms to do a good job of producing true beliefs, and that if a norm is well established in both our folk and scientific practices, then the dialectical burden is on those who would reject that norm.

¹⁷ We can learn more about the psychology of intuitions, and we can undertake to revise our practices to be more in line with (H).

*pensa que eles são provavelmente verdadeiros, levam à felicidade, e assim por diante, ou ela pode valorizá-los por nenhuma razão especial. Uma pessoa em outra cultura pode ter outra sorte de atitude ao valorizar o que cai dentro da extensão dos termos de avaliação cognitiva de sua linguagem.*¹⁸ (STICH, 1998. p. 109)

*O epistemólogo analítico propõe arbitrar entre critérios rivais de correção observando qual deles concorda melhor com suas noções avaliativas ‘compreendidas pelo pensamento e a linguagem do dia a dia’. Entretanto, minha discordância é a de que este projeto é de ajuda nenhuma para confrontar o problema da diversidade cognitiva, a menos que se seja um xenófobo cognitivo.*¹⁹ (STICH, 1998. p. 110)

Sosa apresenta a caracterização da epistemologia analítica, segundo Stich, da seguinte maneira:

Argumento da Epistemologia Analítica (AEA)

- 1. Meu sistema de raciocínio, S, está em linha com o sistema de minha comunidade.*
- 2. S é correto de acordo com os critérios de correção de minha comunidade, C.*
- 3. Esses critérios de correção, C, são corretos porque eles são endossados por minha comunidade.*
- 4. Assim, S é correto.*²⁰ (SOSA, 2009. p. 102)

Segundo Sosa, uma das características do projeto de epistemologia analítica – com sua história remontando a Platão no uso de experimentos mentais – é “a teorização a priori sobre a natureza, condições e extensão do conhecimento, racionalidade e justificação humanos”²¹ (SOSA, 2009. p. 103), o que coloca a intuição no centro das preocupações epistemológicas tradicionais. Através dela percebemos - em contraste com o que era pensado antes dos casos de tipo Gettier – que alguém

¹⁸ A person in our culture may value the estates and the processes that fall within the extension of ‘rational’ or ‘justified’ because he thinks they are likely to be true, to lead to happiness, and so forth, or he may value them for no further reason at all. And a person in another culture may have either sort of attitude in valuing what falls within the extension of his language’s terms of cognitive evaluation.

¹⁹ The analytic epistemologist proposes to arbitrate between competing criteria of rightness by seeing which one accords best with the evaluative notions ‘embraced by everyday thought and language’. However, it is my contention that this project is of no help whatever in confronting the problem of cognitive diversity unless one is an epistemic xenophobe.

²⁰ 1. My system of reasoning, S, is in line with my community’s.
 2. S is right according to my community’s criteria of rightness, C.
 3. These criteria of rightness, C, are correct because they are endorsed by my community.
 4. Therefore, S is right.

²¹ ...is a priori theorizing about the nature, conditions, and extent of human knowledge, rationality, and justification.

pode estar perfeitamente justificado em crer em p , que por sua vez, é verdadeira, mas mesmo assim, isto não constitui conhecimento. Segundo Sosa, a questão epistemológica é justamente essa: se o sujeito dos casos Gettier sabe ou não, mesmo quando satisfaz as condições especificadas.

O apelo às intuições estaria imune à caracterização que Stich faz de AEA. Na comparação dos dados por diferentes filósofos, o desacordo pode aparecer e constituirá novo dado relevante e o engajamento dialético poderá produzir acordo.

Mas Stich – conjuntamente com Weinberg – também apresentaria uma crítica às intuições, baseada em duas hipóteses:

H1: Intuições epistêmicas variam de cultura para cultura.

H2: Intuições epistêmicas variam de grupo socioeconômico para outro.²² (SOSA, 2009. p. 106)

O principal problema surgiria se for demonstrado existirem intuições conflitantes acerca de um mesmo conteúdo, não apenas em função de diferenciações linguísticas.

Os estudos indicados por Weinberg, Nichols e Stich (WNS, 2001) apresentam as respostas a casos de tipo Gettier analisados por dois grupos socioeconômica e culturalmente diferentes. A eles é perguntado se a personagem dos casos apresentados realmente conhece ou somente acredita em determinado fato, como por exemplo:

Beto tem uma amiga, Jú, que tem dirigido um Buick por muitos anos. Beto, então, pensa que Jú dirige um carro norte-americano. Ele não está informado, entretanto, que o Buick foi recentemente roubado e também não está sabendo que Jú o substituiu por um Pontiac, que é um diferente tipo de carro norte-americano. Beto realmente sabe que Jú dirige um carro norte-americano, ou ele apenas acredita?²³ (WNS, 2001. p. 443)

²² Hypothesis 1: Epistemic intuitions vary from culture to culture.

Hypothesis 2: Epistemic intuitions vary from one socioeconomic group to another.

²³ Bob has a friend, Jill, who has driven a Buick for many years. Bob therefore thinks that Jill drives an American car. He is not aware, however, that her Buick has recently been stolen, and he is also not aware that Jill has replaced it with a Pontiac, which is a different kind of American car. Does Bob really know that Jill drives an American car, or does he only believe it?

As alternativas apresentadas aos respondentes são: REALMENTE SABE ou SOMENTE ACREDITA. Há grande variação entre as respostas de grupos culturais e socioeconômicos diferentes, mas Sosa apresenta algumas ponderações.

Sobre o que os indivíduos entram em desacordo? Não estariam, em função de suas diferenças culturais e socioeconômicas, fazendo diferentes suposições quando confrontados com os exemplos? Se os indivíduos não estão pensando sobre o mesmo, então podem não estar em desacordo.

As duas possibilidades de resposta podem não ser as únicas possíveis. Podemos pensar em outra resposta logicamente possível e reveladora, como: “não fomos suficientemente informados na descrição do exemplo para estarmos aptos a dizer se o sujeito sabe ou apenas acredita”²⁴ (SOSA, 2009. p. 108).

A abordagem de Weinberg, Nichols e Stich (WNS, 2001) explica as diferenças em função de vetores epistêmicos (*epistemic vectors*), de forma que asiáticos seriam mais ligados a fatores comunitários e ocidentais a fatores individualistas. Se o desacordo entre vetores realmente ocorrer, Sosa afirma que a possibilidade de haver desacordo falha, pois os asiáticos estariam apenas indicando a falta de alguma característica comunitária relevante quando dizem que o sujeito não sabe, e os ocidentais não estão negando isto, mas apenas chamando atenção para o fato de que não se importam tanto com este fator sensível aos asiáticos. Novamente, não haveria desacordo.

Segundo Sosa, os partidários de tomar o desacordo entre intuições de diferentes culturas e grupos socioeconômicos como crítica às pretensões da epistemologia analítica clássica têm o seguinte argumento, apresentado de forma mais explícita:

Se o que é tomado pelos cognatos de ‘conhecimento’ em várias culturas e grupos socioeconômicos varia o suficiente, isto levanta dúvida quanto a se deveríamos continuar a valorizar o que é tomado

²⁴ We are not told enough in the description of the example to be able to tell whether the subject knows or only believes.

por 'conhecimento', 'justificação', etc., em nosso vocabulário epistêmico.²⁵ (SOSA, 2009. p. 109)

Sosa acha isto desconcertante porque valorizar algo em determinada comunidade não é impeditivo para valorizar algo diferente e que é valorizado em outra comunidade.

Há realmente um desacordo quanto à importância que asiáticos e ocidentais dão a fatores comunitários na formação das crenças. Mas há aí algum tipo de normatividade epistêmica, do tipo, se a crença é justificada, então deveria ser assim produzida e sustentada? Sosa acredita que não. O fato de estarmos justificados em acreditar que há determinado número de grãos de café dentro de um saco porque contamos um a um, não indica que deveríamos formar tal crença. As preocupações asiáticas com aspectos comunitários na formação de crenças também não apresentam tal característica normativa. "Poderíamos formar qualquer opinião, positiva ou negativa, sobre a questão. Poderíamos ter algo melhor para fazer com nosso tempo, mesmo que nos restrinjamos a preocupações apropriadamente epistêmicas"²⁶ (SOSA, 2009. p. 110). Para Sosa, falar sobre uma crença justificada seria como dizer "Bom tiro!" (*Good shot!*), independentemente de você ser favorável ou não à "posse e ao tiro com armas" e o conflito parece desaparecer, pois ater-se a fatores comunitários ou individualistas seria como avaliar carros pelo quanto são econômicos ou pelo quanto são rápidos.

Mas assim como um indivíduo informado se contrapõe ao supersticioso, não se está dizendo aqui que há apenas um reconhecimento da diferença entre as formas de se justificar uma crença e que todos os fatores são válidos epistemicamente. O informado se contrapõe ao que o supersticioso indica como meio para formar/justificar uma crença. Na mesma linha de raciocínio, uma correta avaliação epistêmica deve levar em consideração os fatores corretos de justificação epistêmica. Paz interior, felicidade, solidariedade e controle técnico são todos valores, mas não epistêmicos. Como o conselheiro militar, a epistemologia deve indicar os fatores objetivos que

²⁵ If what is picked out by the cognates of 'knowledge' in various cultures and socioeconomic groups varies enough, this itself gives rise to doubt that we should continue to value what is picked out by our epistemic vocabulary of "knowledge," "justification," et cetera.

²⁶ One should not be forming any opinion, positive or negative, on that question. One has better things to do with one's time, even if we restrict ourselves to properly epistemic concerns.

proporcionam atingir o que se deseja, no caso, o conhecimento: verdade, condução à verdade, segurança, confiabilidade, racionalidade, etc.

O desacordo não é apenas entre grupos com culturas e condições econômicas e sociais diferentes, mas também ocorre entre os especialistas da área. Este desacordo entre especialistas é pernicioso? Como Sosa coloca: “Quando e como uma crença pode ser sustentada racionalmente em face de um desacordo conhecido?”²⁷ (SOSA, 2010. p. 278)

1.4 O que as críticas atingem?

Como Sosa indica, ao contrário, podemos interpretar as pesquisas como indicando que não há desacordo real quanto às intuições, apenas aparente. A crítica dos filósofos experimentais seria de que há extenso desacordo entre intuições sobre experimentos mentais e que se há tal desacordo:

- Então, as intuições não remetem a alguma ordem filosófica objetiva.
- Não é o caso que toda intuição pode ser a percepção de um fato.
- Intuição cai em descrédito (não é objetiva).

Outra crítica é a de que as intuições não são passíveis de teste (*untestable*), ou insuficientemente testáveis; elas são um caso perdido, sem esperança, ou não promissoras (*hopeless*), na expressão de Weinberg.

Uma vez que a questão que se coloca é a de que tipo de intuição pode se manter melhor epistemicamente, Sosa indica que este é um tópico de epistemologia da filosofia, pois o desacordo entre os especialistas indica problemas para a filosofia como atividade intelectual (SOSA, 2013. p. 191).

A epistemologia tem como preocupação básica indicar como nossas crenças são justificadas, e as possíveis respostas costumam indicar o regresso, a circularidade ou a fundamentação. Tradicionalmente em epistemologia, o risco do regresso é o de tornar-se infinito, sempre procurando uma crença que dê a razão da anterior. Embora

²⁷ When and how can a belief be sustained reasonably in the face of known disagreement?

seja muitas vezes visto como perniciosos, propostas infinitistas procuram mostrar que essa é uma possibilidade válida. A circularidade de justificação de crenças procura ser corrigida por teorias contextualistas que levam em consideração que as crenças devem apoiar umas às outras. O fundamentalismo, ou fundacionismo, procuram indicar que existem crenças que não precisam de justificação e seriam básicas. Essas três são as principais apostas teóricas vigentes na epistemologia corrente, com variações internas a cada uma delas. Sosa acrescenta que as crenças têm de ser competentes, mas a competência de uma crença, em algum momento da cadeia, deve se basear em algo que não uma crença. As primeiras candidatas a esta fundamentação parecem ser a percepção e a introspecção, pois seriam racionalmente fundacionais e forneceriam justificação. A experiência sensorial seria de dois tipos:

- Crença perceptual sobre o ambiente.
- Crença introspectiva sobre a presença da experiência sensorial.

Qual o tipo de relação entre uma experiência e uma crença que dá a esta última, suporte epistêmico? Segundo Sosa,

- B(p) [crença na proposição de conteúdo perceptual p] é baseada racionalmente em E(p) [experiência visual].
- E remonta à p (como a dor que S sente); pois esta seria uma introspecção justificada.

Tanto a fundamentação perceptiva quanto a introspectiva remetem à competência do sujeito. Ao entendermos a intuição como uma aparência (*seeming*), ela se mostra como uma inclinação ou atração para assentir (afirmar uma proposição), como as crenças básicas da matemática e da lógica, baseadas em nada mais que um tênue entendimento da questão. Estas intuições (aparências - *seemings*) são conceituais porque o assentimento requer entendimento e este requer conceitos. As intuições se diferenciam das experiências sensoriais (*sensory experiences*) porque estas últimas podem ocorrer sem conceitos para pensá-las. (SOSA, 2013. p. 193)

Sosa afirma que a experiência é sobrestimada em epistemologia, em comparação com a competência. Distinções como “*a priori/a posteriori*” não deveriam depender dela. Ao pensarmos sobre nossa competência em avaliar contingências

particulares pela combinação de introspecção, percepção, testemunho e memória, teremos uma visão melhor da distinção do conhecimento *a priori/a posteriori*:

Conhecimento a posteriori é conhecimento de contingências particulares ou conhecimento por meio de inferência a partir de tal conhecimento [a posteriori].

Conhecimento a priori envolve alguma outra fonte que não a inferência a partir de contingências particulares. Isto inclui conhecimento abstrato geral (não de contingência particulares)²⁸ (SOSA, 2013. p. 194)

As distinções entre a priori/ a posteriori, racionalismo/empirismo, se baseariam não mais em referência à experiência, mas em relação à competência em avaliar contingências particulares pela combinação de introspecção, percepção, testemunho, memória.

Estariam todas as aparências intuitivas automaticamente justificadas? Não, sob pena de validar superstições e vieses. O que justifica epistemicamente uma intuição? Intuições justificadas são distinguidas em função de uma competência que não envolva basear crenças em razões. Uma intuição justificada “manifesta uma competência epistêmica, uma habilidade racional para discernir o verdadeiro do falso, e o fazendo de forma confiável”²⁹ (SOSA, 2013. p. 194).

Aqui, e no que se segue, eu assumo que justificação ‘racional’ de uma crença ou uma aparência não precisa derivar de ser baseada em razões; antes, ela [a crença] pode estar presente simplesmente porque esta crença ou aparência é competentemente adquirida, envolve a aplicação/desenvolvimento de conceitos e pode ser propriamente influenciada por razões.³⁰ (SOSA, 2013. p. 194)

Somente fontes de crenças passíveis de teste seriam racionalmente corrigíveis, pois são sujeitas à “calibração racional” (*rational calibration*) e confiáveis em sua aplicação. Aqui Sosa assume a qualificação proposta por Weinberg de que o

²⁸ A posteriori knowledge is knowledge of particular contingencies or knowledge through inference from such knowledge. A priori knowledge then involves some source other than inference from particular contingencies.

This includes abstract general knowledge (not of particular contingencies).

²⁹ ... they manifest an epistemic competence, a rational ability to discern the true from the false, and to do so reliably.

³⁰ Here and in what follows I assume that the “rational” justification of a belief or a seeming need not derive from its being based on reasons; rather, it can be present simply because that belief or seeming is competently acquired, involves the deployment of concepts, and can be properly influenced by reasons.

suficientemente testável se equipara ao que é promissor, ou tem esperança (*hopeful*), possibilitando a autocorreção. Intuição deve se submeter a tais critérios

E se a intuição não for suficientemente testável? Pode ser confiável? Ao apresentar os casos de “visão cega” (*blindsight*), Sosa indica que podemos ter fontes confiáveis, mas não testáveis. Assim como Weinberg faz uma análise de casos históricos, Sosa apresenta a situação anterior da astronomia. A astronomia antiga, vista dentro desta perspectiva de baixa testabilidade (*testability*), teria pouco valor epistêmico, ou igual a 0 (zero); e a filosofia em alguns casos se encontraria na mesma situação, mas ambas podem ter pequeno valor epistêmico, mas não zero. No que encontramos esperança em uma fonte de evidências? No suporte externo, na coerência, nas declarações de alta qualidade epistêmica e no entendimento teórico de nossas fontes, como, por exemplo, os instrumentos que utilizamos – como no caso dos microscópios eletrônicos, apresentado por Weinberg. As ciências naturais seriam fontes com tais características, pois são conhecimento reflexivo de alto nível. Mas elas não nascem prontas e tiveram um desenvolvimento gradual.

O quanto a intuição se submete a testes e avaliações epistêmicas apropriadas? Segundo os críticos das intuições, não há fontes externas de teste para as intuições que permitam diferenciar as confiáveis e não confiáveis na obtenção da verdade e não da falsidade. Apesar disto, como a astronomia antiga, isto não quer dizer que a metodologia filosófica baseada em intuições não tenha esperança, não seja promissora.

Qual é, então, o problema real para as intuições? Suponha que as críticas que apontam o desacordo generalizado quanto às intuições e as que indicam a sua impossibilidade de teste sejam respondidas. O problema se resolve? O filósofo analítico pode sossegar em sua poltrona?

O desacordo entre especialistas e leigos não é sério, pois podemos reduzir ou eliminar sua importância ao diferenciarmos experts e leigos. Tal desacordo poderia indicar problemas para a intuição como metodologia filosófica, mas não de forma definitiva.

Mas o problema é maior. O desacordo entre especialistas com os mais altos níveis de expertise e o desacordo sobre o que de mais completo podemos entender como metodologia filosófica – intuições, inferência, discussão dialética – geram um problema sério para a filosofia, que é posta em risco, pois esta se apresentaria também em situação de ser destituída de esperança, de não ser promissora. Há algo reconhecido como conhecimento na filosofia? Há algo aceito como estabelecido na filosofia? Segundo os críticos da intuição, muito pouco, pois não há acordo e consenso suficientes para indicar algo como estabelecido.

O desacordo disseminado em uma área pode tomar duas formas:

- Desacordo quanto às respostas a questões acordadas.
- Desacordo quanto às questões. “Se as pessoas falham em coincidir claramente o suficiente quanto às questões, isto nos nega a habilidade de testar nossas intuições apropriadamente”³¹ (SOSA, 2013. p. 199).

Fica uma questão aberta acerca de se o desacordo filosófico é real ou ilusório, no sentido de não compartilharmos realmente as questões.

A pouca testabilidade é de pouca importância para avaliar as fontes filosóficas, inclusive aí a intuição. No caso de desacordo quanto às questões, este pode ser remediado pela discussão dialética diligente que pode produzir o acordo. No caso de desacordo quanto às respostas, o caso é que há teste para as fontes da filosofia, mas este se mostra sempre negativo, isto é, o desacordo quanto às declarações provenientes destas fontes mostra que elas não são confiáveis. O perigo está no desacordo real ou potencial no campo da filosofia entre os especialistas.

A filosofia teria baixa testabilidade e acabaria por ser sem esperança, não promissora? A metodologia filosófica é caracteristicamente muito rica, inclui: intuição, argumentação, dialética pública, diversos tipos de inferências explicativas. Quando a metodologia filosófica é promissora (*hopeful*), sensível aos erros e capaz de correção? O que rouba a esperança?

³¹ If people fail to coincide clearly enough on the questions, this denies us the ability to properly test our intuitions.

*O que é que mais especificamente rouba esperança do método intuitivo e da metodologia filosófica de forma mais abrangente? Não é a incapacidade de superar o desacordo entre os pares aparentes? O desacordo merece, penso eu, muito da culpa, se ele é realmente substantivo.*³² (SOSA, 2013. p. 200)

Se o padrão para que a metodologia seja promissora, ou portadora de esperança, é o da objetividade científica, então os juízos baseados na filosófica não merecem confiança.

*De fato, o 'método filosófico' não parece distintivo da filosofia. Ele não parece mais do que pensar cuidadosamente, in medias res, por meio do uso de inferência dedutiva e indutiva, com ajuda da imaginação, do pensamento contrafactual e de discussão pública.*³³ (SOSA, 2013. p. 200)

O que fazer, então, com “questões não científicas vitais” enquanto não temos uma ciência para elas? Ficarmos indiferentes? “Isto seria desistir da vida”³⁴ (SOSA, 2013. p. 200). Não ser afeita a testes independentes, não mostra a filosofia menos apta para seu domínio apropriado.

*Consequentemente, o fato da metodologia filosófica ser menos conformável a teste independente do que a metodologia científica não a mostra sem esperança para seu próprio domínio. A intuição filosófica poderia, afinal de contas, desfrutar de um papel análogo à observação científica, mesmo que substancialmente menos promissor. Isto porque ela está a serviço de métodos usados onde as exigências para uma esperança apropriada são substancialmente mais baixas.*³⁵ (SOSA, 2013. p. 200)

Ao falarmos de esperança de um método, ou de quanto um método é promissor, isto deve incluir algum grau de avaliação sobre a possibilidade de autorrefutação e teria uma regra do seguinte tipo:

³² What is it, more specifically, that drains hope from the method of intuition, and from philosophical methodology more broadly? Is it not largely an inability to overcome disagreement among apparent peers? Disagreement does I think deserve much of the blame, if it is really substantive.

³³ Indeed, “philosophical method” seems not distinctive of philosophy. It amounts to little more than thinking carefully, in medias res, through the use of deductive and inductive inference, and with the help of imagination, counterfactual thinking, and public discussion.

³⁴ That would be to check out of life.

³⁵ Accordingly, the fact that philosophical methodology is less amenable to independent test than is scientific methodology does not show it to be hopeless for its proper domain. Philosophical intuition might after all enjoy a role analogous to scientific observation even while substantially less hopeful. For it is in service of methods used where the requirements for proper hope are substantially lower.

Um método M mina a si mesmo na proporção em que as colocações de M repetidamente se mostram falsas por conta de posteriores colocações de M.³⁶ (SOSA, 2013. p. 201)

O que Sosa indica que tal regra ocasiona como consequência desastrosa para o opositor das intuições – e Weinberg não teria como recusá-la, pois advoga o mesmo tipo de condição para evitar que a crítica às intuições recaia no ceticismo amplo – é que esta regra aplicada ao modelo padrão das ciências revela que o método científico se mostra menos promissor (portador de esperança) ao falhar em se adequar dentro deste critério. Ao olhar a história da ciência, os partidários da indução pessimista – em geral críticos do realismo científico – gostam de mostrar que inúmeras vezes a ciência foi a principal responsável em destruir suas próprias afirmações.

Sosa realmente indica que há um problema posto pelo desacordo contínuo entre especialistas quanto a como devemos entender as intuições filosóficas e como elas devem ser utilizadas. O desacordo contínuo arranha a imagem da filosofia como um campo do conhecimento passível de teste e esperança, promissor. O ideal seria que concordássemos de forma unânime sobre o conjunto de questões que definem os subcampos da filosofia e sobre a atitude doxástica correta quanto às questões, mesmo que esta fosse a de suspensão do juízo.

Mas há progresso na filosofia, ao contrário da visão pessimista dos críticos da indução e do desacordo entre filósofos. Podemos observar o acordo quanto aos desenvolvimentos da lógica formal, quanto às distinções entre uso e menção, entre semântica e pragmática, entre possibilidade metafísica e epistêmica. Além disso, as críticas à filosofia de poltrona dependem de pressuposições também de poltrona, pois supor intuições distorcidas por vieses culturais e econômicos é uma visão metafísica do assunto.

Se as pesquisas experimentais revelarem não haver divergências sérias nas respostas dos sujeitos aos casos apresentados, não há problema. Se mostrarem que há divergências, então resta ficar demonstrado que os sujeitos entendem da mesma forma os casos, do contrário, teremos apenas uma diferença de significado. Mas antes

³⁶ A method M undermines itself in proportion to how the deliverances of M are repeatedly shown to have been false by later deliverances of M itself.

de falarmos da proposta experimental de abordagem da filosofia, o próximo capítulo procurará apresentar a percepção naturalista das intuições.

Capítulo 2 – A NATURALIZAÇÃO DA EPISTEMOLOGIA

O naturalismo são muitos naturalismos, podemos dizer. O termo pode se referir a uma quantidade enorme de perspectivas, que vão da simples atenção aos resultados das pesquisas em ciências às tentativas de subsumir a filosofia nas ciências naturais. Essas propostas naturalistas também são tão antigas como a filosofia ocidental, caracterizando muitos dos filósofos da natureza da Grécia antiga. Nesse capítulo procuro apresentar propostas contemporâneas de naturalismo, basicamente nascidas do convite quineano à naturalização da epistemologia.

2.1 Uma caracterização do naturalismo epistemológico

Na passagem abaixo, Platão coloca Sócrates para comentar e recusar as propostas naturalistas dos filósofos da natureza gregos.

*Parecia-me que ele [Anaxágoras] se portava como um homem que dissesse que Sócrates faz tudo o que faz porque age com seu espírito; mas que, em seguida, ao tentar descobrir as causas de tudo o que faço, dissesse que me acho sentado aqui porque meu corpo é formado de ossos e tendões, e os ossos são sólidos e separados uns dos outros por articulações, e os tendões contraem e distendem os membros, e os músculos circundam os ossos com as carnes, e a pele a tudo envolve! Articulando-se os ossos em suas articulações, e estendendo-se e contraindo-se, sou capaz de flexionar os meus membros, e por esse motivo é que estou sentado aqui, com os membros dobrados. ... Estou convencido de que estes tendões e estes ossos já poderiam há muito tempo se encontrar perto de Mégara ou entre os Beócios, para onde os teria levado uma certa concepção do melhor, se não me tivesse parecido mais justo e mais belo preferir à fuga e à evasão a aceitação, devida à Cidade, da pena que ela me prescreveu. (PLATÃO. **Fédon**. 98c-99a)*

A passagem do *Fédon* parece indicar que as pretensões explicativas de abordagens naturalistas são tão antigas quanto a filosofia, e ao mesmo tempo também são recusadas. Sócrates indica claramente que explicações fisiológicas não dão conta de explicar o fato de que ele permaneceu em Atenas para ser executado e não fugiu para algum lugar distante.

Procurando evitar uma arqueologia muito longa das origens do naturalismo e possibilitando uma definição mínima do que seria um naturalismo epistemológico, Philip Kitcher (1998, p. 28) indica que “Frege é o emblema de uma revolução que depôs o naturalismo filosófico”, que segundo ele, é característico das abordagens dos modernos, em sua “propensão a recorrer às ideias das ciências emergentes, a acolher conceitos provenientes dos empreendimentos da psicologia e da física, e, posteriormente, a buscar inspiração em Darwin” (p. 28-29). Sem esquecer as contribuições de Wittgenstein, Russell, Carnap, Mach, e outros, Kitcher apresenta Frege como formulador de um antinaturalismo baseado na análise lógica e no redirecionamento do método filosófico³⁷, no qual as questões epistemológicas “reduzem-se a questões lógicas, de análise conceitual ou de gramática” e “o conhecimento é visto como uma espécie de crença verdadeira e a tarefa filosófica primordial é especificar e analisar a crucial ‘terceira condição’” (KITCHER, 1998. p. 31-32). A apresentação que Kitcher faz deste redirecionamento do método filosófico serve para indicar que o naturalismo epistemológico se caracteriza por recusar duas pressuposições: o psicologismo filosófico, isto é, o privilégio da lógica frente à psicologia como instrumento das discussões epistemológicas; e o apriorismo, isto é, “conceber os produtos da reflexão filosófica como sendo *a priori*” (KITCHER, 1998. p. 33). Os naturalismos derivados da rejeição destes pressupostos vão dos que advogam o uso das ciências para nos informar sobre nossos processos cognitivos com o intuito de corrigi-los até os que advogam o fim de qualquer pretensão normativa da epistemologia.

Tentar responder ao ceticismo é um beco sem saída para os naturalistas. Não há porque limitar *a priori* a informação empírica relevante para a investigação epistemológica. A epistemologia seria um empreendimento científico. O projeto epistemológico do naturalismo é aquele acerca de como compreendemos o mundo com o aparato cognitivo que temos. A ciência ‘bem-sucedida’ (previsão, explicação e aplicação tecnológica) tem prioridade frente à metafísica e à epistemologia. A filosofia deve desenvolver-se com o que há de melhor da ciência.

³⁷ Kitcher (1998) lista como exemplo deste redirecionamento as proposições 4.111, 4.112, 4.1121 e 4.1122 do *Tractatus* de Wittgenstein, em especial, “4.112 O fim da filosofia é o esclarecimento lógico dos pensamentos” (WITTGENSTEIN, 1993. p. 177).

2.2 Problemas para o projeto naturalista

Jack Ritchie (2008. p. 8-13) indica dois problemas epistemológicos tradicionais que devem ser enfrentados pelo naturalista: o ceticismo e a indução. Isto porque o ceticismo parece separar a filosofia da ciência e esta não poderia responder ao problema da indução por se basear justamente em indução, incorrendo em circularidade.

O projeto de naturalização da epistemologia tem no artigo de Quine - *Epistemologia naturalizada* (QUINE, 1975a) – uma de suas principais formulações contemporâneas e está inserido em uma linha de argumentação em favor do projeto naturalista, que diagnostica a epistemologia tradicional como infrutífera e advoga que o que sabemos do mundo é o que a ciência nos informa. Segundo Quine, não há teste para afirmações científicas isoladas, daí advogar uma revisão pragmática de crenças/teorias, forçadas pela experiência.

... , defendo um pragmatismo mais completo. A cada homem é dada uma herança científica, acrescida de um bombardeio contínuo de estimulação sensorial; e as considerações que o guiam na elaboração de sua herança científica para ajustar suas contínuas incitações sensoriais são, quando racionais, pragmáticas. (QUINE, 2011. p. 71)

Quine indica que a impossibilidade de tradução – relativa à redução de qualquer sentença a sentenças observacionais – abala a pretensão de uma reconstrução racional de nossas crenças científicas independentemente de uma relação com a psicologia.

Em relação ao problema do ceticismo, Quine o recusa, pois a falta de certeza não implica em duvidar da ciência e o ceticismo simplesmente mostra quão difícil é relacionar nossas crenças sobre o mundo com o mundo. Assim, para Quine a dúvida cética nasce dentro da ciência, pois “estamos em busca de uma compreensão da ciência enquanto instituição ou processo no mundo, e não pretendemos que essa compreensão seja melhor do que a ciência que é seu objeto” (QUINE, 1975a. p. 171)

O ceticismo radical origina-se no tipo de confusão ao qual aludi, mas não é em si incoerente. A ciência é vulnerável à ilusão, como se mostra em casos como a dobra de gravetos na água e outros casos

*semelhantes, e o cético pode ser visto apenas como reagindo exageradamente quando repudia a ciência em sua totalidade. A experiência poderia ser tal que justificaria suas dúvidas sobre o mundo exterior. ... Mas nossas dúvidas ainda seriam imanentes e uma parte do empreendimento científico.*³⁸ (QUINE, 1981a, p. 22)

A epistemologia passaria a existir como “um capítulo da psicologia, e, portanto, da ciência natural” (QUINE, 1975a, p. 170). A epistemologia não mais se preocuparia com a consciência por parte do sujeito para justificar o conhecimento, pois é sua função apenas compreender os processos de instituição da ciência. A recusa de uma filosofia primeira – que remontaria aos argumentos de defesa contra o ceticismo – pode ser vista como uma das principais características do naturalismo.

Quanto ao problema da indução, Quine o trata quando desenvolve uma explicação da regularidade de conexão entre mente e mundo:

O aprendizado ostensivo não é apenas um exemplo de indução; trata-se de um exemplo de indução curiosamente confortável, de um tipo de jogo de azar com dados viciados. É assim pelo menos se, como parece plausível, o espaçamento de qualidades de cada homem for semelhante ao do seu vizinho (QUINE, 1975b, p. 197).

A aposta neste “jogo de azar” nasce de uma esperança e de uma antecipação de que nosso espaçamento de qualidades corresponda ao mundo, que ao contrário da linguagem, não é produto nosso. Segundo Quine, a pergunta que se coloca aqui é a razão desta concordância, isto é, o que faz nosso espaçamento de qualidades regularmente concordar com a natureza. Darwin é a resposta, pelo menos parcial, e Quine se defende da acusação de circularidade na argumentação ao utilizar teorias científicas derivadas da indução para argumentar em favor da própria indução ao esposar o naturalismo, e a tal posição define ao dizer: “...; encaro a filosofia não como um embasamento ou como um *a priori* propedêutico para a ciência, mas como algo em continuidade com esta última”. Retoma a argumentação exposta na *Epistemologia naturalizada* e a metáfora de Neurath do barco que se reconstrói no mar, o que é também repetidamente colocado por outros naturalistas. “Não há nenhum mirante

³⁸ Radical skepticism stems from the sort of confusion I have alluded to, but is not of itself incoherent. Science is vulnerable to illusion on its own showing, what with seemingly bent sticks in water and the like, and the skeptic may be seen merely as overreacting when he repudiates science across the board. Experience might still take a turn that would justify his doubts about external objects. ... But our doubts would still be immanent, and of a piece with the scientific endeavor.

externo, não há filosofia primeira” (QUINE, 1975b, p. 198); “O filósofo naturalista ... é o marinheiro ocupado e à deriva no barco de Neurath”³⁹ (QUINE, 1981b, p. 72).

Mas esta visão de Quine não é facilmente aceita. Os críticos do naturalismo dizem que uma naturalização completa da epistemologia seria equivocada e autodestrutiva. A questão central da epistemologia seria a de dizer e explicar o que são boas razões para determinadas crenças verdadeiras (epistemologia crítica) (BONJOUR, 1998). Já para Kitcher (1998, p. 31), a abordagem analítica da epistemologia seria um “ruído estranho na história da filosofia” e o naturalismo seria uma volta aos primeiros modernos. Mas para Laurence Bonjour, “não há nenhum sentido relevante pelo qual [os modernos] fossem naturalistas” (BONJOUR, 1998, p. 174) e a epistemologia analítica segue a tradição do racionalismo, que Bonjour define como sendo a tese de “que a justificação e o conhecimento *a priori* existem genuinamente e não estão restritos a afirmações que tenham, em qualquer sentido útil, um carácter meramente conceitual, linguístico ou ‘analítico’” (BONJOUR, 1998, p. 174).

Segundo Bonjour, a epistemologia naturalista de Quine leva à situação de não termos razões para crer que nossas crenças são verdadeiras e, que ao contrário do que é dito por Quine e outros naturalistas, o ceticismo não surge a partir da ciência, mas é derivado do próprio naturalismo. “O que ele coloca em dúvida é se temos qualquer razão para pensar que qualquer de nossas crenças sobre o mundo, incluindo aquelas que estão envolvidas em tal explicação, são verdadeiras e, a respeito dessa questão de justificação, a versão quineana da epistemologia naturalizada novamente não tem nada a dizer” (BONJOUR, 1998, pp. 182-83)

Segundo Bonjour (2006), o lado positivo do naturalismo seria a proposta de programa de pesquisa em psicologia e etologia cognitivas. Já o lado negativo seria a recomendação do abandono de abordagens epistemológicas mais tradicionais. Tal proposta não é factível, pois deixaria o próprio programa naturalista sem defesa e justificação. Uma epistemologia naturalizada faria o relato de como indivíduos chegam às crenças que possuem, justificadas ou não. Em outras palavras, só teríamos descrição, não normatividade no naturalismo. A possível resposta do naturalista seria

³⁹ The naturalistic philosopher ... He is the busy sailor adrift on Neurath's boat.

encaminhar uma explicação justificacional de tipo confiabilista, onde crenças verdadeiras estariam justificadas se advirem de processos confiáveis, isto é, aqueles que geralmente produzem mais crenças verdadeiras que falsas (GOLDMAN, 1992). Caberia, então, ao naturalista, descrever estes processos confiáveis, indicando assim as formas pelas quais crenças verdadeiras estão justificadas. Como o confiabilismo é uma espécie de externalismo, a consciência deste processo pelo detentor da crença não é necessária; este não precisa explicitar suas razões. Mas se não forneço razões para minhas crenças, posso dizer que tenho conhecimento? “Crenças ... são essencialmente coisas que podem servir como premissas e conclusões de inferências” (BRANDOM, 2013, p. 126). O naturalista tende a dizer que esta é uma exigência que faz do conhecimento algo raro, enquanto os críticos do externalismo – e do naturalismo, conseqüentemente – dizem que sem elas o conhecimento se torna muito fácil. O naturalista dirá que isto não é um problema, pois possibilita a inserção de representações mentais de outros animais dentro do fenômeno conhecimento. Após examinar o exemplo das fachadas de celeiros apresentado por Alvin Goldman⁴⁰, Robert Brandom diz:

Nem toda situação cognitiva admite descrições em termos de classes de referência alojadas, igualmente naturais, que geram vereditos que se alternam em confiáveis e não confiáveis. Mas não estou afirmando que a ideia de confiabilidade não seja de significância cognitiva ou epistemológica. Não estou negando o insight de Goldman, mas situações com a estrutura do exemplo da fachada de celeiro podem surgir e são contraexemplos à afirmação de que o confiabilismo subscreve uma epistemologia naturalizada – a ideia enganosa que pode ser chamada de “Ponto Cego Naturalista” do confiabilismo. (BRANDOM, 2013, p. 135).

Segundo Brandom, a identificação de um mecanismo confiável de produção de crenças verdadeiras é sempre dependente de uma classe de referência que por sua vez não é natural, mas fruto de preocupações subjetivas. Aqui a crítica ao naturalismo é a de que não há elementos objetivos que permitam ao naturalista identificar processos confiáveis de produção de crenças verdadeiras em seus próprios termos. Não haveria como indicar a que classe de referência se aplica um procedimento de

⁴⁰ No exemplo, o sujeito passeia de carro em uma paisagem onde vê diversos celeiros, mas que sem saber, está em um local em que quase em sua totalidade não há celeiros e sim fachadas que imitam celeiros. Ao se defrontar com um desses celeiros e gerar a crença de que tem diante de si um celeiro – e contra as possibilidades, ter em sua frente um celeiro real – o sujeito tem conhecimento de que é um celeiro?

aquisição de crenças confiável; há uma arbitrariedade na escolha da classe de referência.

Esta crítica é explicitamente reconhecida por Hilary Kornblith como diretamente atingindo sua concepção naturalista. Kornblith enfrenta alguns problemas postos ao projeto de naturalização da epistemologia e desenvolve temas caros ao mesmo projeto. É sua proposta de epistemologia naturalizada que se apresenta aqui como exemplo de um projeto de naturalização da epistemologia, e que afirma categoricamente que o conhecimento é um tipo/espécie natural. Nesta abordagem, o conceito de “tipo natural”, ou “espécie natural”, é importante. Os tipos naturais são os aspectos objetivos que Kornblith advoga para defender sua epistemologia da crítica de Brandom.

2.3 Intuições e filosofia

Kornblith toma, logo ao início de seu *Knowledge and its place in nature* (2002), como primeiro passo de sua defesa de uma epistemologia naturalizada, a análise da intuição como característica da filosofia e contrastante com qualquer pretensão naturalista, na forma como é apresentada por George Bealer em *The incoherence of empiricism*. “Quando falamos de intuição, queremos dizer ‘intuição a priori’”⁴¹ (BEALER, 1992. p. 102). Intuições fazem parte do procedimento justificacional padrão (*standard justificatory procedure*) da filosofia e se diferenciam do senso comum pois este “é uma amalgama de várias crenças empíricas, sabedoria prática, intuições a priori e intuições físicas úteis extensamente compartilhadas”⁴² (1992, p. 104). Segundo Bealer, o empirismo, e por consequência o naturalismo, é autodestrutivo/autoderrotador (*self-defeating*) porque é onde “as experiências e/ou observações de uma pessoa encerram as evidências prima facie da pessoa”⁴³ (1992, p. 99) e ao mesmo tempo faz uso de intuições. Seriam três os princípios constituintes do empirismo, segundo Bealer: o princípio do empirismo, que afirma que evidência prima facie é observacional; o princípio do holismo que afirma que uma teoria está

⁴¹ When we speak of intuition, we mean a priori intuition.

⁴² ...is an amalgamation of various widely shared useful empirical beliefs, practical wisdom, a priori intuitions, and physical intuitions.

⁴³ A person's experiences and/or observations comprise the person's prima facie evidence.

justificada para uma pessoa, se e somente se, é parte de uma teoria que explica as suas experiências e observações; e o princípio do naturalismo que afirma que as ciências naturais são esta teoria.

A resposta de Kornblith é de que há espaço para intuições e para a terminologia epistemológica dentro de uma epistemologia naturalizada, no que naturalistas e antinaturalistas estariam de acordo, além de reforçarem a importância da experiência, da observação, do testemunho e da intuição, mas não da intuição a priori. Para o naturalista as intuições seriam compartilhadas e o desacordo com a maioria seria indício de erro. As intuições são corrigíveis e mediadas por teorias, além de serem historicamente condicionadas.

*A intuição deve ser tomada seriamente na falta de entendimento teórico substancial, mas uma vez que o entendimento teórico começa a tomar forma, juízos intuitivos anteriores têm pouco peso, a menos que tenham sido endossados pelo progresso da teoria. Quanto maior o entendimento teórico, menos peso se deve assinalar a um juízo não disciplinado.*⁴⁴ (KORNBLITH, 2002, p. 14)

Intuições podem levar à investigação empírica mais sofisticada, investigações empíricas revelarão possibilidades não imaginadas e intuições podem se revelar não sendo possibilidades genuínas frente à teoria. Para Kornblith, a ideia de que deve haver uma continuidade entre as noções epistemológicas populares/comuns (*folk*) e as científicas (Goldman em *Psychology and philosophical analysis*) – ou de outra forma estaríamos mudando de assunto – é uma espécie de caminho do meio, mas ele nega que tal continuidade seja necessária. Por que tais noções comuns deveriam ser importantes? Assim como na química, em sua procura pela constituição real dos elementos, deveríamos perseguir o fenômeno, não sua compreensão popular. “O uso de juízos intuitivos não desaparece em qualquer estágio da teorização. Ao contrário, velhas intuições dão lugar a juízos teóricos bem integrados e, adicionalmente, a novas

⁴⁴ Intuition must be taken seriously in the absence of substantial theoretical understanding, but once such theoretical understanding begins to take shape, prior intuitive judgments carry little weight unless they have been endorsed by the progress of theory. The greater one's theoretical understanding, the less weight one may assign to untutored judgment.

intuições sobre assuntos ainda não inteiramente capturados na teoria explicitada”⁴⁵ (KORNBLITH, 2002, p. 20).

Bealer acha que o empirismo/naturalismo é contraditório, pois seguir regras e procedimentos, como os de inferência, requer reconhecer a força da intuição a priori. Kornblith chega a citar Laurence Bonjour (*In defense of pure reason*) que afirma ser esta atitude de recusa da justificação a priori como um “suicídio intelectual” (*apud* KORNBLITH, 2002, p. 21). Mas para Kornblith, o naturalismo assume que a legitimação de uma prática inferencial depende de sua confiabilidade e que regras de inferência confiáveis podem não se encaixar em padrões a priori cogentes, e além disso, as regras que se encaixam podem não funcionar na prática ou não se aplicar a problemas de grande complexidade.

A crítica de Bealer de que a terminologia epistemológica desaparece dentro de uma abordagem naturalista é respondida de forma parcialmente negativa: a terminologia permanece, mas sua referência dependerá da investigação do fenômeno conhecimento. Na sequência desta crítica há a de que a independência da filosofia desapareceria com o naturalismo, mas este por sua vez afirmaria que questões filosóficas são aproximações distintas das de outras disciplinas, e nisto ela é autônoma. Agora, o naturalismo rejeita a ideia da filosofia como conhecimento a priori, independente do que as ciências empíricas informam e, nesta acepção, como todas as demais ciências, a filosofia não é autônoma. “Esta é certamente toda a autonomia que deveríamos almejar. É, em qualquer caso, toda a autonomia que podemos ter.”⁴⁶ (KORNBLITH, 2002 p. 27).

2.4 Tipos naturais

Kornblith (2002) dá a seguinte definição de tipo natural – indicada como sendo a mesma de Richard Boyd (BOYD, 1988): “Eu tomo tipos naturais como sendo agrupamentos de propriedades homeostáticas (*homeostatic property clusters*),

⁴⁵ The use of intuitive judgment does not disappear at any stage of theorizing. Instead, old intuitions give way to well-integrated theoretical judgments, and, in addition, to new intuitions about matters not yet fully captured in explicit theory.

⁴⁶ This is surely all the autonomy we should want. It is, in any case, all the autonomy that we may have.

propriedades que se dão mutuamente suporte e reforço em face de mudança externa”⁴⁷ (KORNBLITH, 2002, p. 61). Boyd afirma que apenas quando os tipos são identificados por definições naturais é possível obter explicações científicas e esta definição natural é obtida por meio de uma concepção naturalista de referência:

A referência de um termo é estabelecida pelo tipo certo de conexões causais entre o uso do termo e (as instâncias) de seu referente.

*..., um termo **t** refere a um tipo (propriedade, relação, etc.) **k** somente no caso de existirem mecanismos causais cuja tendência é garantir, ao longo do tempo, que o que é predicado do termo **t** será aproximadamente verdade de **k**.⁴⁸ (BOYD, 1988, p. 195)*

Segundo Boyd, as definições naturais – como as das fórmulas moleculares da química – especificam as condições necessárias e suficientes para a pertença a um determinado tipo. Estas definições são conjuntos de propriedades agrupadas em um número mínimo que limita a inclusão de algo a um determinado tipo natural. A imprecisão e vaguidade de tais definições são vistas como apropriadas: “Há tipos naturais, propriedades, etc. cujas definições naturais envolvem um tipo de agrupamento de propriedades *junto* com uma indeterminação associada na extensão”⁴⁹ (BOYD, 1988, p. 196). É justamente esta definição de tipos naturais que Kornblith sustenta: conjunto de propriedades homeostáticas.

Segundo Kornblith, no caso da água (H₂O) há um conjunto de propriedades de ligação entre os átomos de hidrogênio e oxigênio que garante uma unidade estável e a consequente caracterização de um tipo natural, que por sua vez apresentam papel importante nas leis causais, que sobre eles operam. O importante é que o agrupamento de propriedades seja estável e não o objeto que os possui. Aqui, Kornblith assume a ideia de Quine de que a ciência é elemento explicativo na epistemologia, que é parte daquela. Assim, o conhecimento é parte da preocupação da etologia, da psicologia e da epistemologia porque a ele devemos nos referir para

⁴⁷ I take natural kinds to be homeostatically clustered properties, properties that are mutually supporting and reinforcing in the face of external change.

⁴⁸ The reference of a term is established by causal connections of the right sort between the use of the term and (instances of) its referent.

..., a term **t** refers to a kind (property, relation, etc.) **k** just in case there exist causal mechanisms whose tendency is to bring it about, over time, that what is predicated of the term **t** will be approximately true of **k**.

⁴⁹ There are natural kinds, properties, etc. whose natural definitions involve a kind of property cluster *together* with an associated indeterminacy in extension.

explicarmos a existência de comportamento bem-sucedido para a sobrevivência do organismo/espécie.

O conhecimento que os membros de uma espécie incorporam é o locus de um agrupamento homeostático de propriedades: crenças verdadeiras que são produzidas de forma confiável, que são instrumentais na produção de comportamento bem-sucedido em satisfazer necessidades biológicas e assim implicadas na explicação darwinista da retenção seletiva de traços.⁵⁰ (KORNBLITH, 2002, p. 62)

A categoria de crenças que manifesta a correspondência entre os mecanismos de coleta e processamento de informação e o ambiente serão casos de conhecimento e entendidos como tipos naturais. O conhecimento é um tipo natural ecológico, pois está ligado à relação entre o organismo e seu ambiente. Segundo Kornblith, a biologia teoriza sobre ambientes independentes dos interesses humanos e nos daria as condições de identificar o ambiente de determinado organismo. A biologia não lida com estas mudanças não naturais no ambiente; em geral, a mudança ambiental é contínua, e mesmo, quando descontínua, envolve modificações perceptíveis no ambiente que alteram o comportamento dos organismos que nele vivem.

Para Kornblith, a crítica de Brandom (2013) às abordagens confiabilistas atingiria programas como o seu, que defendem o conhecimento como tipo natural.

A visão que eu favoreço, contudo, é justamente o tipo que o exemplo de Brandom desafia, pois eu acredito que conhecimento é um tipo natural, e eu estou comprometido com a visão de que há uma escolha correta de classe de referência e que isto é determinado pelo mundo, não meramente por nossos interesses restritos.⁵¹ (KORNBLITH, 2002, p. 65)

Kornblith indica claramente a dependência de sua argumentação da noção de ambiente. Sua resposta a Brandom procura mostrar que sua concepção de tipo natural remete a um certo grau de indefinição, próprio da biologia ao tratar do ambiente de determinados organismos e/ou espécies. O ambiente é importante para indicar a relação positiva de mecanismos cognitivos para a sobrevivência de organismos. Ao

⁵⁰ The knowledge that members of a species embody is the locus of a homeostatic cluster of properties: true beliefs that are reliably produced, that are instrumental in the production of behavior successful in meeting biological needs and thereby implicated in the Darwinian explanation of the selective retention of traits.

⁵¹ The view I favor, however, is just the sort that Brandom's example is meant to challenge, for I do believe that knowledge is a natural kind, and so I am committed to the view that there is a right choice of reference class, and that this is somehow determined by the world, rather than merely by our more parochial interests.

afirmar o conhecimento como um tipo natural, Kornblith vincula processos confiáveis de geração de crença aos seus ambientes.

Segundo Kornblith, procuramos crenças que tenham as seguintes características: serem produzidas de modo confiável e serem instrumentais na produção de comportamento que explique a retenção seletiva de traços. Há uma sintonia entre as capacidades/habilidades animais de recolhimento/processamento de informação e o meio ambiente. "... a categoria de crenças que manifestam tal sintonia – casos de conhecimento – é corretamente vista como uma categoria natural, um tipo natural"⁵² (KORNBLITH, 2002, p. 62-63)

Como o conhecimento é um tipo natural ecológico, ligado à relação entre o organismo e seu ambiente e a biologia teoriza sobre ambientes independentes dos interesses humanos e nos dá condições de identificar o ambiente de determinado organismo, o exemplo de Brandom apenas mostraria que os ambientes que os humanos criam geram uma flexibilidade de classes de referência importantes no dia a dia, mas de características não naturais. A biologia não lida com estas mudanças não naturais no ambiente; mas é um caso raro, que pode ser produzido também pelas ciências naturais (etólogos podem modificar os ambientes em que as espécies que estudam vivem) e isto não anula a importância do ambiente natural na explicação do mecanismo cognitivo confiável de uma espécie. Para Kornblith, Brandom teria de mostrar que casos relevantes de conhecimento não dependem do ambiente no qual os processos de aquisição de crenças confiáveis se desenvolveram (KORNBLITH, 2002, p. 69), isto é, a crítica deveria indicar casos de conhecimento, relevantes e de interesse, que não fossem explicados pela abordagem naturalista do ambiente onde o processo de aquisição de crenças ocorre.

A análise das intuições por Kornblith, que indicam ser o conhecimento um tipo natural caracterizado por uma resposta ao meio ambiente, pode também ser reforçada pela visão de Joseph Shieber, que vê as intuições como respostas automáticas do organismo ao meio ambiente. Essas respostas configurariam uma das instâncias homeostáticas necessárias ao tipo natural conhecimento.

⁵² ...the category of beliefs that manifest such attunement - cases of knowledge - are rightly seen as a natural category, a natural kind.

2.5 Uma defesa naturalista das intuições

A proposta de Joseph Shieber é apresentar uma defesa das intuições a partir de um ponto de vista naturalista. Para Shieber, as intuições são um exemplo de ponto de discórdia entre duas posições antagônicas que ele chama de autonomista e naturalista. Os autonomistas são aqueles que propõem a filosofia como atividade de investigação independente das ciências em grande parte dos problemas sobre os quais se debruça. Por sua vez, os naturalistas reservam um papel preponderante – em menor ou maior grau – à pesquisa científica na abordagem dos problemas filosóficos, quando não a sua completa absorção pelas ciências naturais.

A formulação da tese autonomista é explicitamente defendida por George Bealer em uma série de escritos que abordam o a priori e as intuições.

***A autonomia da filosofia.** Dentre as questões centrais da filosofia que podem ser respondidas por um ou outro meio teórico padrão, a maior parte pode em princípio ser respondida pela investigação e argumentação filosóficas sem apoiar-se substantivamente nas ciências.⁵³ (BEALER, 1996, p. 121)*

Shieber chama atenção para a afirmação modal de possibilidade indicada em relação às respostas dadas às questões filosóficas. Assim, cabe ao crítico da posição autonomista indicar a impossibilidade de respostas exclusivamente filosóficas. Bealer indicaria que tal demonstração estaria fora do alcance da investigação científica, pois afirmações de impossibilidade são equivalentes a afirmações de necessidade e isto exigiria algum tipo de argumentação filosófica.

O caminho de Bealer para a defesa da tese da autonomia da filosofia passaria pela defesa das intuições como evidências apropriadas à análise conceitual. As intuições seriam fontes de evidência básicas e a priori que sustentariam nosso processo padrão em filosofia, pois elas possuem uma ligação modal com a verdade que não está aberta para confirmação ou refutação empírica. Essa abordagem de Bealer será desenvolvido no capítulo 5.

⁵³ The Autonomy of Philosophy Among the central questions of philosophy that can be answered by one standard theoretical means or another, most can in principle be answered by philosophical investigation and argument without relying substantively on the sciences.

Já os naturalistas se moveriam por duas motivações: (1) só há uma maneira de conhecer, que é o caminho empírico (Tese do Conhecimento Empírico) e como consequência, não há conhecimento a priori (Tese do Não A Priori); e (2) a filosofia é contínua às ciências empíricas e “é melhor conduzida dentro do quadro de nosso conhecimento empírico do mundo”⁵⁴ (Tese da Heteronomia Filosófica) (PAPINEAU, *apud* SHIEBER. 2012, p. 323). Hilary Kornblith é apresentado por Shieber como um exemplo de filósofo naturalista que critica os juízos derivados das intuições como sendo dependentes de nossas crenças de base, mesmo que inconscientes, e que afirma que raramente a intuição produz conhecimento, pois está eivada de erro, impedindo a compreensão das características dos fenômenos que desejaríamos explicar. A análise conceitual defendida por Bealer deveria ser substituída por investigação empírica.

*Uma investigação de nossos conceitos parece irrelevante para o projeto real de entender a natureza do espaço, ou os estados intencionais, ou a liberdade. ... É através da descoberta científica que somos hábeis para determinar as propriedades essenciais dos tipos naturais e se o conhecimento, por exemplo, é propriamente visto como um tipo natural, então há razão para pensar que o tipo de investigação do conhecimento que eu advogo possa servir para descobrir suas propriedades essenciais.⁵⁵ (KORNBLITH, *apud* SHIEBER. 2012, p. 324)*

A proposta de Shieber é defender o papel da intuição na formação de crenças justificadas de forma a se conformar à posição naturalista, e para isso, ele apresenta dois obstáculos: (1) explicar como estas crenças se formam e (2) como elas se mostram como justificadas.

Tomando o modelo da intuição linguística utilizada na pesquisa em linguística para formular e testar suas teorias – listar usos, construir teorias, testa-las – Shieber se pergunta como um naturalista explicaria a legitimidade de tais intuições. Esta resposta é dada com a utilização da noção de modularidade proposta por Jerry Fodor. Segundo Fodor (1983), nossa mente trabalharia de forma modular e relativa ao contexto, não de forma única e geral. Apesar dessa pretensa variedade de processos

⁵⁴ ... is best conducted within the framework of our empirical knowledge of the world.

⁵⁵ An investigation of our concepts seems irrelevant to the real project of understanding the nature of space, or intentional states, or freedom. . . . It is through scientific discovery that we are able to determine the essential properties of natural kinds, and if knowledge, for example, is properly viewed as a natural kind, then there is reason to think that the sort of empirical investigation of knowledge which I advocate may also serve to discover its essential properties.

cognitivos, podemos distinguir algumas características dos módulos cognitivos: (1) têm especificidade de domínio, (2) encapsulam informação (não acessam informação externa ao módulo), (3) acesso limitado entre módulos, (4) velocidade, (5) são mandatórios e (6) suscetíveis a falhas específicas.

As estruturas modulares linguísticas e computacionais no cérebro gerariam representações sintáticas e semânticas de sentenças. Como estes módulos cognitivos são encapsulados – dizem respeito a determinadas atividades cognitivas – produzem representações apenas de determinado tipo, sem a interferência de outras fontes, o que, segundo Shieber, comportaria a exigência de Bealer de que as intuições sejam fontes básicas de evidência, sem subordinação ou dependência de outros tipos de fontes ou capacidades. Da mesma maneira, essa modularidade – com sua característica de especialidade por contexto – garantiria a confiabilidade do processo de formação de crenças, reforçando a ideia de que as intuições são fontes confiáveis de evidência.

Shieber afirma que a modularidade dos diversos sistemas cognitivos também garante que as intuições satisfaçam a definição padrão de crenças a priori, e cita Bonjour:

Assim, por exemplo, Bonjour conta uma proposição P como sendo justificada a priori (para uma pessoa particular, em um momento particular) se e somente se essa pessoa tem uma razão para pensar que P é verdadeira que não dependa de nenhum apelo positivo à experiência ou outro, contato mediado causalmente e quase perceptual com características contingentes do mundo, ... , mesmo se a habilidade da pessoa para entender P em questão derive, no todo ou em parte, da experiência.⁵⁶ (BONJOUR apud SHIEBER. 2012, p. 329)

A consequência disto também seria a de que Kornblith também deveria aceitar que as intuições são formadas a partir de mecanismos confiáveis de produção de crenças e que elas seriam também porta de entendimento dos fenômenos. Isto tudo

⁵⁶ Thus, e.g., Bonjour counts a proposition P as being justified a priori (for a particular person, at a particular time) if and only if that person has a reason for thinking P to be true that does not depend on any positive appeal to experience or other causally-mediated, quasi-perceptual contact with contingent features of the world, ... even if the person's ability to understand P in question derives, in whole or in part, from experience.

por razões naturalistas, o que faria das intuições linguísticas um modelo para satisfazer Bealer e Kornblith.

A pretensão de Shieber é mostrar que as intuições devem ser entendidas como resultado de mecanismos específicos de produção de representações estabelecido no cérebro para lidar com campos diferentes da realidade. Em paralelo às distinções estabelecidas por Steven Pinker entre os módulos de informação (mecânica intuitiva, biologia intuitiva, número, perigo, contaminação, psicologia intuitiva, informação social, justiça), Shieber propõe um Modelo Modular de Intuição (*Modularity Model of Intuition*):

“(MM1) Intuição é uma fonte de evidência que fornece bases que são

(MM2) específicas por domínio e produto de

(MM3) capacidades cognitivas reforçadas”⁵⁷ (SHIEBER. 2012, p. 332).

Uma das consequências deste modelo é a de que a faculdade intuitiva humana não é única, mas variada conforme o domínio da realidade a que esteja ligada. Mesmo com a disputa vigente entre teóricos da modularidade sobre o que deve ser entendido como sistemas computacionais e representacionais, a proposta se mantém porque sua característica principal na argumentação de Shieber é seu caráter a priori.

Segundo Shieber, as divisões dos módulos cognitivos apontadas por Fodor correspondem, em grande parte, às subáreas da filosofia: linguagem, mente, epistemologia, metafísica, ética e estética. Por exemplo, a ética relacionada aos módulos 5 (operações cognitivas relativas às intuições sobre contaminação, desgosto, contágio e doença) e 8 (intuições sobre direitos e obrigações, incluindo raiva e vingança), a metafísica aos módulos 1-3 (intuições sobre movimento, força, funcionamento animal e intuições numéricas), a filosofia da mente e a epistemologia ao módulo 6 (predição de comportamento humano). A evidência intuitiva como fonte

⁵⁷ (MM1) Intuition is a source of evidence that provides grounds that are
(MM2) domain specific and the product of
(MM3) hard-wired cognitive capacities.

de crenças para a filosofia derivada destes módulos dificilmente seria fruto de coincidência.

Apesar da força do argumento baseado na teoria da modularidade, isso só explicaria o mecanismo de produção das intuições a priori, mas não o porquê de muitas delas produzidas por diversas pessoas, e mesmo os especialistas, serem contraditórias. Essa contradição entre intuições é fundamental em muitas das críticas da filosofia experimental às intuições como fontes confiáveis de crenças, que veremos no próximo capítulo.

Capítulo 3 - A FILOSOFIA EXPERIMENTAL E AS INTUIÇÕES

As intuições têm sido consideradas fonte básica do desenvolvimento das análises tradicionais em epistemologia analítica. A partir do trabalho de Weinberg, Nichols e Stich (WNS, 2001), a nascente filosofia experimental inicia uma crítica das intuições como fonte privilegiada da análise filosófica. Os estudos iniciais indicariam uma compreensão diferente da posse de conhecimento por parte dos indivíduos conforme seus contextos culturais e econômicos. Apesar de seu início crítico às intuições, os desenvolvimentos posteriores abriram espaço para a apropriação das intuições dentro da epistemologia reconfigurada aos projetos da filosofia experimental. Os resultados de novos estudos mostrariam que boa parte dos indivíduos distinguiriam de maneira confiável situações de conhecimento das de não-conhecimento.

3.1 Histórico contemporâneo do problema

Em 1959, Chomsky escreve uma resenha crítica ao *Verbal Behavior* de Skinner (1957). Esse é um marco do crescimento da psicologia cognitiva como o mais novo e forte programa de pesquisa em psicologia, em detrimento do behaviorismo. A partir da década de 1960, as pesquisas em psicologia cognitiva se tornam predominantes e um dos temas sobre os quais se debruçam os esforços cognitivistas é o da intuição. Ao final da década de 1990, o livro *Rethinking intuition: the psychology of intuition and its role in philosophical inquiry* (DePAUL, M. R.; RAMSEY, W., 1998) apresenta uma série de resultados de pesquisas de psicologia cognitiva que trazem dúvidas à confiança no uso das intuições como fonte de conhecimento. No referido livro, psicólogos e filósofos apresentaram críticas e defesas da intuição como ferramenta metodológica e/ou fonte de conhecimento para a filosofia, pelo menos aquela filosofia entendida como análise conceitual e utilizadora de contraexemplos em seu desenvolvimento.

A metodologia filosófica tida como tradicional se caracterizaria pela análise de definições por meio de questionamentos derivados de contraexemplos, que

possibilitariam uma nova definição derivada das demandas apresentadas pelos contraexemplos. De forma ideal, uma definição deve ser imune a contraexemplos. As críticas apresentadas não miravam apenas ao modo tradicional de se conceber a filosofia – a análise conceitual – mas também às propostas de equilíbrio reflexivo onde intuições, teorias, dados, juízos, raciocínios, seriam todos revisáveis.

As pesquisas desenvolvidas por psicólogos cognitivos e sociais – tais como Kahneman, Tversky e Nesbitt – pareceriam mostrar que é muito difícil indicar um conjunto de condições que deem conta do que sejam as intuições, assim como também seria muito difícil que conceitos possam ser definidos em termos de condições necessárias e suficientes que dessem conta das intuições epistêmicas. As pesquisas mostrariam que uma série de padrões de raciocínio, desvios de inferência e vieses psicológicos afetam intuições e raciocínio.

O contexto das críticas à intuição na filosofia é percebido como um flanco aberto por pesquisas empíricas. No texto introdutório/apresentação do livro *Rethinking Intuition*, Gary Gutting afirma: “O assunto é, novamente, a possibilidade da investigação filosófica autônoma em uma seara dominada crescentemente por uma nova ciência empírica”⁵⁸ (GUTTING, 1998. p. 8). A configuração é a de uma restrição das pretensões da metodologia filosófica tradicional.

Em 2001, Weinberg, Nichols e Stich, no artigo *Normativity and epistemic intuitions* estreiam um campo de pesquisa que virá a ser nominado “filosofia experimental” (*experimental philosophy* - x-phi). Esses autores, inspirados pelas pesquisas em psicologia cognitiva e social, reportam haver evidência de que as intuições epistêmicas não são confiáveis. Essa afirmação não é produzida apenas com referência a outras pesquisas, mas também baseada nos dados produzidos por eles em pesquisas sobre intuições produzidas por casos de tipo Gettier em populações de diferentes gêneros e etnias. Os dados de questionários aplicados a grupos separados conforme essas diferenças indicam que estes percebem diferentemente os casos, atribuindo ou não conhecimento aos personagens

⁵⁸ The issue is, once again, the possibility of autonomous philosophical inquiry in a domain increasingly dominated by a new empirical science.

envolvidos nas histórias. As respostas indicariam um padrão de raciocínio “analítico” a populações ocidentais e um padrão “holístico” aos orientais.

A partir do artigo de Weinberg et al (WNS, 2001), novos experimentos da filosofia experimental apresentam argumentos contrários à confiança no uso de intuições em filosofia. Há também uma resposta a tais críticas, que procuram indicar que, ou o que se pesquisa não é o que filósofos chamam de intuição, ou indicando que os dados podem ser vistos como não determinantes para o banimento das intuições, ou com a produção ou a reprodução de novos experimentos que mostrem dados contrários às alegações da filosofia experimental, ou a desqualificação metodológica das pesquisas.

3.2 As críticas experimentais à intuição

As críticas em função da variação de percepção intuitiva por diferença de etnia e gênero continuaram exercendo pressão. Novos experimentos com casos Truetemp⁵⁹ teriam indicado que asiáticos atribuem aos personagens menos conhecimento que ocidentais. Em outros experimentos, personagens em casos Gettier seriam reputados mais vezes como detentores de conhecimento por orientais do que por ocidentais; e nos mesmos casos, mulheres também atribuiriam mais conhecimento que homens. (SWAIN et al, 2008) A arbitrariedade de atribuição de conhecimento em dependência das características de gênero e etnia mostrariam que as intuições são tão arbitrárias quanto e por isso mesmo não confiáveis. Em resposta, chama-se atenção para o fato de que tais variações de percepção são comuns também às percepções sensoriais, o que não representa fator de abolição de sua confiabilidade. Mulheres têm mais sensibilidade a cores, assim como grupos populacionais têm diferentes sensibilidades quanto à percepção de mudança climática. Tais variações existentes em uma determinada capacidade são consistentes com sua confiabilidade geral. Não haveria discrepância em casos onde as visões são fortemente opostas. Norte-americanos e britânicos de variada

⁵⁹ No caso Truetemp, um sujeito tem ligado a seu cérebro um termostato sem que tenha conhecimento disso. A ligação é tal que o sujeito tem crenças automáticas e sempre verdadeiras quanto à temperatura local em qualquer momento. O processo todo é extremamente confiável, apesar do sujeito não ter nenhuma ideia de como acontece. Ele possui conhecimento?

ascendência étnica e cultural não apresentam variações significativas em suas intuições epistêmicas sobre casos Gettier, assim como em situações onde os casos são melhor construídos não aparecem variações entre homens e mulheres ou entre orientais e ocidentais.

Em um exemplo retirado de um texto de filosofia hindu do século XII – escrito pelo filósofo SriHarsa – um caso do tipo Gettier é apresentado e a intuição derivada é a de que não há conhecimento. O caso remete à percepção a distância de uma nuvem de poeira como sendo uma nuvem de fumaça e a derivação da crença de que há fogo no local – o que só é verdade por acaso, pois há sim fogo no local. Tal exemplo é apresentado como indicativo de que a intuição é consistente com a atual e de diferentes culturas. O que poderia haver é apenas uma diferença de tendência, mas não de capacidade. (MATILAL, 1986)

Valendo-se de pesquisas em psicologia cognitiva e etologia, defensores das intuições procuram mostrar que a confiabilidade das intuições também é derivada de dados empíricos. Pesquisas mostram que a teoria da mente se desenvolve da mesma maneira em todas as culturas, isto é, a capacidade de leitura da mente é a mesma. Outras pesquisas indicam que a partir de 4 anos, homens e mulheres se mostram semelhantes na indicação de conhecimento e ignorância, assim como não se perceberam diferenças relevantes entre intuições de homens e mulheres em uma meta-análise de 46 estudos sobre o tema (HYDE, 2005).

A existência de variação contextual é também uma das fontes de críticas às intuições. Swain et al (2008) aplicaram questionários com casos Truetemp com a apresentação de casos claros de conhecimento e ignorância antes do caso Truetemp. Os resultados indicaram que o contexto muda a intuição, pois quando um caso de ignorância clara é apresentado antes do caso Truetemp, o respondente afirma que Truetemp tem conhecimento; quando o caso anterior é de conhecimento claro, o respondente diz que Truetemp não tem conhecimento. Ficaria a dúvida: quais intuições epistêmicas seriam suscetíveis e quais não seriam a diferentes contextos?

Outros argumentos dizem respeito à diferença entre as intuições de leigos e de especialistas. Filósofos teriam a capacidade de reconhecer características relevantes dos casos que demandam intuições epistêmicas. As diferenças poderiam ser

derivadas do fato de que muitos dos casos utilizados nos experimentos são narrativas estranhas com adaptações incomuns de casos epistemológicos, isto é, não se mostram facilmente identificáveis e/ou correlacionadas com os casos padrão Gettier originais, o que não permitiria indicar se o desacordo entre filósofos e leigos é real.

Clima e meio intelectual poderiam ser a causa da diferença entre intuições, isto é, teorias filosóficas guiam as intuições epistêmicas, o que indicaria que essas não são confiáveis porque variáveis conforme o background teórico daquele que tem a intuição. Mas Boyd e Nagel (2014) dão como contraexemplo o caso de Goldman para ilustrar que se pode ter intuições contrárias à teoria que se defende. Goldman teve intuições que o levaram da teoria causal do conhecimento ao confiabilismo.

Talvez a mais grave acusação às intuições venha da constatação do desacordo entre filósofos. O caso dos celeiros falsos seria um exemplo da diferença na intuição produzida em filósofos. Mas essa crítica pode ser contraposta com a análise do próprio caso original, que parece ambíguo: Quais os riscos a que Henry está exposto? A que tipo de questionamento ele está exposto enquanto dirige? Ele tem de decidir sobre tudo o que vê? Há sérias chances de ele olhar para um celeiro falso no momento que olha para um celeiro real? Muitos detalhes seriam deixados à imaginação em situações onde surge desacordo entre intuições dos filósofos.

De forma geral, as respostas aos desafios da filosofia experimental às intuições têm se construído de forma variada, desde a indicação de que os desafios da x-phi interpretam errado os dados e partem de suposições duvidosas à indicação de que o desacordo entre os especialistas (experts) e os leigos não indicam que intuições epistêmicas não são confiáveis. Se tomarmos as intuições epistêmicas como impressões sobre a ocorrência ou não de conhecimento, essas não são próprias apenas à filosofia. Conforme a teoria da mente derivada da psicologia cognitiva, a vida social só é propiciada pela capacidade de reconhecer conhecimento do outro; isto dá ao organismo vantagens competitivas, pois este pode prever mudança comportamental em outros. Conforme apontado por Buttelman et al (2009), crianças de 18 meses tentam ajudar adultos com falsas crenças⁶⁰ e a capacidade de monitorar

⁶⁰ As crianças de 18 meses do experimento tentam ajudar os adultos que elas percebem que tem falsas crenças de onde um brinquedo está. O experimento está baseado no fato de que essas crianças observam um pesquisador X mudar um brinquedo de uma caixa para a outra sem que o experimentador

a qualidade da informação recebida foi indicada por Sperber et al (2010). A capacidade de monitorar o conhecimento reforça a ideia de acurácia da atribuição intuitiva de conhecimento indicando que haveria um núcleo duro comum às intuições epistêmicas. Alguns defensores do uso das intuições afirmam que a crítica às intuições por parte da x -phi corre o risco de reafirmar as dúvidas céticas de forma abrangente e que ao contrário do que dizem os filósofos experimentais, parece claro que possuímos conhecimento em casos simples de percepção clara e inferência sólida. A afirmação da filosofia experimental de que pressões e/ou fatores variados influenciam intuições epistêmicas é semelhante às pressões céticas, que independem das intuições epistêmicas. A discussão talvez tenha mostrado que haja um exagero na importância dada às intuições para os métodos filosóficos tradicionais. Para Ichikawa (2014), intuições seriam como proteções (*hedge*) – um compromisso fraco para com uma tese. O termo ‘hedge’ é bastante utilizado em finanças para indicar um investimento com proteção contra riscos; no mesmo espírito, as intuições seriam palpites ou asserções sem muito compromisso por parte do sujeito que as têm.

Jonathan Weinberg, desde o artigo de 2001, tem produzido sistemática crítica às intuições. Segundo ele há um Desafio Restritivista (*restrictionist challenge*) que deve ser respondido. Fontes de evidência devem ser sensíveis a todos e somente aos tipos de coisas corretas e muitas intuições epistêmicas são sensíveis a coisas além do que importa para a verdade e a falsidade de suas afirmações. Essa sensibilidade não é bem-vinda e não é esperada (*unwelcomed/unexpected*). Os restritivistas gostariam de impor restrições metodológicas ao uso das intuições e indicar uma mudança no que se pensa sobre elas, o que implicaria em uma mudança na prática usual da filosofia, que só poderia ser realizada pela filosofia experimental.

Frente ao desafio restritivista de que as intuições devem ser apropriadamente sensíveis e responder aos questionamentos dos estudos da filosofia experimental, Weinberg e Alexander (2014) dizem que se apresentam duas concepções. A concepção magra de intuição (*thin*) diz que essas são algum tipo qualquer de estado mental (intuições são juízos ou inclinações para ajuizar algo); já a concepção espessa de intuição (*thick*) estabelece condições para identificar intuições. Segundo os

Y tome conhecimento (saiu da sala, por exemplo). Quando o experimentador tenta encontrar o brinquedo na primeira caixa, a criança indica para ele que o brinquedo não está lá.

autores, há três abordagens quanto a essas condições: fenomenológica (aquilo que possui “aparência de necessidade”) (como BEALER, 1998, 1998b); etiológica (competência conceitual e/ou uso correto nos variados conceitos); e metodológica (intuições são frutos de reflexão cuidadosa).

Para Weinberg, as intuições epistêmicas são por demais sensíveis a fatores não epistemológicos, daí a não confiabilidade. Há riscos altos com intuições por conta de sua sensibilidade indevida e essas divergências destroem a confiança, mesmo que na base intuições epistêmicas sejam corretas (*Baseline accuracy*) o que chamaríamos de Tese da Confiabilidade Geral (GRT - *General Reliability Thesis*), isto é, uma propensão à correção dos juízos.

Para Weinberg (2015, 2016), existem dois tipos de estratégias para administrar erros: Estratégias-P e Estratégias-S. As estratégias-P consistem em purgar fontes, purifica-las de erros e gerar prova (matemática). Essa é a estratégia da epistemologia tradicional, ou de poltrona. As estratégias-S procuram encontrar erros (*seek*), procurar enganos (*search*) e têm a ciência como modelo (*Science*).

As estratégias-P têm como modelo a matemática e os argumentos dedutivos concisos (CoDAs – *concise deductive arguments*). Suas vantagens são o número de premissas manejável, os diversos testes de validação, a separação entre validade e aceitabilidade de premissas, o fato de que uma premissa ruim destrói o argumento e a possibilidade de ser expandida recursivamente. Mas, a confiança vem a custo de recursos esparsos. Já as estratégias-S demandam busca ativa de possíveis fontes de erro (não são hipotéticas e não podem ser detectadas da poltrona) e frente à ameaça de erro, há obrigação das práticas em mostrar que os resultados são imunes a erros indesejáveis, de encontrar formas de revisão por meio de segurança metodológica e de retirar-se de áreas perigosas. Daí o exame das práticas inferenciais epistemológicas e a identificação de o quanto essas são frágeis à contaminação pelo erro de input das intuições epistêmicas.

Em seu estágio atual, a intenção da filosofia experimental vai além da desconfiança com as intuições. Recursos metodológicos melhores podem selecionar confiavelmente teorias de dados/fontes não confiáveis; mesmo com inputs ruins derivados das intuições, teríamos resultados melhores. Do contrário, recursos

metodológicos fracos mesmo com fontes de dados confiáveis podem selecionar teorias falsas.

A filosofia experimental está nos ajudando a ensinar o quanto a prática filosófica é confusa. Eu não acho que tenhamos feito a confusão – eu acho que nós estamos revelando uma confusão que já estava lá, mas que era varrida para debaixo do tapete de teorias logicamente sofisticadas. Essas teorias são usualmente elegantes, mesmo belas, mas parecem estar apenas se mantendo de maneira atrapalhada acima do chão poluído de nossas intuições filosóficas de todo humanas. Uma resposta que a filosofia experimental pode e deveria dar a essa situação é a de limpar esse chão – arrumar e ajudar a retirar o lixo que não pode ser movida a partir da poltrona. Mas o que incito aqui é que precisamos também buscar outra linha de resposta: aprender como nos mantemos confortavelmente em meio à confusão, para que possamos compreendê-la melhor. Onde não pudermos aprender como nos livrar da confusão, devemos aprender como encontrar um ponto de apoio seguro nela. Para fazer isso (e deixar a metáfora de restos no chão para trás) pode ser requerido reimaginar mais radicalmente a prática filosófica, especialmente em suas inferências, de uma forma que filósofos experimentais sequer tenham imaginado antes.⁶¹ (WEINBERG. 2016, pp. 30-31.)

Como indicado na passagem acima, em especial no texto sublinhado, o alvo da filosofia experimental passou a ser explicitamente a filosofia tradicional como um todo.

3.3 Sorensen e sua crítica à x-phi

Como indica Roy Sorensen (2014), para os defensores da x-phi ou se abole o uso das intuições na filosofia ou se abre espaço para todas as intuições, independentemente de serem advindas de profissionais/especialistas em filosofia ou de leigos. A influência de teorias na formulação e interpretação das intuições pode ser corrigida pelo aumento de casos confiáveis de nossos estoques de intuições por parte

⁶¹ Experimental philosophy is helping teach us just how messy philosophical practice is. I don't think we made the mess—I think we are revealing a mess that was already there, but which was, as it were, swept under the rug of logically sharp theories. These theories are often elegant, even beautiful, but they turn out to rest only awkwardly atop the lumpy, bumpy floor of our all-too-human philosophical intuitions. One response x-phi can, and should have to this situation is to clean up that floor—to tidy up and help take out the garbage that cannot be disposed of from the armchair. But I am urging here that we need also to pursue another line of response: learning how we can stand comfortably amid the mess, by means of a better understanding of it. Where we cannot learn how to get rid of the mess, we must learn how to find a secure footing within it. And to do so (and to leave the metaphor of floor coverings behind us) may require a more radical reimagining of philosophical practice, especially in its inferences, than even experimental philosophers heretofore imagined.

dos leigos ou as intuições podem ser abolidas da filosofia ao serem expostas pelas intuições conflitantes de leigos/novatos/especialistas e de grupos sociais diferentes (WEINBERG et al, 2001).

Para Sorensen, as intuições dos novatos, tanto nas ciências quanto nas humanidades, são amplamente ignoradas pelos especialistas. Se o que os filósofos X-phi pretendem é emular a prática dos cientistas, então deveriam desconsiderar as intuições filosóficas de leigos e novatos, pois ao tomarmos a física como exemplo, os físicos tomam as intuições de seus alunos como erros sistemáticos do processo de formação e não como dados contra as teorias físicas.

Uma psicóloga pode conduzir um questionário sobre os experimentos de calouros. Uma física está apta a se interessar pela psicologia da física. Entretanto, a psicologia da física não é física e a psicologia da filosofia não é filosofia.

Como um epistemólogo, eu sigo desenvolvimentos na psicologia do raciocínio e na psicologia da percepção. Eu leio filosofia experimental no mesmo espírito interdisciplinar. Embora alguns de seus trabalhos iniciais sejam a aplicação crua de questionários, filósofos experimentais têm aprendido com experimentadores profissionais. Consequentemente, seus artigos parecem mais e mais com artigos de psicologia – porque é isso que eles são!⁶² (SORENSEN, 2014. p. 136)

Outro traço interessante que Sorensen percebe nos dados e conclusões de Swain et al (2008), que indica ocorrer uma modificação das intuições dos novatos conforme a ordem em que os exemplos são apresentados (efeito de ordenação), é a de que o viés apresentado pela pesquisa precisa ser universalizado e auto aplicado às mesmas pesquisas de x-phi. Não só novatos, mas profissionais também se mostram suscetíveis a vieses. Dessa forma, um enxadrista ou filósofo profissional, apesar de serem vítimas de viés do efeito de ordenação, não têm suas performances alteradas significativamente por essa tendência. Como profissionais, os praticantes de x-phi teriam de submeter suas pesquisas ao mesmo padrão, o que resultaria dizer que o viés não é impeditivo, mas apenas uma característica a ser controlada. “Mostrar

⁶² A psychologist might conduct a survey of novice experiments. And physicists are apt to be interested in the psychology of physics. But the psychology of physics is not physics. And the psychology of philosophy is not philosophy.

As an epistemologist, I follow developments in the psychology of reasoning and the psychology of perception. I read experimental philosophy in the same interdisciplinary spirit. Although some of their early work is crude polling, experimental philosophers have learned from professional experimenters. Consequently, their articles look more and more like psychology articles—because that is what they are!

que um expert é vulnerável às mesmas fraquezas de um novato não leva a demonstrar que o expert falha em mostrar uma performance superior⁶³ (SORENSEN, 2014. p. 137).

Sorensen também procura lembrar que as intuições são uma resposta automática derivada de aprendizado. O pensamento crítico é flexível, mas há uma troca de flexibilidade pela velocidade e confiabilidade que a automação de respostas a situações permite. O aprendizado, mais do que apagar as intuições, as reescreve, permitindo que mesmo sendo submetido a alguma situação em que possa ser levado ao erro pelas circunstâncias, o especialista, no mais das vezes, passa por cima de intuições espontâneas e ingênuas que possa ter, como as dos calouros em sua área. No caso do filósofo profissional, sua posição permite analisar experimentos mentais a partir de uma gama maior de casos similares em comparação àquele que se inicia na filosofia.

Experimentos mentais figuram em peso na filosofia analítica. O método serve bem para assuntos especulativos porque experimentos mentais são as formas de evidência mais rápidas e baratas. O método é especialmente útil quando o assunto é controverso. Sua audiência precisa investir apenas cinco minutos de atenção. Se o experimento mental é persuasivo, ele é facilmente disseminado. Se o experimento mental falha em ser persuasivo, o custo é baixo para todos os envolvidos.⁶⁴ (SORENSEN, 2014. p. 142)

Embora possa parecer que Sorensen tem uma visão diplomática frente à filosofia experimental, ele afirma que assim como o conflito entre as intuições de físicos e alunos de física, os conflitos entre filósofos e alunos de filosofia – bem mais ainda em relação aos leigos – devem ser resolvidos da mesma forma: desconsiderando as intuições dos novatos. Sorensen ainda arrisca 5 profecias acerca da filosofia experimental:

1. A filosofia experimental está aí para ficar (basta ver o número de publicações);

⁶³ Showing that an expert is vulnerable to the same weaknesses as a novice does not go far in demonstrating that the expert fails to deliver superior performance.

⁶⁴ Thought experiments figure heavily in analytic philosophy. The method is well suited for speculative issues because thought experiments are the fastest and cheapest form of evidence. The method is especially useful when the subject matter is controversial. Your audience need only invest five minutes of attention. If the thought experiment is persuasive, it is easily disseminated. If the thought experiment fails to be persuasive, the cost is low to all concerned.

2. Haverá um cisma entre a filosofia experimental de laboratório e a ainda para se materializar, filosofia experimental de campo;
3. A filosofia experimental se acomodará e será vista como um complemento ao método dos experimentos mentais;
4. A filosofia experimental permanecerá constantemente questionada como filosofia, assim como ocorre com a história da filosofia; e
5. De forma até irreverente, Sorensen fala que Arne Naess, um filósofo norueguês conhecido mais pelos ideais ecológicos, ainda será reconhecido como o fundador da filosofia experimental, por ter sido o primeiro a aplicar questionários sobre o entendimento de conceitos como 'democracia', 'economia de mercado' e 'verdade', por exemplo.

As críticas da filosofia experimental poderiam ser interpretadas como uma continuação das críticas empreendidas pelo naturalismo, uma vez que se baseiam em pesquisas com questionários para referenciar perfis psicológico e culturais e as intuições que geram, indicando a utilização de atividades metodológicas características das ciências sociais, mas não das ciências naturais. Para muitos naturalistas, as ciências sociais também deveriam ser subsumidas nas ciências naturais, o que os faria recusar a filosofia experimental como proposta naturalista. Naturalistas e filósofos experimentais se unem no ataque externo às intuições, isto é, suas críticas advêm de fatores exteriores à discussão filosófica conceitual sobre as intuições. Esse não é o caso das críticas internas, caracterizadas no próximo capítulo pelos argumentos de Timothy Williamson e Herman Cappelen.

Capítulo 4 – WILLIAMSON, CAPPELEN E O PAPEL DAS INTUIÇÕES NA FILOSOFIA

Timothy Williamson e Herman Cappelen apresentaram duas duras críticas ao uso das intuições na metodologia de análise conceitual da filosofia. Essas críticas, ao contrário das naturalistas e da filosofia experimental, podem ser entendidas como internas à tradição, pois partem da análise do uso efetivo que se faz das intuições – com sua efetiva negação de uso, necessidade e existência – e da sua falta de fenomenologia própria.

4.1 Williamson: sobre as intuições

Em seu livro *The philosophy of philosophy* (2007), Timothy Williamson afirma, logo na Introdução, que a filosofia geralmente é definida como uma atividade cuja metodologia é *a priori*, em contraposição às ciências naturais, cuja metodologia seria *a posteriori*. Williamson afirma que na filosofia contemporânea poucos filósofos têm estômago para um racionalismo cru, enquanto muitos têm simpatia por um empirismo cru, que se apresenta com o nome “naturalismo”. A competência conceitual e linguística seria o que a filosofia tem para apresentar como seu instrumental intelectual, isto é, “as questões filosóficas se apresentam como sendo em algum sentido, questões conceituais”⁶⁵ (WILLIAMSON, 2007. p. 2). O que os filósofos conceituais, ou analíticos da poltrona (*armchair*), indicariam como singular ao seu trabalho seria o apelo às intuições racionais, fruto de uma faculdade especial geradora de conhecimento. Williamson explicita que um dos principais objetivos de seu livro é de “que a aceitação comum do excepcionalismo filosófico é falsa”⁶⁶ (WILLIAMSON, 2007. p. 3).

Com esse objetivo, Williamson afirma que as intuições nada mais são que disposições para julgar situações e isso não se configura como algo distintivo e a ideia de que há um método distinto da filosofia deve ser esquecida, uma vez que a filosofia

⁶⁵ ...: philosophical questions turn out to be in some sense conceptual questions.

⁶⁶ ... that the common assumption of philosophical exceptionalism is false.

se utiliza de vários tipos de métodos. O repertório de métodos é aquele utilizado pela comunidade de filósofos, o que leva Williamson a indicar mais um dos objetivos de seu livro: mostrar que as diferenças dos assuntos e temas filosóficos em relação aos de outras ciências é bem menos profundo do que se pensa. Apesar de os filósofos serem mais interessados em verdades abstratas, gerais e necessárias, esse interesse ocorre também em outras áreas. Na esteira dessas objeções, Williamson coloca mais uma:

Mas um terceiro tema desse livro é o de que a corrente filosófica atual falhou em articular uma metodologia filosófica adequada, em parte porque caiu no erro epistemológico clássico de psicologizar os dados. Por exemplo, nossa evidência é algumas vezes apresentada como constituindo-se de nossas intuições: não os seus conteúdos, uma vez que é permitido que algumas de nossas intuições possam ser falsas, mas nossos estados psicológicos ao termos essas intuições.⁶⁷ (WILLIAMSON, 2007. p. 4-5)

Assim, a filosofia estaria se preocupando com os estados mentais (crenças) que temos e não com o estado de coisas do mundo, que são o que os estados mentais representam. A proposta de Williamson é repensar a metodologia filosófica, o que implicaria para ele que, do fato de a filosofia **poder** ser feita a partir da poltrona, nada indica que ela **deva** ser feita a partir dela e que resultados dos experimentos científicos têm algumas vezes relevância direta sobre as questões filosóficas.

A filosofia costuma fazer um paralelo entre a importância que as evidências têm para a pesquisa empírica e a importância que têm também para a própria filosofia, só que a evidência filosófica, quando produzida, deve ter alguma característica que permita a avaliação de sua verdade. “Embora toda evidência seja verdadeira, nem todas as verdades são evidências”⁶⁸ (WILLIAMSON, 2007. p. 209). Deve haver algum tipo de acesso às evidências, no que internalistas e externalistas se separam, ao indicarem respectivamente que esse acesso deva ser consciente e independente do ambiente externo, e que o acesso é externo, o que os fará diferenciarem-se também quanto ao que consideram evidência ou não. Mas o que é apresentado como

⁶⁷ But a third theme of this book is that the current philosophical mainstream has failed to articulate an adequate philosophical methodology, in part because it has fallen into the classic epistemological error of psychologizing the data. For example, our evidence is sometimes presented as consisting of our intuitions: not their content, since it is allowed that some of our intuitions may be false, but rather our psychological states of having those intuitions.

⁶⁸ Although all evidence is true, not all truths are evidence.

evidência é sempre evidente? A resposta a essa pergunta é: não. Se eu posso estar errado sobre o que tomo como evidência, então o que conta como evidência pode ser controverso. Isso não habilitaria essa fonte de evidência como apropriada para a investigação, uma vez que ela pode não ser sempre identificada como evidência. Essa seria uma exigência muito forte de infalibilidade que só favoreceria o cético. O desejável é que tenhamos algo que se mostre de alguma forma decidível, não infalível. O que é decidível é aquilo que pode ser compartilhado previamente pela comunidade de investigadores como evidência. Ante de se discutir a hipótese **h**, a evidência de tipo **p** deve ser aceita pelos participantes da discussão. À essa ideia, Williamson chama de *Neutralidade da Evidência*.

A Neutralidade da Evidência traz consigo alguns problemas, por exemplo, ao me defrontar com o sujeito em um caso de tipo Gettier, afirmo que esse sujeito não tem conhecimento e concludo que conhecimento não é crença verdadeira justificada. Enquanto a comunidade compartilha essa mesma intuição, ela é tomada como evidência, mas isso se desfaz quando me vejo contraposto com alguém que afirma que essa afirmação sobre o sujeito do caso Gettier é fruto apenas de meus preconceitos culturais. Eu me encontro na situação de que a presunção de que o sujeito não tem conhecimento não é decidível e a Neutralidade da Evidência me faz voltar atrás procurando algo que nos faça compartilhar algo como evidência. Segundo Williamson, esse algo seria a crença, ou a disposição de acreditar, que o sujeito do caso Gettier não tem conhecimento; passamos assim para afirmações sobre estados psicológicos e com a complicação de ter de construir uma ponte entre premissas psicológicas e uma conclusão epistemológica. (WILLIAMSON, 2007)

Como visto em capítulos anteriores, o assunto de boa parte da filosofia não é conceitual em nenhum sentido relevante. Muitos epistemólogos estudam o conhecimento, não apenas o conceito comum de conhecimento. Metafísicos que estudam a natureza da identidade através do tempo se perguntam como as coisas persistem, não como nós pensamos ou falamos que elas persistem. Em tal investigação, a separação entre crença e verdade é do mesmo tipo, assim como na maior parte das investigações não-filosóficas e a proposta [de cobrir essa separação] oferece pouca ajuda. Mesmo quando um de nossos conceitos é nosso assunto, nossa inclinação para aplica-lo em um dado caso de forma alguma garante que a aplicação é correta. ... A

*separação entre crença e verdade nunca desaparece completamente.*⁶⁹ (WILLIAMSON, 2007. p. 211-212)

Ao mostrarem suas evidências, os cientistas falam principalmente de fatos não-psicológicos (com a exceção dos psicólogos), resistindo à Neutralidade da Evidência, o que a filosofia também deveria fazer. Assim, a Neutralidade da Evidência se mostra falsa porque ter uma evidência para uma crença não necessita ser hábil em persuadir todos que entram na investigação, porque segundo Williamson, nem todas as crenças humanas conseguiriam tal façanha. “Mesmo em princípio, não podemos sempre decidir quais proposições constituem evidência antes de decidirmos o assunto filosófico principal; algumas vezes, a primeira situação [que proposições são evidência] é propriamente implicada pela última [qual é o assunto principal]”⁷⁰ (WILLIAMSON, 2007. p. 212). A queda do princípio da Neutralidade da Evidência torna então difícil o consenso, pois o papel de árbitro neutro que deveria ser o da evidência se mostra sem base.

Dessa forma a situação do status das intuições como evidências se torna urgente, pois elas seriam a rota de fuga dos filósofos analíticos contemporâneos quando seus argumentos se esgotam e elas se tornam a fonte de evidência da filosofia. Para Williamson, esse papel dado às intuições é derivado do princípio da Neutralidade da Evidência, mas como a intuição se liga à verdade? Não há um acordo acerca do que as intuições são e também nenhuma explicação aceita pela maior parte dos filósofos da correlação entre se ter uma intuição **p** e de ser **p** verdadeira.

Williamson cita Bealer e sua ideia de que as intuições são aparências intelectuais, mas essas intuições não têm a fenomenologia rica das aparências perceptuais, que se apresentam em eventos com diversas características: cor, som, gosto, textura, etc. As intuições racionais ou intelectuais não têm qualidade específicas suas, e Williamson afirma que não é consciente de nenhuma aparência

⁶⁹ As seen in earlier chapters, the subject matter of much philosophy is not conceptual in any distinctive sense. Many epistemologists study knowledge, not just the ordinary concept of knowledge. Metaphysicians who study the nature of identity over time ask how things persist, not how we think or say they persist. In such inquiry, the gap between belief and truth is of the same kind as in most non-philosophical inquiry, and the proposal offers little help. Even when one of our own concepts is our subject matter, our inclination to apply it in a given case by no means guarantees that the application is correct. ... The gap between belief and truth never completely disappears.

⁷⁰ Even in principle, we cannot always decide which propositions constitute evidence prior to deciding the main philosophical issue; sometimes the latter is properly implicated in the former.

intelectual, apenas tem inclinações intelectuais conscientes de acreditar em algo. Assim, as intuições são apenas uma forma de se advogar alguma especificidade ao trabalho do filósofo em função de sua metodologia.

Sobre essa especificidade da filosofia, em seu último livro, *Doing philosophy* (WILLIAMSON, 2018) – livro escrito como um manual de introdução ao fazer filosófico – Timothy Williamson diz que a filosofia é hiperambiciosa e parece estar em disputa com as ciências naturais, tal o conjunto de temas que aborda, mas nessa disputa a filosofia parece bem menos municiada que as ciências naturais. Uma suposta oposição parece se mostrar errada e no livro, Williamson tenta mostrar que os métodos filosóficos são os métodos científicos apropriados para as questões filosóficas e como a matemática, a filosofia não é uma ciência natural, mas também não é uma “ciência madura” (WILLIAMSON, 2018. p. 5).

Para muitos filósofos as aparências são o padrão ouro de evidência e uma boa teoria deve ‘salvar as aparências’, mas Williamson diz que essa equiparação entre aparências e evidências é também contrária ao espírito das ciências, que se pautam pelo escrutínio de outros e não pelas aparências que ocorrem aos indivíduos. A evidência é por princípio sempre aberta à contestação. O mesmo diz respeito à análise ou esclarecimento de conceitos e palavras. Essa não é uma atividade especificamente filosófica pois é praticada pelas diversas áreas do saber, a diferença se mostra no grau de sistematização dessa análise, que na filosofia – e também na crítica literária – parece ser maior que em outras áreas. Isto porque em filosofia, os conceitos estariam ligados fortemente às definições, o que mostra a força da ideia de que a filosofia seja análise conceitual. Só que ao contrário da matemática, que se desenvolve ao tomar axiomas como pontos de partida e esses não precisam se mostrar como verdades conceituais, alguns filósofos tendem a tomar as verdades conceituais como o objetivo de seu trabalho de análise. A filosofia deveria fazer o mesmo que a matemática e trabalhar com uma teoria forte e explicitamente articulada. (WILLIAMSON, 2018. p. 8-18; 35-49)

4.2 Cappelen: sobre as intuições

O tratamento que Herman Cappelen dá ao papel das intuições parece claro no título de seu livro *Philosophy without intuitions* (2012). Para Cappelen, a afirmação de que as intuições são evidências para a filosofia é simplesmente falsa. “... não é verdade que os filósofos confiam extensivamente (ou mesmo um pouco) nas intuições como evidências. Na pior das situações, os filósofos analíticos são culpados em usar de forma irresponsável um vocabulário sobre intuições [‘intuition’-vocabulary]”⁷¹ (CAPPELEN, 2012. p. 1).

À ideia de que os filósofos analíticos contemporâneos tomam as intuições como evidência para a filosofia, Cappelen chama de **Centralidade**. Bealer seria um dos autores que afirma essa Centralidade das intuições, mas não apresentaria evidência para essa afirmação. Ao analisar a posição de diversos autores que são defensores da intuição, Cappelen afirma existirem dois argumentos tácitos: o argumento que parte da conversa sobre intuições (*‘intuition’-talk*) e o que parte da prática filosófica. O primeiro argumento deriva da forma “promíscua” com a qual os filósofos utilizam o termo ‘intuição’ e correspondentes. “Se filósofos caracterizam premissas importantes em seus argumentos como ‘intuitivas’, temos razão para suspeitar que, de alguma maneira, se baseiam em intuições como evidência”⁷² (CAPPELEN, 2012. p. 4).

Já o argumento derivado da prática filosófica confia na forma como os filósofos fazem filosofia, na argumentação que fazem de suas visões filosóficas. Para Cappelen, são quatro os tipos de práticas filosóficas usadas nessa argumentação:

1. Intuição e método dos casos;
2. Atividade de poltrona e aprioricidade;
3. Intuição e análise conceitual; e
4. Pontos iniciais básicos (*rock-bottom starting points*) para os argumentos.

⁷¹ ...: it is not true that philosophers rely extensively (or even a little bit) on intuitions as evidence. At worst, analytic philosophers are guilty of engaging in somewhat irresponsible use of ‘intuition’-vocabulary.

⁷² If philosophers characterize key premises in their arguments as ‘intuitive’, we have reason to suspect they are, in some way or another, relying on intuitions as evidence.

Os filósofos que acreditam na Centralidade das intuições são de dois tipos: aqueles que pensam serem as intuições estados mentais *sui generis* e os que pensam serem as intuições o subconjunto de algum outro estado mental. Bealer seria o principal representante do primeiro grupo, ao fornecer diversos exemplos de que as intuições se diferenciam de crenças, palpites, inclinações para acreditar, etc. Segundo Cappelen, essas são apenas caracterizações negativas e Bealer não dá uma caracterização positiva, no máximo indica que intuições são aparências intelectuais, “mas em nenhum ponto somos informados o que são aparências”⁷³ (CAPPELEN, 2012. p. 8).

O segundo grupo de filósofos costuma indicar que as intuições são crenças ou inclinações para acreditar. Reduccionistas acabam por concordar que as intuições são estados ou eventos mentais, o que Cappelen toma como a mais liberal interpretação do que são intuições. Outros filósofos dizem que as intuições são um tipo específico de crença ou inclinação para acreditar, que em sua maior parte se fiariam nas seguintes características:

1. Intuições são crenças acompanhadas de um tipo especial de fenomenologia;
2. Intuições são crenças com um tipo especial de justificação, por exemplo, competência conceitual, que é a posição de Bealer.
3. Intuições são crenças com um certo tipo de conteúdo; no caso de Bealer, somente verdades necessárias; e
4. Intuições são crenças com uma certa etiologia, por exemplo, derivadas de um processo interno inconsciente e sem controle por parte do indivíduo.

4.2.1 O argumento da conversa sobre as intuições

Cappelen cita Jaakko Hintikka e sua visão de que a conversa sobre intuições tomou corpo a partir da década de 60 do século passado. Por que?

A resposta é simples. Intuições tornaram-se moda na filosofia como consequência da popularidade da linguística de Noam Chomsky e sua metodologia. De acordo com a concepção generalizada, linguistas generativos como Chomsky lidavam com intuições de falantes

⁷³ But at no point are we told what intellectual seemings are.

competentes da gramaticalidade procurando por uma gramática, isto é, um conjunto de regras generativas que produzem todas e somente aquelas sentenças que são intuitivamente aceitas por esses falantes. Esse tipo de metodologia se fez atrativa pelo notável e tremendo sucesso das teorias de Chomsky nos anos 60 e 70.⁷⁴ (HINTIKKA, 1999. p. 127, apud CAPPELEN, 2012. p. 22)

Mesmo que isso seja verdade, o argumento da conversa sobre intuições só pode ser desmantelado ao se mostrar a ambiguidade e diversidade do uso de termos como ‘intuição’ e correlatos, tanto na fala comum, quanto na filosofia. Cappelen dá inúmeros exemplos da variedade de usos e significados que os termos da categoria intuição – e ele inclui aí também os termos ligados ao termo ‘aparência’ – são utilizados na linguagem comum (o capítulo 2 de *Philosophy without intuitions* é dedicado a isso). Se os filósofos não utilizam esses termos nos sentidos comuns – na verdade, em sua maioria, afirmam que o uso filosófico é diferente – então o argumento da conversa sobre intuições deve nos fazer se debruçar sobre a análise do uso filosófico desses termos.

Ao analisar o uso que os filósofos fazem dos termos ‘intuição’ e correlatos, Cappelen mostra que mesmo recusando usarem os termos nas acepções comuns da língua, não há uma uniformidade em seu uso. Esses termos são usados de inúmeras formas ligadas à tradição filosófica a qual o filósofo pertence e não existe sequer uma forma dominante entre elas, provavelmente em função de um uso irrefletido e em uma prática linguística falha que não possui âncora semântica. Cappelen chama essa prática de teoria do vírus verbal da proliferação da ‘intuição’ (*verbal virus theory of ‘intuition’ proliferation*), que deve ser abandonada como um hábito ruim que prejudica a filosofia ao incluir a intuição como parte da metodologia filosófica. (CAPPELEN, 2012. p. 50)

Segundo Cappelen, a introdução de um termo *T* é falha quando:

- *T não tem definição acordada entre os praticantes da disciplina.*
- *Não há concordância entre os participantes da disciplina sobre que casos constituem paradigmas centrais da extensão de T.*

⁷⁴ The answer is simple. Intuitions came into fashion in philosophy as a consequence of the popularity of Noam Chomsky’s linguistics and its methodology. According to a widespread conception, generative linguists like Chomsky were accounting for competent speakers’ intuitions of grammaticality by devising a grammar, that is, a set of generative rules that produces all and only such strings that are intuitively accepted by these speakers. This kind of methodology was made attractive by the tremendous perceived success of Chomsky’s theories in the 1960s and 1970s.

- *Não há acordo sobre o papel teórico que T (ou a extensão de T) tem na disciplina.*
- *Há considerável descordo e disputa dentro da disciplina acerca de T mesmo.⁷⁵ (CAPPELEN, 2012. p. 52)*

A intuição sofre com todos esses problemas. Para alguns filósofos é necessário que a intuição esteja baseada sobre determinada competência, para outros não. Alguns defendem que o que é intuído deva ser uma verdade necessária, outros não. Temos filósofos que falam de uma fenomenologia específica das intuições, enquanto outros negam que haja tal. Alguns pensam que a intuição tem de ser verdadeira, enquanto a maioria acha que as intuições podem ser falsas. Para alguns filósofos a intuição é reflexiva. Filósofos defendem que o conteúdo de uma intuição remete apenas a casos particulares, enquanto outros acham que pode também remeter a princípios gerais. Além disso, a tradição kantiana vê intuições como objetos da percepção.

Segundo Cappelen, o uso irrefletido da terminologia sobre intuições se caracteriza por: (i) distanciar-se da linguagem comum; (ii) falta de intensão clara; (iii) não há subcomunidade unificada de especialistas a que se reportar; (iv) o falante pertence a diversas subcomunidades no qual o termo é usado e com diferentes usos; (v) não há concordância sobre uma definição; e (vi) não há concordância quanto a um conjunto de casos paradigmáticos.

Cappelen propõe três estratégias para o uso de 'intuitivo' pelos filósofos.

1. **Simple remoção.**

A melhor coisa a fazer seria remover esses termos, o que não afetaria a substância dos argumentos e traria clareza e rigor. A modificação seria feita da seguinte maneira: de sentenças como 'É intuitivo que p' ou 'Eu tenho a intuição que p' teríamos simplesmente 'p'. Um exemplo que Cappelen dá, de um texto de Williamson é

⁷⁵ - T has no agreed upon definition among practitioners of the discipline.
 - There is no agreement among participants in the discipline about what cases constitute core paradigms of the extension of T.
 - There is no agreed upon theoretical role that T (or T's extension) plays in the discipline.
 - There is considerable disagreement and dispute within the discipline about T itself.

“No caso da loteria, é intuitivamente claro, dada a natureza de minha evidência, que eu não sei que seu bilhete não foi premiado”⁷⁶ (Williamson *apud* CAPPELEN, 2012. p. 64).

A retirada de ‘intuitivamente’ traria maior clareza ao texto.

2. Estalo (*snap*).

Algo como “intuitivamente, p’ pode ser entendido como um juízo ou um entendimento feito sem muita ou nenhuma reflexão e raciocínio. Se aproxima de uma assertiva evasiva que procura se livrar de algum comprometimento. Pode ser: (i) um juízo sem muito esforço ou raciocínio; (ii) um entendimento com pouco esforço e raciocínio; (iii) um juízo rápido que visa enfraquecer o comprometimento de quem o pronuncia; e (iv) um entendimento não muito preciso que também diminui o comprometimento.

3. Pré-teorética.

Entende-se intuição aqui como uma conclusão sobre determinada questão que é apresentada sem ou antes de alguma investigação. A afirmação seria uma espécie de suposta base comum de onde se pode partir para a investigação.

Cappelen afirma que essas estratégias evitam três elementos comuns da discussão contemporânea sobre intuições: (i) não há o uso de nenhuma referência a algum tipo de fenomenologia especial; (ii) não é preciso usar qualquer tipo de competência conceitual; e (iii) as intuições deixam de ter qualquer tipo de status justificativo padrão. Por consequência, essas estratégias retiram qualquer base para o argumento da conversa sobre intuições e para a tese da Centralidade.

A análise que Cappelen faz de Williamson (2007) indica que ele tem uma posição similar à de David Lewis e van Inwagen

⁷⁶ In the lottery case, it is intuitively clear, given the nature of my evidence, that I did not know that your ticket did not win.

Nossas intuições são simplesmente opiniões; ... Mas todas elas são opiniões e um objetivo razoável para um filósofo é coloca-las em equilíbrio.⁷⁷ (Lewis apud CAPPELEN, 2012. p. 84)

Nossas intuições são simplesmente nossas crenças, ou talvez, em alguns casos, as tendências que fazem certas crenças atrativas para nós, que nos movem em direção a aceitar certas proposições sem nos levar o caminho todo até a aceitação...⁷⁸ (van Inwagen apud CAPPELEN, 2012. p. 84)

Assim, os três parecem afirmar algo do tipo

“No uso filosófico, ‘A tem a intuição de *p*’ é verdade somente no caso de A acreditar ou estar (conscientemente) inclinado a acreditar em *p*.”⁷⁹ (CAPPELEN, 2012. p. 84)

A crítica de Cappelen é de que essa tese generaliza a ponto de que tenhamos que aceitar que podemos sempre, nos contextos filosóficos relevantes, usar intuição para qualquer crença ou inclinação para acreditar. Isso tem um efeito perverso para a tese da Centralidade porque intuições em qualquer área podem ter essas características.

4.2.2 O argumento da prática filosófica

Uma das principais indicações dos defensores da intuição é a de que o método dos casos evidencia uma prática filosófica que requer as intuições para seu funcionamento, mas isso é criticado por Cappelen em diversas frentes.

Para ele, os casos em filosofia, ao contrário do que é usualmente afirmado pelos defensores das intuições, não são usados para responder questões, mas sim para levantar questões significativas acerca de características do mundo. Bons casos filosóficos são tão intrigantes que não comportam apenas uma resposta, mas muitas respostas e juízos que podemos dar em relação a esses casos em relação às

⁷⁷ Our “intuitions” are simply opinions; ... But they are all opinions, and a reasonable goal for a philosopher is to bring them into equilibrium.

⁷⁸ Our intuitions simply are our beliefs—or perhaps, in some cases, the tendencies that make certain beliefs attractive to us, that “move” us in the direction of accepting certain propositions without taking us all the way to acceptance

⁷⁹ In philosophical usage, ‘A has the intuition that *p*’ is true just in case A believes or is (consciously) inclined to believe *p*.

questões que tentamos responder. Essa complexidade faz com que os casos não se apresentem isolados, mas pertençam a um conjunto de casos, dos quais temos de ser capazes de nos desfazer do que é acessório. Ao contrário da visão acerca das intuições sobre casos, estes exigem reflexão que leve em consideração contextos epistemicamente exigentes. Assim como os casos vêm em grupos, os filósofos usam uma variedade de fontes de evidência, sem nenhuma restrição muito forte a seus usos. Do mesmo modo, as respostas às questões representadas ou postas pelos casos também se apresentam em modalidades variadas. E por final, e talvez a mais enfática afirmação de Cappelen sobre o método dos casos, ele não é um método. Os filósofos apenas se atêm a características importantes do mundo ou do que o mundo poderia ser. (CAPPELEN, 2012. p. 188-191)

As consequências dessas críticas são as de que as seguintes afirmações são mal concebidas: (i) juízos sobre casos são básicos para a atividade filosófica; (ii) juízos com uma certa fenomenologia têm um papel especial na teorização filosófica; (iii) filósofos procuram verdades conceituais baseadas em competência conceitual; (iv) filósofos procuram essências ou verdades necessárias; (v) filósofos procuram conhecimento *a priori*; e (vi) filósofos apelam ao que não-filósofos diriam sobre os casos como evidência. Todas essas teses implicam novamente na derrocada da tese da Centralidade das intuições por parte dos filósofos.

A tese da Centralidade pode receber uma pequena modificação para se resumir a um modo específico de se fazer filosofia:

“**Centralidade**_(ca): Filósofos que se engajam em análise conceitual confiam nas intuições como evidência (ou como uma fonte de evidência)”⁸⁰ (CAPPELEN, 2012. p. 205).

Cappelen usa o termo ‘hipérbole’ para se referir à atrofia recíproca que ocorre entre intuições e a análise conceitual. Em função de meta-reflexão confusa, filósofos descrevem o que fazem como análise conceitual baseada em intuições. Esses filósofos enfrentam três desafios: (i) mostrar que análise conceitual e seus conceitos correlatos são coerentes; (ii) mostrar que se há coerência e verdades conceituais, que

⁸⁰ Centrality(CA): Philosophers who engage in conceptual analysis rely on intuitions as evidence (or as a source of evidence).

estas verdades têm significado filosófico; e (iii) mostrar que se há verdades conceituais de significado filosófico, as intuições são importantes para o estudo dos conceitos. Para Cappelen, os filósofos defensores do método da análise filosófica e da importância das intuições terão de mostrar algum tipo de princípio ponte, pois segundo ele, a investigação contemporânea séria sobre conceitos está inserida dentro de estudos empíricos sobre a posse e aquisição de conceitos – o que será negado no próximo capítulo sobre a posição a respeito disso desenvolvida por Michael Huemer.

Segundo Cappelen, na tradição iniciada por W. O. Quine e indo até Williamson, há uma recusa de aceitar a existência de algum fenômeno que possa ser caracterizado como verdade conceitual ou analiticidade.

Não há boa razão anterior para se esperar condições não-circulares necessárias e contingentes para o conhecimento em termos de verdade, crença e outros fatores. Além disso, o fracasso por mais de décadas do extenso programa de pesquisa pós-Gettier em mostrar tais condições, fornece razões indutivas posteriores para pensar que elas não existem [as condições].⁸¹ (Williamson apud CAPPELEN, 2012. p. 217)

Em função de suas críticas ao uso das intuições e do método da análise conceitual em filosofia, Cappelen vai propor uma ‘engenharia conceitual’ em seu livro *Fixing language: an essay on conceptual engineering* (2018). A engenharia conceitual seria um processo de avaliar e aprimorar nossas ferramentas representacionais, que ele concorda que possam ser chamadas de ‘conceitos’. A atividade de manejar conceitos não é característica exclusiva da filosofia, mas exige atitudes específicas para ser levada a cabo e que caracterizam as personalidades dos investigadores envolvidos na atividade. Um dos tipos de investigadores é o que Cappelen chama de ‘complacente representacional’; sua complacência vem do fato de que ela se vale dos conceitos que lhe são fornecidos por seus pares, professores e comunidade sem se importar muito com algum tipo de meta-reflexão sobre as ferramentas que utiliza para falar e pensar. O outro tipo de investigador é o ‘cético representacional’ que procura questionar e melhorar os conceitos com que ela e a comunidade trabalham. Ambas atitudes podem estar em uma mesma pessoa e essas estão em diversos campos do

⁸¹ There was no good prior reason to expect non-circular necessary and sufficient conditions for knowledge in terms of truth, belief and other factors. Moreover, the failure of the extensive post-Gettier research programme over several decades to come up with such conditions provides posterior inductive reason to think that there are none.

saber, não só na filosofia, mas onde nos comunicamos usando a linguagem. (CAPPELEN, 2018)

Para Cappelen, a tese da Centralidade_(ca) só poderia se manter por uma visão peculiar do que sejam conceitos e como estudá-los, o que está além do pretendido por ele em *Philosophy without intuitions*, já que em sua visão, ele passou por todas as principais percepções e defensores da teoria da importância das intuições como evidência para a filosofia analítica. Essa versão peculiar, mas que Cappelen conhece e recusa, será o tema do próximo capítulo.

Capítulo 5 - BEALER, HUEMER E A DEFESA DAS INTUIÇÕES

A separação na filosofia entre proponentes e detratores do *a priori* tem como um de seus campos de batalha as intuições. Enquanto alguns recusam a possibilidade de conhecimento ou de evidências *a priori*, outros tomam as intuições como um de seus exemplares. George Bealer é um defensor do conhecimento *a priori* que se vale da ideia de que as intuições são a fonte confiável de sua força e possibilidade, assim como garantidoras da autonomia e da autoridade da filosofia frente à supremacia dada às ciências empíricas pelos naturalistas.

5.1 A defesa de Bealer do *a priori* e das intuições

Segundo George Bealer (1999, p. 29), muitos filósofos no século XX tomaram analiticidade, verdade necessária e *a priori* como equivalentes. Mesmo que quineanos estejam certos em sua crítica da analiticidade, isto não garante a crítica em conjunto da modalidade e do *a priori*. As equivalências entre conhecimento e crença verdadeira justificada, e entre justificação e boa evidência, também se viram sob ataque no século XX. Embora a discussão ainda se dê, a boa evidência é certamente necessária ao entendimento crítico, o que abre a Bealer a via de defesa do *a priori*.

A intuição é a evidência primordial nas disciplinas *a priori* da lógica, matemática e filosofia, o que leva Bealer a defendê-las como fonte de evidência, sem as quais alguém estaria autoderrotado epistemicamente. A explicação do porquê intuições contarem como evidência é dada por um confiabilismo modal, “a doutrina de que há um certo tipo qualificado de ligação modal entre intuições e a verdade”⁸² (BEALER. 1999, p. 29). Esta ligação seria derivada da posse – ou do entendimento – dos conceitos envolvidos nas intuições.

A análise de Bealer começa com a caracterização do que ele chama de “nosso procedimento de justificação padrão” (BEALER. 1996, 1999). Temos diversas fontes de evidência para a filosofia – experiência, observação, testemunho – e dentre elas,

⁸² ... the doctrine that there is a certain kind of qualified modal tie between intuitions and the truth.

a intuição tem se mostrado onipresente, servindo como indicadora de possibilidades e como conceitos se aplicam a estas possibilidades. Segundo Bealer, muitas de nossas crenças teóricas derivam de uma justificação a priori na qual o papel das intuições é básico e teria a seguinte conformação ideal: “(1) considerar intuições; (2) submete-las à crítica dialética; (3) construir teorias que sistematizem as intuições sobreviventes; (4) testar estas teorias com outras intuições; (5) repetir o processo até que o equilíbrio seja alcançado”⁸³ (BEALER, 1996, p. 122). Fora o uso ocasional que os filósofos fazem de evidência empírica, este seria o procedimento padrão em filosofia.

Para distanciar os possíveis sentidos misteriosos do termo ‘intuição’, Bealer a define assim:

Para você ter uma intuição que A é somente ela parecer a você que A. Aqui ‘parecer’ é entendido, não como um termo cauteloso ou ‘protetor’, mas em seu uso como um termo para um tipo genuíno de episódio consciente.⁸⁴ (BEALER. 1999, p. 30)

Ao falar da fenomenologia das intuições, Bealer exemplifica com uma das leis de De Morgan⁸⁵; em um primeiro momento elas não parecem ser verdadeiras nem falsas, mas após um momento de reflexão elas simplesmente *parecem* verdadeiras. Essa aparência é intelectual, não sensorial, ou introspectiva, ou imaginativa; são dados (*data*) da razão. Tal intuição deve ser diferenciada da ‘intuição física’, como a de que a casa que tem seus alicerces corroídos irá cair. A intuição física não é necessária, pois pode ocorrer de que a casa não caia. Já a intuição racional se apresenta como necessária; se P então não não P parece não poder ser de outra forma.

A intuição é uma aparência (*seeming*), ao contrário da crença, que não é. Há teoremas matemáticos que sabemos verdadeiros porque vimos ou fizemos a prova, mas que não nos parecem verdadeiros ou falsos já que deles não temos intuições. Há também o caso em que a aparência pode continuar mesmo que a crença a contrarie,

⁸³ (1) canvassing intuitions; (2) subjecting those intuitions to dialectical critique; (3) constructing theories that systematize the surviving intuitions; (4) testing those theories against further intuitions; (5) repeating the process until equilibrium is approached.

⁸⁴ For you to have an intuition that A is just for it to seem to you that A. Here 'seems' is understood, not as a cautionary or "hedging" term, but in its use as a term for a genuine kind of conscious episode.

⁸⁵ $\neg (P \wedge Q) \Leftrightarrow \neg P \vee \neg Q$; $\neg (P \vee Q) \Leftrightarrow \neg P \wedge \neg Q$

como no exemplo da ilusão Müller-Lyer, quando sabemos que as linhas são do mesmo comprimento, mas elas continuam parecendo de tamanhos diferentes. Da mesma forma, em contraste com as crenças, as intuições não parecem ser maleáveis como as primeiras, que podem por variados fatores – intimidação, autoridade, etc. – serem inculcadas, pelo menos temporariamente, nas pessoas. “Minha visão é simplesmente que, como a aparência sensorial, a aparência intelectual (intuição) é somente mais uma atitude proposicional primitiva”⁸⁶ (BEALER, 1999, p. 31).

Para Bealer, as intuições também não devem ser confundidas com crenças de base não conscientes, como indicado por algumas análises que chamam a atenção para a questão de como a observação e a intuição podem ser derivadas de teorias já adquiridas ou aceitas. Segundo Bealer, podemos ter diversas crenças de base sobre assuntos contingentes, mas isso não faz com que tenhamos qualquer disposição para ter qualquer intuição sobre elas, como por exemplo, a crença de que não nascemos em Marte (BEALER, 1998). O que não se iguala a dizer que as intuições podem ser derivadas de algum mecanismo inconsciente de formação, o que é aceitável para Bealer, que recusa apenas a ideia de que elas sejam crenças inconscientes produzidas anteriormente por raciocínio e tornadas de base.

Da mesma forma, as intuições não seriam juízos, palpites ou pressentimentos, pois as intuições sofrem severas restrições em sua identificação e conteúdo, enquanto os últimos podem se estender sobre inúmeros conteúdos; podemos ajuizar, palpitar e pressentir sobre tudo. Os juízos seriam crenças recorrentes, isto é, que se colocam constantemente pelo sujeito; os palpites seriam escolhas; e os pressentimentos seriam convicções sem base. Nenhum dos três estados seria uma aparência.

5.2 Intuição como evidência

A maneira mais apropriada de demonstrar que as intuições se qualificam como evidências – uma vez que listar casos concretos não convenceria o cético – é elaborar

⁸⁶ My view is simply that, like sensory seeming, intellectual seeming (intuition) is just one more primitive propositional attitude.

um argumento que leve a uma epistemologia autoderrotada aqueles que são contrários às intuições.

Segundo Bealer, os quineanos reticentes (empiristas radicais) seguem três princípios:

(i) O princípio do empirismo. As experiências e/ou observações fenomênicas de uma pessoa abrangem a evidência dessa pessoa.

(ii) O princípio do holismo. Uma teoria está justificada (aceitável, mais razoável que suas competidoras, legítima, garantida) para uma pessoa se, e somente se, ela é, ou pertence à, mais simples e abrangente teoria que explica toda, ou a maior parte, da evidência da pessoa.

(iii) O princípio do naturalismo. As ciências naturais (mais a lógica e a matemática necessária a elas) constituem a mais simples e abrangente teoria que explica toda, ou a maior parte, das experiências e/ou observações fenomênicas da pessoa.⁸⁷ (BEALER. 1999, p. 32)

O que se segue de tais princípios é que uma teoria só estaria epistemicamente justificada para uma pessoa, se, e somente se, esta teoria é uma teoria das ciências naturais. Por argumentos complementares, os quineanos dirão que as teorias das ciências naturais só precisam da lógica extensional elementar para sua formulação (prescindindo de definições, lógica e semântica intensional), negando justificação a qualquer proposição modal. (BEALER. 1999)

Bealer se pergunta qual o status de justificação dos princípios quineanos. Termos neles encontrados – tais como ‘justificar’, ‘simples’, ‘teoria’, ‘explicar’ e ‘evidência’ – não fazem parte do vocabulário básico das ciências naturais e, portanto, não podem ser formulados segundo as regulações requeridas pelos quineanos. Esta versão de empirismo é autoderrotadora, uma vez que não se justifica pelos seus próprios princípios. Segundo Bealer, o princípio do empirismo é o problema, e deve ser substituído pelo seguinte:

⁸⁷ (i) The principle of empiricism. A person's phenomenal experiences and/or observations comprise the person's evidence. (ii) The principle of holism. A theory is justified (acceptable, more reasonable than its competitors, legitimate, warranted) for a person if and only if it is, or belongs to, the simplest comprehensive theory that explains all, or most, of the person's evidence. (iii) The principle of naturalism. The natural sciences (plus the logic and mathematics needed for them) constitute the simplest comprehensive theory that explains all, or most, of a person's phenomenal experiences and/or observations.

“(i’) O princípio do racionalismo moderado. As experiências fenomênicas e intuições de uma pessoa abrangem a evidência básica dessa pessoa”⁸⁸ (BEALER. 1999, p. 34).

Ao inserir as intuições dentro do conjunto de evidências disponíveis para a justificação, isto nos permite justificar várias teses, inclusive (i’), (ii) e (iii). Bealer advoga que a explicação de que intuições são evidência deve ser de tipo confiabilista, que seria mais promissor na análise das fontes básicas da evidência, não das evidências não-básicas, que se mostram sujeitas a contraexemplos. Não é um confiabilismo de conhecimento ou justificação, mas teoria geral da evidência. “Assim, a confiabilidade não é condição necessária para algo se classificar como fonte de evidência. Nem é a confiabilidade condição suficiente para algo se classificar como fonte de evidência”⁸⁹ (BEALER. 1999, p. 34). O testemunho seria ainda uma fonte de evidência mesmo se um indivíduo tivesse sido sistematicamente submetido à mentira, e a clarividência não seria fonte, mesmo que confiável.

Para Bealer:

“Algo é uma fonte básica de evidência sse ela tem um tipo apropriado de ligação confiável com a verdade”⁹⁰ (BEALER. 1999, p. 34).

Assim, são fontes básicas de evidência aquelas que não dependem de outras fontes e cujos juízos (*deliverances*) cessam o regresso a outras fontes. Resta saber que tipo de ligação é esta com a verdade: se contingente (nomológica ou causal) ou necessária. Um confiabilismo contingente de evidências seria aquele em que algo conta como fonte básica sse há ligações nomológicas contingentes entre seus juízos e a verdade. O problema é que este tipo de confiabilismo está sujeito a críticas semelhantes ao caso da clarividência e a contingência fortuita de sucesso de uma fonte não a faz confiável por si só.

⁸⁸ (i’) The Principle of Moderate Rationalism. A person's phenomenal experiences and intuitions comprise the person's basic evidence.

⁸⁹ So reliability is not a necessary condition for something's qualifying as a source of evidence. Nor is reliability a sufficient condition for something's qualifying as a source of evidence.

⁹⁰ Something is a basic source of evidence iff it has an appropriate kind of reliable tie to the truth.

Um confiabilismo modal de evidências se faz necessário e Bealer o define como:

“Algo conta como fonte básica de evidência sse há um tipo apropriado de forte ligação modal entre seus juízos e a verdade”⁹¹ (BEALER. 1999, p. 35).

Segundo Bealer, ficamos com o convite para encontrar uma ligação modal mais fraca que nos deixe com as fontes básicas corretas e exclua as erradas. Uma vez tendo este tipo de ligação modal, a fonte conta como básica. A intuição teria este tipo de ligação e seria, então básica, assim como a experiência fenomênica. Aquelas que não tem tal ligação, não seriam básicas.

Esta ligação modal pode ser pensada com as seguintes características: (1) se mantem em referência a algumas condições cognitivas adequadamente boas, (2) é de caráter holístico e (3) se mantem, não com absoluta universalidade, mas na maior parte das vezes.

Teríamos então:

*Uma fonte postulante é básica sse em função de condições cognitivas de qualidade adequadamente alta, necessariamente, se alguém nestas condições cognitivas fosse processar teoricamente os juízos dessa fonte postulante, a teoria resultante forneceria uma avaliação correta tanto da verdade quanto da falsidade da maioria desses juízos.*⁹² (BEALER. 1999, p. 36)

Esta ligação com a verdade é explicada por uma teoria da posse de conceitos. A teoria de Bealer pode ser inserida dentro da Teoria Clássica dos Conceitos que apesar de sofrer alguns ataques, continua ainda com algumas vantagens frente às concorrentes, em especial, sua milenar ligação com o método de análise conceitual. “De acordo com a teoria clássica, um conceito lexical C tem a estrutura definicional na

⁹¹ Something counts as a basic source of evidence iff there is an appropriate kind of strong modal tie between its deliverances and the truth.

⁹² A candidate source is basic iff for cognitive conditions of some suitably high quality, necessarily, if someone in those cognitive conditions were to process theoretically the deliverances of the candidate source, the resulting theory would provide a correct assessment as to the truth or falsity of most of those deliverances.

qual ele é composto por conceitos simples que expressam condições necessárias e suficientes para se estar dentro de C”⁹³ (MARGOLIS; LAURENCE, 2020).

A teoria clássica está ligada ao método da análise conceitual, com raízes na filosofia antiga grega, o que lhe dá maior estímulo ao permitir o teste dos conceitos e suas definições frente a diversos contraexemplos por meio de experimentos mentais. As críticas vão nesse sentido também, ao dizerem que há uma lista muito pequena de análises conceituais com sucessos definicionais.

Apesar disso, Bealer chama essa prática de o “procedimento padrão de justificação”, no qual as intuições teriam papel importante no esclarecimento dos conceitos, garantindo à filosofia como uma disciplina a priori e por isso, independente.

Segundo Bealer há dois diferentes, mas relacionados, sentidos em que uma pessoa pode se dizer em posse de um conceito. O primeiro é o sentido nominal:

Um sujeito possui um dado conceito pelo menos nominalmente sse o sujeito tem atitudes proposicionais naturais (crença, desejo, etc.) em relação a proposições que têm o conceito como um conteúdo conceitual.⁹⁴ (BEALER. 1999, p. 37)

De forma mais refinada:

X possui um dado conceito pelo menos nominalmente sse X tem atitudes proposicionais (crença, desejo, etc.) em relação a proposições em cuja análise lógica o conceito aparece⁹⁵ (BEALER. 1999, p. 52).

O problema é que o sentido nominal de posse de um conceito é compatível com o engano – entendido por Bealer como os casos em que há erros no que o sujeito entende do conceito – e com o entendimento incompleto por parte do sujeito. O mesmo entendimento também é compatível com ter atitudes proposicionais em função das práticas de atribuição que temos para terceiros, isto é, quando atribuímos crenças

⁹³ According to the classical theory, a lexical concept C has definitional structure in that it is composed of simpler concepts that express necessary and sufficient conditions for falling under C.

⁹⁴ A subject possesses a given concept at least nominally iff the subject has natural propositional attitudes (belief, desire, etc.) toward propositions which have that concept as a conceptual content.

⁹⁵ X possesses a given concept at least nominally iff X has natural propositional attitudes (belief, desire, etc.) toward propositions in whose logical analysis the concept appears.

com conceitos a outros apenas pela analogia com as nossas. Daí a proposta de utilizar o outro sentido, mais forte, de posse de um conceito:

Um sujeito possui um conceito em sentido pleno sse (i) o sujeito pelo menos nominalmente possui o conceito e (ii) o sujeito não o possui com engano ou com entendimento incompleto ou somente em virtude de satisfazer nossas práticas de atribuição ou de qualquer outra maneira como essas.⁹⁶ (BEALER. 1999, p. 38)

Bealer também chama este sentido pleno de possuir um conceito de “possuir um conceito determinadamente” (*possessing a concept determinately*). Parece, então, ser possível às disciplinas *a priori* possuir um conceito de forma determinada⁹⁷, embora a caracterização da posse determinada de um conceito tenha sido dada de forma negativa.

Além da definição negativa, Bealer dá alguns exemplos que pretendem separar algumas características gerais da posse determinada de conceito. Um deles é o exemplo da criação, por uma mulher, do termo “multígono” (*multigon*), introduzido pelo uso em seu diário. Supomos que este termo expressa de forma definitiva o conceito que ela realmente tem de uma figura plana com diversos lados, e que ao se ver defrontada com a situação em que deve decidir se um triângulo ou um retângulo são multígonos, e com o uso de todas as suas capacidades cognitivas de maneira plena, ela entende a questão. Se por acaso, ela entende o conceito multígono como ou a propriedade de ser uma figura plana ou a propriedade de ser uma figura plana com cinco ou mais lados, frente a um triângulo, ela tem a intuição de que é possível que ele seja um multígono se, e somente se ser multígono é ter a propriedade de ser uma figura plana. Ela teria também a intuição de que não é possível ao triângulo ser um multígono se, e somente se ser um multígono é ter a propriedade de ser uma figura de cinco ou mais lados. Nas palavras de Bealer, “as intuições da mulher rastreiam a verdade *vis-à-vis* a questão teste relevante”⁹⁸ (BEALER. 1999, p. 40). Se isto não acontecesse, ou ela não tem um conceito determinado, ou suas capacidades cognitivas não se encontram funcionando normalmente.

⁹⁶ A subject possesses a concept in the full sense iff (i) the subject at least nominally possesses the concept and (ii) the subject does not do this with misunderstanding or incomplete understanding or just by virtue of satisfying our attribution practices or in any other such manner.

⁹⁷ Bealer cita vários, dentre eles: conjunção, negação, relação, proposição, consciência, explicação, etc.

⁹⁸ ... the woman's intuitions would track the truth *vis-à-vis* the relevant test question.

O exemplo do termo 'crômico', também introduzido pela mesma mulher, acentua estas características de posse determinada de conceitos. Supomos que a propriedade de ser crômico é ou a propriedade de ser uma cor fenomênica não-preta não-branca ou a propriedade de ser uma cor fenomênica não-preta não-branca não-cinza. Supomos também que ela não tenha até então tido a experiência de cinza. O mesmo que na situação do termo 'multígono' ocorre, mas com o diferencial de que ela não entreteve antes a experiência do cinza, e mesmo assim, tem as intuições apropriadas (que rastreiam a verdade).

Não há requisito algum de que, para possuir um conceito determinadamente, uma pessoa deva já ter recursos experimentais e/ou conceituais suficientes para decidir as possíveis extensões do conceito. A posse determinada de conceitos é nesse sentido 'hegeliana' - uma característica presente revelada somente no futuro.⁹⁹ (BEALER. 1999, p. 40)

Em uma variação, esta mesma mulher está impedida de experienciar o cinza e todas as possíveis intervenções que possam reverter a situação são desastrosas (coma ou morte). Mesmo assim, há a possibilidade metafísica de que a mulher tenha a capacidade de perceber o cinza e não haveria impedimento para que ela viesse a entender a questão e testar a posse determinada do conceito por meio de intuições que rastreassem a verdade. A ideia de Bealer é a de que as barreiras à intuição são nomológicas e não metafísicas. A posse determinada de conceitos pode ser explicada pela possibilidade metafísica de intuições que rastreiam a verdade, isto é, "em condições cognitivas apropriadamente boas e com repertórios conceituais apropriadamente ricos"¹⁰⁰ (BEALER. 1999, p. 41).

Essa necessidade de uma sistematização teórica abrangente das condições cognitivas do sujeito não recai sobre a ciência, colocando a filosofia em condições superiores de autoridade epistêmica frente as ciências naturais, daí a tese da autoridade da filosofia:

A autoridade da filosofia. *À medida que ciência e filosofia pretendem responder as mesmas questões filosóficas centrais, em muitos casos o suporte que a ciência poderia em princípio prover para estas*

⁹⁹ There is no requirement that, in order to possess a concept determinately, a person must already have experiential and/or conceptual resources sufficient for deciding the possible extensions of the concept. Determinate concept possession is in this sense "Hegelian" - a present feature revealed only in the future.

¹⁰⁰ ... in appropriately good cognitive conditions and with appropriately rich conceptual repertories

*respostas não é tão forte como aquele que a filosofia poderia em princípio prover para suas respostas. Assim, existindo conflitos, a autoridade da filosofia na maioria dos casos pode ser maior em princípio.*¹⁰¹ (BEALER. 1996, p. 121)

Uma vez que as condições cognitivas se incrementem, parece que a abrangência das intuições se amplia. Há preocupações quanto às limitações da inteligência, mas as questões filosóficas não parecem também precisar de inteligência infinita e a preocupação se colocaria quanto ao nível de inteligência finita seria necessária à autoridade da filosofia. Esta é uma preocupação quanto à autoridade da filosofia derivada do essencialismo científico, definido por Bealer como “a doutrina de que há necessidades (por exemplo, de que água = H₂O) que são conhecíveis apenas com a ajuda da ciência empírica”¹⁰² (BEALER. 1996, p. 133). O essencialismo depende então da ciência empírica para estabelecer verdades necessárias e se nossa inteligência é limitada, algumas dessas verdades podem estar além da nossa capacidade cognitiva. Bealer se pergunta sobre o conflito de intuições pró e contra o essencialismo científico, em especial, aquelas anteriores a seu advento, como a intuição de que a água poderia não conter hidrogênio.

Os proponentes do essencialismo científico diriam que tal intuição é falha, ao passo que as suas são corretas, mas isto poderia ser contra-argumentado pelo inverso da afirmação, o que leva os partidários do essencialismo científico a dizer que há apenas um desacordo aparente e as contrárias ao essencialismo são formuladas erroneamente, o que exige algum tipo de reformulação. Citando Kripke como exemplo, Bealer diz que um essencialista científico diria que a sentença ‘Poderia acontecer que algumas amostras de água não contivessem hidrogênio’ é falsa, mas a intuição é verdadeira, mas dita incorretamente. Reformulada a frase seria algo como: “é possível que haja um grupo linguístico que esteja em uma situação epistêmica qualitativamente

¹⁰¹ The Authority of Philosophy Insofar as science and philosophy purport to answer the same central philosophical questions, in most cases the support that science could in principle provide for those answers is not as strong as that which philosophy could in principle provide for its answers. So, should there be conflicts, the authority of philosophy in most cases can be greater in principle.

¹⁰² ... the doctrine that there are necessities (e.g., that water = H₂O) that are knowable only with the aid of empirical science.

idêntica à nossa, mas que use as expressões ‘água’ e/ou ‘hidrogênio’ para significar algo que não o que significamos”¹⁰³ (BEALER. 1996, p. 134).

As reformulações supõem uma diferença entre expressões semanticamente estáveis e as semanticamente instáveis. As primeiras dizem respeito às situações em que tais expressões significariam o mesmo em grupos com situação epistêmica qualitativamente semelhante à nossa. Já nas semanticamente instáveis parece que o ambiente externo tem alguma interferência nos seus significados. Termos de tipos naturais seriam instáveis (água, ouro, calor, etc.), enquanto os termos da lógica, da matemática e boa parte dos filosóficos seriam estáveis, pois não dependeriam do ambiente externo (necessariamente, idêntico a, relação, etc.). Daí as seguintes hipóteses de Bealer: “a maioria dos termos centrais da filosofia são semanticamente estáveis ou então têm usos genéricos que são semanticamente estáveis” e “o essencialismo científico se mantém apenas para expressões semanticamente instáveis”¹⁰⁴ (BEALER.1996, p. 135).

Ao analisar o caso da água no experimento mental da terra gêmea¹⁰⁵, percebemos que seria contraintuitivo dizer que as amostras de XYZ sejam água, ao passo que não nos veríamos impedidos intuitivamente de dizer que nossos gêmeos nesta outra terra sejam conscientes, mesmo que seus comportamentos sejam produzidos por XYZ em seus cérebros. A intuição é de que é possível ocorrer ‘consciência’ – termo semanticamente instável – na ausência de complexos elementos não-mentais inter-relacionados (termos semanticamente estáveis).

Assim, Bealer estabelece os passos de sua argumentação como indicada por ele:

(1) Intuições são evidências.

¹⁰³ ... it is possible for there to be a language group which is in an epistemic situation qualitatively identical to ours but which uses the expressions 'water' and/or 'hydrogen' to mean something other than what we do.

¹⁰⁴ Most of the central terms of philosophy are semantically stable or else have generic uses which are semantically stable; scientific essentialism holds only for semantically unstable expressions.

¹⁰⁵ O experimento da Terra Gêmea relata um planeta em tudo semelhante à Terra, inclusive com habitantes inteligentes. Nesse planeta há uma substância em tudo igual à água que conhecemos na Terra – se bebe, formam-se rios, lagos e oceanos com ela, etc. – mas que não é H₂O, mas XYZ. Nós sabemos o que é essa substância quando dizemos que é água sem sabermos sua composição?

(2) *O confiabilismo modal é a explicação correta de porque as intuições são evidências.*

(3) *O confiabilismo modal implica na Autonomia e na Autoridade da Filosofia contanto que o essencialismo científico não seja uma barreira.*

(4) *O essencialismo científico não é uma barreira.*

∴ A Autonomia e a Autoridade da Filosofia se mantêm.¹⁰⁶ (BEALER. 1996, p. 121-122)

Se analisarmos as premissas, podemos verificar que (1) na verdade se sustenta por (2), pois a confiabilidade das intuições se daria por serem essas apropriadamente ligadas à verdade quando há boas condições cognitivas, o que lhes garantiria o status de evidências. Essa ligação com a verdade é garantida com a posse dos conceitos de uma proposição, mas não qualquer posse: é uma posse determinada de conceitos que deve ocorrer e se esse determinado tipo de posse não ocorrer, não há intuição, pois não há a compreensão do conceito. Só a identificação da intuição com um tipo de percepção não sensorial explicaria essa sua conexão com a verdade (BEALER, 1998a).

Retomando esse tipo de posse de conceito mais forte já explicada anteriormente, para Bealer, o sujeito tem a posse plena de um conceito, se e somente se, i. o sujeito pelo menos nominalmente tem o conceito e ii. O sujeito não o possui de forma enganosa, com entendimento incompleto, somente para satisfazer nossas práticas de atribuição ou em qualquer sentido falho como esses. (BEALER. 1999)

Mas há algo mais na premissa (1) que parece ter se perdido na argumentação de Bealer: intuições são aparências intelectuais, não sensoriais ou da introspecção e da imaginação. Por isso Bealer as distingue das crenças, que não são aparências. Ao retomarmos essa argumentação de Bealer tratada antes nesse capítulo, percebemos que ela é negativa, pois lista e diferencia *seemings* de crenças, propensões a acreditar, etc. Bealer indica que as demais atitudes proposicionais não são

¹⁰⁶ (1) Intuitions are evidence.

(2) Modal reliabilism is the correct explanation of why intuitions are evidence.

(3) Modal reliabilism implies the Autonomy and Authority of Philosophy as long as scientific essentialism is no barrier.

(4) Scientific essentialism is no barrier.

∴ The Autonomy and Authority of Philosophy hold.

aparências, mas está claro que a caracterização das intuições como aparências não é demonstrada. “O último ponto de começo que adotarei é a tese de que, como a aparência sensorial, aparência intelectual (intenção) é apenas mais uma atitude proposicional *sui generis*”¹⁰⁷ (BEALER, 1998, p. 272).

Por que Bealer adota essa posição? Ao que parece, apenas a noção de que as intuições seriam aparências (*seemings*) garantiriam a ele a posse plena de conceitos, o que garantiria o *a priori* das intuições. Mas o que sustenta essa equiparação das intuições com aparências e não com outro tipo de estado mental?

5.3 Huemer e as intuições

Segundo Ali Hasan e Richard Fumerton (2020), dentro das discussões acerca do fundacionismo epistêmico, as perspectivas do conservadorismo fenomênico e do dogmatismo seriam mais permissivas – no sentido de que abririam espaço para bem mais do que gostaríamos de aceitar – e permitiriam um conjunto maior de crenças com justificção racional. A visão de Michael Huemer seria a de um conservadorismo epistêmico ou conservadorismo doxástico, pois “... o simples fato de se achar acreditando em alguma proposição *p* é, *prima facie*, justificção para acreditar na proposição em questão”¹⁰⁸ (HASAN; FUMERTON, 2020). O que não quer dizer que *p* já esteja justificada. Hasan e Fumerton apresentam o conservadorismo doxástico – e Huemer não discorda dessa formulação – como

“Se *S* acredita que *p* então, na falta de derrotadores, *S* tem justificção para acreditar que *p*” (HASAN; FUMERTON, 2020)

Para responder às críticas de que tal posição levaria a casos absurdos em que um indivíduo estaria justificado em qualquer crença que tivesse, uma vez que essas não tivessem derrotadores – por exemplo, acreditar que o número de grãos de areia de uma praia é ímpar – Huemer defende uma posição internalista na qual um estado de não-crença é que provê justificção para uma crença não-inferencial. Nesse

¹⁰⁷ The final starting point I will adopt is the thesis that, like sensory seeming, intellectual seeming (intuition) is just one more *sui generis* propositional attitude.

¹⁰⁸ ... the mere fact that you find yourself believing some proposition *P* to be a *prima facie* justification for believing the proposition in question.

momento da argumentação é que Huemer defende as aparências como sendo a característica desses estados.

...: se aparências não derrotadas não são uma fonte de crença justificada, então como alguém pode se livrar do ceticismo sobre o mundo externo, o passado, valores, objetos abstratos e outros mais? A menos que esse desafio possa ser confrontado, seríamos sábios em colocar nossa confiança nas aparências, ...¹⁰⁹ (HUEMER, 2013. p. 349)

Chris Tucker (2013a) lembra que dentre aqueles que defendem a existência de aparências, há uma discordância grande sobre o que são e em que circunstâncias essas aparências podem justificar seus conteúdos. Tucker (2013a, p. 3) identifica três visões sobre as aparências (*seemings*).

Uma aparência de P é:

Visão da Crença	<i>Uma crença de P</i>
Visão da Inclinação	<i>Uma inclinação, disposição ou atração para acreditar que P</i>
Visão da Experiência	<i>Uma experiência com o conteúdo P ou uma atitude proposicional sui generis que P.¹¹⁰</i>

Para Huemer, a Visão da Crença irá encontrar problemas, já que uma aparência é diferente de uma crença porque pode parecer para alguém que o lápis submerso em um copo de água está dobrado, mas eu não acredito que ele esteja, isto é, S tem a aparência de P, mas não acredita em P. (HUEMER, 2007. p. 31)

A Visão da Inclinação se defronta com três críticas principais, apesar de ter a vantagem de tornar as aparências um fenômeno facilmente aceitável e sem mistérios. A primeira crítica diz respeito ao fato de que S pode estar tão certo de que uma aparência é ilusória que nem mesmo tem a inclinação de nela acreditar, como no caso do lápis dentro do copo de água. A segunda crítica diz respeito à explicação que as aparências podem dar para as inclinações para se acreditar em P, por exemplo,

¹⁰⁹ ...: if undefeated appearances are not a source of justified belief, then how is one to avoid skepticism about the external world, the past, values, abstract objects, and so on? Unless this challenge can be met, we would be wise to place our trust in the appearances, ...

¹¹⁰ A seeming that P is:

Belief View	A belief that P.
Inclination View	An inclination, disposition, or attraction to believe that P.
Experience View	An experience with the content P or a sui generis propositional attitude that P.

parece a S que há uma janela que dá para o jardim (P), o que explica ele acreditar que P. A terceira crítica remete ao fato de que S pode ter uma inclinação para acreditar que P sem nenhuma aparência que P, por exemplo, S quer muito acreditar que Cartola não morreu, mas não há nenhuma aparência para ele disso, restando somente o fato de S gostar muito das músicas de Cartola.

Quanto à Visão da Experiência, ela pode acomodar as críticas feitas às Visões da Crença e da Inclinação, além de também abarcar a perspectiva geral dos filósofos de que experiências fornecem justificção não-inferencial para seus conteúdos. Tucker diz que os proponentes da Visão da Experiência concordam que aparências (i) têm conteúdo proposicional, (ii) são diferentes de crenças e inclinações para acreditar e (iii) têm uma fenomenologia própria (TUCKER, 2013a). Apesar disso, os proponentes da Visão da Experiência se defrontam com a crítica de que não há explicação para o que de distintivo tem a fenomenologia própria das aparências e que só se referem a exemplos de aparência, sem explicar o que elas são.

Tucker (2013a. p. 6) chama atenção para a possibilidade de uma adaptação possível, em que a aparência é

Visão da Evidência *Uma crença ou uma inclinação para acreditar em algum estado mental M que conta em favor de P.*¹¹¹

Essa visão é recusada por dogmatistas e conservadores fenomenológicos porque para eles uma aparência não requer uma justificção, pois seria evidente em si mesma, sem precisar regredir a nada que a justifique. Essa visão tem sua origem nos críticos dessas duas abordagens.

Huemer, como um defensor do conservadorismo fenomenológico, vai recusar uma análise conceitual de aparências. A seu ver, essa estratégia não encontrará resultado satisfatório. Aliás, para Huemer, não há exemplos de análises conceituais que não tenham sido refutadas. Sabemos milhares de palavras de nossas línguas, mas praticamente todas as suas respectivas explicações não passariam por um

¹¹¹ *Evidence-Taking View*
in favor of P.

A belief or an inclination to believe of some mental state M that it counts

escrutínio de análise conceitual e mesmo assim, podemos dizer que as compreendemos de certa maneira.

Eu, portanto, não preciso providenciar uma análise filosófica de aparência; eu preciso apenas dizer o suficiente para dirigir a atenção do leitor para estes estados mentais familiares. Isto pode ser feito (com o devido respeito a Platão) por meio de exemplos, assim como discutindo algumas das características desses estados mentais e como eles se diferenciam de estados mentais similares (tais como crenças) com os quais eles podem ser confundidos.¹¹² (HUEMER, 2013. p. 329)

Daí a posição de Huemer em recusar a identificação de aparências com disposições para acreditar – pode-se estar disposto em acreditar em P por diversas razões que não a aparência de que P seja verdade – e Huemer se importa mais em discutir os três possíveis significados de ‘parece que’ e ‘assemelha-se a’, que seriam: o fenomenal, o comparativo e o epistêmico. Esses significados poderiam ser resumidos a um único em que essas palavras se “referem a um tipo de atitude proposicional, isto é, a um tipo de estado mental que representa o mundo como sendo de certa maneira. Esse tipo de estado mental fornece justificção para acreditar em seu conteúdo e sob circunstâncias normais dispõe o sujeito para acreditar em seu conteúdo”¹¹³ (HUEMER, 2013. p. 329-330).

O significado proposicional das sentenças ‘parece que’ e ‘assemelha-se a’ supostamente se “refere a um certo tipo de *quale*, uma propriedade qualitativa, intrínseca e introspectiva de um estado mental, distinta do seu conteúdo intencional”¹¹⁴ (HUEMER, 2013. p. 330). Huemer não nega a existência de *qualia*, mas sua tese é a de que sentenças como ‘A maçã parece vermelha’ se referem ao conteúdo intencional e não a um *quale*. Se tomarmos que a referência de uma aparência remete a um *quale* específico, para cada uso diferenciado de ‘parece que’,

¹¹² I therefore need not provide a philosophical analysis of seemings; I need only say enough to draw readers’ attention to these familiar mental states. This can be done (pace Plato) through citing examples, as well as discussing some of the features of these mental states and how they differ from similar mental states (such as beliefs) with which they might be confused.

¹¹³ ... refer to a kind of propositional attitude, a sort of mental state representing the world as being a certain way. This type of mental state provides justification for believing its content and under normal circumstances disposes the subject to believe its content.

¹¹⁴ ... to refer to a certain sort of quale, a qualitative, intrinsic, introspectible property of a mental state, distinct from its intentional content.

teremos de indicar seu *quale* próprio ou dar uma ambiguidade ao termo que dificultaria mais ainda a explicação.

Aliás, Huemer não vê sentido em se referir a *qualia* em relação a aparências, pois além de trazer mais um elemento para confusão, haveria um “debate se há *qualia* associados com essas [memórias factuais aparentes e intuições] aparências”¹¹⁵ (HUEMER, 2013. p. 333).

O uso comparativo de ‘parece que’ estabelece que essa expressão pode ser substituída por ‘parece da maneira que coisas X parecem sob determinada condição’. Huemer indica a posição de Chisholm quanto a esse ponto, mas logo depois mostra sua discordância:

Uma pessoa olha para uma mesa redonda de um ângulo oblíquo. Em um sentido, podemos dizer que a mesa parece elíptica, mas em outro sentido, é claro, a mesa não parece ser elíptica, mas redonda; o observador, por exemplo, não estaria tentado a dizer que a mesa é elíptica. Chisholm afirma que o sentido no qual a superfície ‘parece redonda’ é o sentido epistêmico, enquanto o sentido de ‘parece elíptico’ é o sentido comparativo – isto é, a mesa parece da maneira que um objeto elíptico pareceria.¹¹⁶ (HUEMER, 2013. p. 330-331)

Para Huemer, assim como uma pessoa pode desejar A e B, e A e B serem incompatíveis, uma pessoa pode ter aparências incompatíveis de um mesmo objeto; isso não implica que devamos ter dois sentidos diferentes de ‘parece que’, mas sim, uma espécie de aparência sensorial mais primitiva e uma mais sofisticada, em uma escala de sofisticação.

Quanto ao sentido epistêmico, Huemer – citando Chisholm – o entende de forma que ‘x parece a S ser tal e tal’ implicaria que S acredita ou está inclinado a acreditar em x e também implicaria que S tem evidência adequada para isso. Huemer afirma que as aparências são uma fonte de justificação epistêmica derrotável e que quando S diz que algo lhe parece tal e tal, sempre há a suposição de que S acredita em x ou está inclinado a acreditar, a menos que indique expressamente o contrário;

¹¹⁵ ... debate whether there are qualia associated with these appearances.

¹¹⁶ A person looks at a round tabletop from an oblique angle. In one sense, we can say that the tabletop appears elliptical. But in another sense, of course, the tabletop appears not elliptical but round; the observer, for example, would not be tempted to say the tabletop was elliptical. Chisholm claims that the sense in which the surface “appears round” is the epistemic sense, whereas the sense in which it “appears elliptical” is the comparative sense—that is, the tabletop appears the way an elliptical object would appear.

daí Huemer não ver sentido na diferenciação de sentidos no uso de ‘parece que’ e ‘assemelha-se a’.

Assim a proposta de Huemer é a de que não há algo mais básico do que as ‘aparências’ para justificar crenças.

Para aqueles que concordam com juízos tais como o de que a experiência sensorial fornece justificção para crenças sobre o mundo externo, que intuições fornecem justificção para crenças a priori, que memórias fornecem justificção para crenças sobre o passado, há um desafio óbvio de explicar a força justificatória de todas essas experiências. ... Me contentarei por agora com a observação de que dentro da perspectiva internalista, há poucas opções. Não muitas propriedades das experiências sensoriais, intuições e memórias são candidatas plausíveis como fontes de justificção. Aparências são a solução mais simples e naturais (talvez as únicas).¹¹⁷ (HUEMER, 2013. p. 349)

¹¹⁷ For those who agree with such judgments as that sensory experiences provide justification for external-world beliefs, that intuitions provide justification for a priori beliefs, and that memories provide justification for beliefs about the past, there is an obvious challenge of accounting for the justificatory force of all these experiences. ... I will content myself for now with the observation that within the internalist perspective, there are few options. Not many internal properties of sensory experiences, intuitions, and memories are plausible candidates for sources of justification. Appearances are the most (perhaps the only) simple and natural solution.

CONCLUSÃO

A ameaça às intuições é vista por filósofos como Ernest Sosa, e outros, como uma ameaça à própria filosofia, ou pelo menos como pretendem seus críticos, a um modo de fazer filosofia, a análise conceitual. A aceitação de tal crítica implicaria na maneira como vemos o exame de casos e seus contraexemplos nos textos filosóficos.

Há, então, um risco metodológico gerado a partir da crítica às intuições como fonte confiável de justificação para crenças. Esse risco não atingiria apenas as intuições como fonte, mas como mostra Sosa, a própria filosofia. Historicamente, a filosofia experimental (x-phi) colocou seus olhos sobre a intuição fazem cerca de trinta anos e suas críticas fizeram os filósofos adeptos do método da análise conceitual, em especial os aprioristas, a se movimentar e responder a essas críticas.

Só que os ataques à intuição não partem apenas dos filósofos experimentais, mas também de diversos filósofos naturalistas, que na sequência do que foi proposto por Willard Quine, empreendem a missão de fazer da epistemologia um capítulo das ciências naturais.

Hilary Kornblith talvez seja o que tenha uma proposta mais avançada nesse sentido pois trata das intuições dentro de um projeto maior que engloba toda a epistemologia dentro da biologia evolutiva e da interação indivíduo e meio ambiente. Ironicamente, a proposta de Quine era a de que a psicologia seria a ciência que abarcaria os problemas epistemológicos; mas o que Quine tomava como psicologia na época de seus escritos era a teoria psicológica comportamental desenvolvida por Skinner. As abordagens cognitivistas e evolutivas substituíram – alguns dirão que englobou – o paradigma comportamental na psicologia. Kornblith afirma que teríamos a capacidade cognitiva de acessar os tipos naturais do mundo externo e que essa capacidade automática é que constituiria o que chamamos de intuição. A forma como se configura a epistemologia naturalista de Kornblith não consegue englobar as intuições intelectuais, mas isso não é tomado como de muita importância dentro do naturalismo. Mesmo propostas de naturalização das intuições como a de Joseph Shieber apresentam uma recusa da análise conceitual como método de trabalho da filosofia.

De certa forma, a proposta da filosofia experimental dá seguimento às intenções naturalistas, pois tentam resumir as intenções à psicologia cognitiva e social. Esse é um ponto controverso, pois alguns dirão que ela não existe como tal e seria apenas sociologia ou psicologia. O fato é que os filósofos experimentais apresentaram diversas críticas à confiabilidade das intuições indicando que as intuições sobre os casos exemplares tratados na epistemologia pós Gettier não eram sempre as mesmas. A intuição poderia variar conforme o grupo étnico do sujeito, conforme a sequência de apresentação dos casos, conforme o gênero e conforme o nível de conhecimento sobre os casos. Essas pesquisas têm sido contestadas por pesquisas posteriores que, com uma metodologia mais apurada de aplicação dos questionários, informa uma uniformidade nas intuições.

Por outro lado, as pesquisas que mostrariam que as intuições falhas são comuns tanto nos novatos quanto nos especialistas – no caso, os epistemólogos profissionais – não atingem a capacidade dos especialistas de reformá-las e continuar seu uso, uma vez que as falhas são circunstanciais. Para Roy Sorensen, o tratamento que o profissional da filosofia deve dar às intuições de seus alunos é – seguindo o espírito da filosofia experimental – o mesmo que os físicos dão às intuições de seus alunos: nenhuma.

Herman Cappelen apresenta uma visão mais drástica sobre as intuições, a de que elas não são usadas pela filosofia, apesar de toda a ‘conversa sobre as intuições’. Segundo Sorensen, sua análise dos textos dos filósofos, em que eles tratam dos diversos casos utilizados na filosofia, demonstraria que os termos ‘intuição’, ‘intuitivo’ e seus derivados, podem ser facilmente substituídos por outros sem gerar a profusão de entendimentos sobre o que seriam as intuições. Assim, a filosofia nunca contou com as intuições como fonte de justificação, os filósofos apenas se engajaram em um uso inadequado dos termos. Resta saber se as substituições propostas por Cappelen apenas trocam a capa, mas o livro continua o mesmo.

Timothy Williamson toma as intuições como exemplo da falta de excepcionalidade da filosofia, isto é, a filosofia não nada de distintivo em sua metodologia frente as outras áreas do conhecimento. Seu alvo é explicitamente o entendimento de que a filosofia é análise conceitual, muitas vezes derivada de intuições. Williamson nega que o conhecimento possa ser definido e afirma que é um

conceito 'primitivo'. Quanto às intuições, não passam de nossa capacidade comum e simples de falar sobre o mundo, sem nenhuma distinção dos juízos do senso comum.

George Bealer produziu uma resposta às críticas às intuições, logo ao início do aparecimento da filosofia experimental e manteve sua versão, ainda com o desenrolar das novas críticas que apareceram no século XXI. Bealer defende as intuições como sendo um tipo específico de atitude proposicional, diferente das crenças e da propensão a acreditar. Para Bealer as intuições são aparências – no que é seguido por Michael Huemer, que trata da definição do que são aparências. As intuições intelectuais – *a priori* – são as que interessam a Bealer e sua característica como aparências só ocorre quando elas permitem apreensões confiáveis de conceitos. Bealer desenvolve extensamente sua noção de apreensão de conceitos de maneira apropriada, mas seu tratamento das intuições como aparências indica somente a diferença para outros tipos de atitude proposicional.

Falta a Bealer uma abordagem melhor das aparências? Sim. Isto enfraquece sua posição? Não. Aqui temos a argumentação de Huemer para demonstrar que uma definição de aparência (*seeming*) não é necessária. O intento de Huemer não é primariamente o de defender as intuições, mas sim de sustentar a ideia de aparência como básica e necessária, o que daria respaldo a sua teoria de conservadorismo fenomênico. Sua abordagem, apesar de não direcionada a isto, fortalece a percepção de que Bealer tem uma concepção das intuições intelectuais como fonte de justificação de crenças forte, apesar de não se debruçar com mais afinco sobre o que são aparências.

Para Huemer, nem tudo precisa de análise conceitual. O conceito de 'aparência' não precisa passar por uma análise filosófica, apenas precisamos direcionar os sujeitos do conhecimento para esses estados mentais específicos, mas ao mesmo tempo familiares. O método de análise dos casos permite isso, além da diferenciação negativa do que as aparências não são. Se as aparências não forem consideradas básicas, isto é, dispensáveis de uma análise conceitual que distinga propriedades suficientes e necessárias, Huemer argumenta que o insucesso e acontecerá a conseqüente abertura de portas para o ceticismo; ou teremos um regresso desnecessário e uma busca infrutífera por algum elemento mais básico do que as aparências.

A conjunção da percepção de Huemer sobre as aparências e a defesa de Bealer de que intuição é fonte confiável por ser uma atitude proposicional diferenciada ligada à apreensão dos conceitos, permite à teoria de Bealer se mostrar como uma candidata séria à posição de que as intuições intelectuais são possíveis, assim como a análise conceitual e que esta continua sendo uma metodologia específica da filosofia, que lhe garante diferença e autonomia. Já a posição de autoridade da filosofia, fica para ser melhor explicada por Bealer.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDER, J.; WEINBERG, J. The “unreliability of epistemic intuitions. *In*: MACHERY, E.; O’NEILL, E. (Orgs.). **Current controversies in experimental philosophy**. Nova York/Abingdon: Routledge, 2014.
- BEALER, George. A priori knowledge and the scope of philosophy. **Philosophical Studies**, v. 81, p. 121-142, 1996.
- BEALER, George. A theory of concepts and concepts possession. **Philosophical Issues**, vol. 9, p. 261-301, 1998.
- BEALER, George. A theory of the a priori. **Noûs**, vol. 33, Supplement Philosophical Perspectives, n. 13, Epistemology, p. 29-55, 1999.
- BEALER, George. Concept possession. **Philosophical Issues**, vol. 9, p. 331-338, 1998a.
- BEALER, George. Intuition and the autonomy of philosophy. *In*: DePAUL, M. R.; RAMSEY, W. (Orgs.). **Rethinking intuition: the psychology of intuition and its role in philosophical inquiry**. Lanham: Rowman & Littlefield, 1998b.
- BEALER, George. The incoherence of empiricism. **Proceedings of the Aristotelian Society**, Supplementary Volumes, vol. 66, p. 99-143, 1992.
- BONJOUR, Laurence. Contra a epistemologia naturalizada. **Cadernos de História e Filosofia da Ciência**, série 03, v. 8, n. 2, julho-dezembro, p. 171-202, 1998.
- BONJOUR, Laurence. Kornblith on knowledge and epistemology, in **Philosophical Studies**, n. 127, p. 317-35, 2006.
- BOOTH, Anthony R; ROWBOTTON, Darrell P. **Intuitions**. Oxford: Oxford University Press, 2014.
- BOYD, K.; NAGEL, J. The reliability of epistemic intuitions. *In*: MACHERY, E.; O’NEILL, E. (Orgs.). **Current controversies in experimental philosophy**. Nova York/Abingdon: Routledge, 2014.
- BOYD, Richard N. How to be a moral realist. *In*: SAYRE-MCCORD, Geoffrey (Ed.). **Essays on moral realism**. Ithaca: Cornell University Press, 1988.
- BRANDOM, Robert B. Insights and blindspots of reliabilism. **Monist**, v. 81, n. 3, p. 371-92, 1998. (Reproduzido também em: BRANDOM, Robert. **Articulating reasons**. Cambridge (MA): Harvard UP, 2000. Tradução para o português: **Articulando razões**. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2013.)

BUTTELMAN, D.; CARPENTER, M.; TOMASELLO, M. Eighteen-month-old infants show false belief understanding in an active helping paradigm. **Cognition**, v. 112, n. 2, p. 337-342, 2009.

CAPPELEN, Herman. **Fixing language**: an essay on conceptual engineering. Oxford: Oxford University Press, 2018.

CAPPELEN, Herman. **Philosophy without intuitions**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

CHRISTENSEN, David & LACKEY, Jennifer (Eds.). **The epistemology of disagreement: new essays**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

DePAUL, M. R.; RAMSEY, W. (Orgs.). **Rethinking intuition**: the psychology of intuition and its role in philosophical inquiry. Lanham: Rowman & Littlefield, 1998.

FISCHER, E.; COLLINS, J. (Orgs.). **Experimental philosophy, rationalism and naturalism**. Abingdon: Routledge, 2015.

FODOR, Jerry. **The modularity of mind**: an essay on faculty psychology. Boston: MIT Press, 1983.

GELMAN, S. & COLEY, J. The importance of knowing a Dodo is a bird: categories and inferences in 2-year-old children. **Developmental Psychology**, v. 26, p. 796-804, 1990.

GELMAN, S. & MARKMAN, E. Categories and induction in young children. **Cognition**, v. 23, p. 183-208, 1986.

GELMAN, S. & MARKMAN, E. Young children's induction from natural kinds: the role of categories and appearances. **Child Development**, v. 58, p. 132-41, 1987.

GELMAN, S. & WELLMAN, H. Insides and essences: early understanding of the non-obvious. **Cognition**, v. 38, p. 213-44, 1991.

GETTIER, Edmund L. Is Justified True Belief Knowledge? **Analysis**, v. 23, n. 6, Junho, p. 121-123, 1963,

GOLDMAN, Alvin. **Liaisons: philosophy meets the cognitive and social sciences**. Boston: MIT Press, 1992.

GOLDMAN, Alvin. Kornblith's naturalistic epistemology, in **Philosophy and Phenomenological Research**, v. LXXI, n. 2, setembro, p. 403-410, 2005.

GOLDMAN, Alvin. What is justified belief? *In*: GOLDMAN, Alvin. **Liaisons: philosophy meets the cognitive and social sciences**. Boston: MIT Press, 1992.

GUTTING, G. "Rethinking intuition": a historical and metaphilosophical introduction. *In*: DePAUL, M. R.; RAMSEY, W. (Orgs.). **Rethinking intuition**: the psychology of intuition and its role in philosophical inquiry. Lanham: Rowman & Littlefield, 1998.

HADDOCK, Adrian; MILLAR, Alan & PRITCHARD, Duncan (Eds.). **Social epistemology**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

HASAN, Ali; FUMERTON, Richard. Foundationalist theories of epistemic justification. *In*: ZALTA, Edward N. (ed.) **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. [2016]. Disponível em: < <https://plato.stanford.edu/entries/justep-foundational/> >. Acessado em: 10 ago. 2020.

HUEMER, Michael. Compassionate phenomenal conservatism. **Philosophy and Phenomenological Research**, n. 74, p. 30-55, 2007.

HUEMER, Michael. Phenomenal conservatism über alles. *In*: TUCKER, Chris. **Seemings and justification**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

HYDE, J. S. The gender similarities hypothesis. **American Psychologist**, v. 60, n. 6, p. 581-592, 2005.

ICHIKAWA, Jonathan. Intuition in contemporary philosophy. *In*: OSBECK, L. M.; HELD, B. S. (Orgs.). **Rational intuition: philosophical roots, scientific investigations**. Nova York: Cambridge University Press, 2014.

KITCHER, Philip. The naturalists return. **The Philosophical Review**, v. 101, n. 01, Janeiro, p. 53-114, 1992. (Há tradução para o português: O retorno dos naturalistas. **Cadernos de História e Filosofia da Ciência**, série 03, v. 8, n. 2, julho-dezembro, p. 27-108, 1998.)

KORNBLITH, Hilary. **Inductive inference and its natural ground**. Cambridge (MA): MIT Press, 1993.

KORNBLITH, Hilary. **Knowledge and its place in nature**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

KRIPKE, Saul. **Naming and necessity**. Oxford: Blackwell, 1980.

MACHERY, E.; O'NEILL, E. (Orgs.). **Current controversies in experimental philosophy**. Nova York/Abingdon: Routledge, 2014.

MARGOLIS, Eric; LAURENCE, Stephen. Concepts. *In*: ZALTA, Edward N. (ed.) **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. [2019]. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/sum2019/entries/concepts/>>. Acessado em: 10 Jul. 2020.

MATILAL, B. K. **Perception: an essay on classical Indian theories of knowledge**. Oxford: Oxford University Press, 1986.

MÜLLER, Felipe de matos; LUZ, Alexandre Meyer (Orgs.). **O que NÓS conhecemos? Ensaio em epistemologia individual e social**. Porto Alegre: Edipucrs/Editora Fi, 2015.

MURPHY, Dominica & BISHOP, Michael (Eds.). **Stich and his critics**. Sussex: Wiley-Blackwell, 2009.

NADO, J. (Org.). **Advances in experimental philosophy and philosophical methodology**. Londres/Nova York: Bloomsbury, 2016.

OSBECK, L. M.; HELD, B. S. (Orgs.). **Rational intuition**: philosophical roots, scientific investigations. Nova York: Cambridge University Press, 2014.

PLATÃO. **Fédon**. Coleção Os pensadores. São Paulo: Abril, 1972.

PUST, Joel. Intuition. *In*: ZALTA, Edward N. (ed.) **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. [2017]. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/sum2019/entries/intuition/>>. Acessado em: 10 jul. 2020.

PUTNAM, Hilary. **Philosophical papers** (Volumes I, II e III). Cambridge: Cambridge University Press, 1975/1975/1983.

QUINE. W. V. O. **De um ponto de vista lógico**. São Paulo: Unesp, 2011.

QUINE, Willard V. O. Dois dogmas do empirismo. *In*. QUINE. W. V. O. **De um ponto de vista lógico**. São Paulo: Unesp, 2011.

QUINE, Willard V. O. Epistemologia naturalizada. *In*: RYLE; AUSTIN; QUINE & STRAWSON. **Ensaio**. São Paulo: Abril Cultural, 1975a.

QUINE, Willard V. O. Espécies naturais. *In*: RYLE; AUSTIN; QUINE & STRAWSON. **Ensaio**. São Paulo: Abril Cultural, 1975b.

QUINE, Willard V. O. Five milestones of empiricism. *In*. QUINE. W. V. O. **Theories and things**. Cambridge (MA): Harvard University Press, 1981b.

QUINE, Willard V. O. **Theories and things**. Cambridge (MA): Harvard University Press, 1981.

QUINE, Willard V. O. Things and their place in theories. *In*. QUINE. W. V. O. **Theories and things**. Cambridge (MA): Harvard University Press, 1981a.

RITCHIE, Jack. **Understanding naturalism**. Stocksfield: Acumen, 2008.

RYLE; AUSTIN; QUINE & STRAWSON. **Ensaio**. São Paulo: Abril Cultural, 1975.

SAYRE-MCCORD, Geoffrey (Ed.). **Essays on moral realism**. Ithaca: Cornell University Press, 1988.

SHIEBER, Joseph. A partial defense of intuition on naturalist grounds. **Synthese**, v. 187, p. 321-341, 2012.

SORENSEN, Roy. Novice thought experiments. *In*: BOOTH, Anthony R; ROWBOTTON, Darrell P. **Intuitions**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

SOSA, Ernest. A defense of the use of intuitions in philosophy. *In*: MURPHY, Dominica & BISHOP, Michael (Eds.). **Stich and his critics**. Sussex: Wiley-Blackwell, 2009.

SOSA, Ernest. **A virtue epistemology: Apt belief and reflective knowledge**. Vol. I. Oxford: Oxford University Press, 2007.

SOSA, Ernest. Can there be a discipline of philosophy? And can it be founded on intuitions? *In*: CHRISTENSEN, David & LACKEY, Jennifer (Eds.). **The epistemology of disagreement: new essays**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

SOSA, Ernest. The epistemology of disagreement. *In*: HADDOCK, Adrian; MILLAR, Alan & PRITCHARD, Duncan (Eds.). **Social epistemology**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

SPERBER, D.; CLEMENT, F.; HEINTZ, C.; MASCARO, O.; MERCIER, H.; ORIGGI, G.; WILSON, D. Epistemic vigilance. **Mind & Language**, v. 25, n. 4, p. 359-393, 2010.

STARMANS, C.; FRIEDMAN, O. The folk conception of knowledge. **Cognition**, v. 124, n. 3, p. 272-283, 2012.

STICH, Stephen. Reflective equilibrium, analytic epistemology and the problem of cognitive diversity. *In*: DEPAUL, Michael R. & RAMSEY, William. **Rethinking intuition: the psychology of intuition and its role in philosophical inquiry**. Lanham: Rowman & Littlefield, 1998.

SWAIN, S.; ALEXANDER, J.; WEINBERG, J. The instability of philosophical intuitions: running hot and cold on Truetemp. **Philosophy and Phenomenological Research**, v. 76, n. 1, p. 138-155, 2008.

TUCKER, Chris. **Seemings and justification**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

TUCKER, Chris. Seemings and justification: an introduction. *In*: TUCKER, Chris. **Seemings and justification**. Oxford: Oxford University Press, 2013a.

WEINBERG, J. Experimental philosophy, noisy intuitions and messy inferences. *In*: NADO, J. (Org.). **Advances in experimental philosophy and philosophical methodology**. Londres/Nova York: Bloomsbury, 2016.

WEINBERG, Jonathan M. How to challenge intuitions empirically without risking skepticism, in **Midwest Studies in Philosophy**, XXXI, 2007. pp. 318-343.

WEINBERG, J. Humans as instruments. *In*: FISCHER, E.; COLLINS, J. (Orgs.). **Experimental philosophy, rationalism and naturalism**. Abingdon: Routledge, 2015.

WEINBERG, J.; ALEXANDER, J. The challenge of sticking with intuitions through thick and thin. *In*: BOOTH, A. R.; ROWBOTTON, D. P. (Orgs.). **Intuitions**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

WEINBERG, J., NICHOLS, S.; STICH, S. (WNS) Normativity and epistemic intuitions. **Philosophical Topics**, v. 29, n. 1/2, p. 429-460, 2001.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**. São Paulo: Edusp, 1993.

WILLIAMSON, Timothy. **Doing philosophy**. Oxford: Oxford University Press, 2018.

WILLIAMSON, Timothy. **The philosophy of philosophy**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDOW, James. Why don't philosophers do their intuition practice? **Acta Analytica**. Vol. 34, p. 257–269, 2019.

BAZ, Avner. **The crisis of method in contemporary analytic philosophy**. Oxford: Oxford University Press, 2017.

BEALER, George. O a priori. *In*: GRECO, John; SOSA, Ernest. **Compêndio de epistemologia**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

BEEBE, James R. (Ed.). **Advances in experimental epistemology**. Londres/Nova York: Bloomsbury, 2014.

BENGSON, John. Experimental attacks on intuitions and answers. **Philosophy and phenomenological research**. Vol. 86, No. 3, maio, p. 1-38, 2013.

BOGHOSIAN, Paul. Philosophy without intuitions? A reply to Cappelen. **Analytic Philosophy**. Vol. 55, No. 4, dezembro, p. 368–381, 2014.

BONJOUR, Laurence. **In defense of pure reason**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

BUCKWALTER, Wesley. Intuition fail: philosophical activity and the limits of expertise. **Philosophy and phenomenological research**. Vol. 92, No. 2, março, p. 378-419, 2016.

CAPPELEN, Herman; GENDLER, Tamar Szabó; HAWTHORNE, John (Eds.). **The Oxford handbook of philosophical methodology**. Oxford: Oxford University Press, 2016.

CAREY, Susan. **The origin of concepts**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

CASULLO, Albert; THUROW, Joshua C. (Eds.). **The A Priori in Philosophy**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

CHALMERS, David J. Intuitions in philosophy: a minimal defense. **Philosophical studies**. Vol. 171, p. 535–544, 2014.

CHAPMAN, Andrew; ELLIS, Addison; HANNA, Robert; HILDEBRAND, Tyler; PICKFORD, Henry W. **In defense of intuitions: a new rationalist manifesto**. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2013.

CHUDNOFF, Elijah. **Intuition**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

CLIMENHAGA, Nevin. Intuitions are used as evidence in philosophy. **Mind**. Vol. 127, No. 505, janeiro, p. 69–104, 2018.

DALY, Chris (Ed.). **The Palgrave handbook of philosophical methods**. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2015.

DEUTSCH, Max. **The myth of the intuitive**: experimental philosophy and philosophical method. Cambridge (Ma.): MIT Press, 2015.

GENDLER, Tamar Szabó. **Intuition, imagination, and philosophical methodology**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

GOLDMAN, Alvin I. Philosophical intuitions: their target, their source, and their epistemic status. **Grazer philosophische studien**. Vol. 74, No. 1, p. 1-26, 2007.

GUPTA, Anil. Definitions. *In*: ZALTA, Edward N. (ed.) **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. [2015]. Disponível em: < <https://plato.stanford.edu/entries/definitions/> >. Acessado em: 10 jul. 2020.

GUTTING, Gary. **What philosophers know**: case studies in recent analytic philosophy. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

HANNON, Michael. Intuitions, reflective judgments, and experimental philosophy. **Synthese**. Vol. 195, p. 4147–4168, 2018.

HAUG, Matthew C. (Ed.). **The armchair or the laboratory?** Abingdon: Routledge, 2014.

HINTIKKA, Jaakko. The emperor's new intuitions. **The Journal of Philosophy**. Vol. 96, No. 3, março, p. 127-147, 1999.

HORVATH, Joachim; GRUNDMANN, Thomas. Introduction: experimental philosophy and its critics, parts 1 and 2. **Philosophical Psychology**. Vol. 23, No. 3, junho, p. 283–292, 2010.

ICHIKAWA, Jonathan J.; JARVIS, Benjamin W. **The rules of thought**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

ICHIKAWA, Jonathan J. Virtue, intuition, and philosophical methodology. *In*: TURRI, John. **Virtuous thoughts**: the philosophy of Ernest Sosa. Dordrecht: Springer, 2013.

JACKSON, Frank. **From metaphysics to ethics**: a defense of conceptual analysis. Oxford: Oxford University Press, 1998.

KOKSVIK, Ole. Intuition and conscious reasoning. **The Philosophical Quarterly**. Vol. 63, No. 253, outubro, p. 709-715, 2013

KORNBLITH, Hilary. Appeals to intuition and the ambitions of epistemology. *In*: HETHERINGTON, Stephen. **Epistemology futures**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

KUNTZ, J. R.; KUNTZ, J. R. C. Surveying philosophers about philosophical intuition. **Review of Philosophy and Psychology**. Vol. 2, p. 643–665, 2011.

MACHERY, Édouard. **Doing without concepts**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

MACHERY, Édouard et al. Gettier across cultures. **Noûs**. Vol. 51, No. 3, p. 1-20, 2015.

MACHERY, Édouard. **Philosophy within its proper bounds**. Oxford: Oxford University Press, 2017.

MARGOLIS, Joseph. Venturing beyond analytic philosophy's "best" arguments to the implied inadequacies of its metaphilosophical intuitions. **The Southern Journal of Philosophy**. Vol. 51, No. 1, março, p. 97-111, 2013.

MARGOLIS, Eric; LAURENCE, Stephen (Eds.). **Concepts: core readings**. Cambridge (Ma.): MIT Press, 1999.

MARGOLIS, Eric; LAURENCE, Stephen (Eds.). **The conceptual mind: new directions in the study of concepts**. Cambridge (Ma.): MIT Press, 2015.

MEYLAN, Anne. Rationalité et affectivité des intuitions. **Philosophiques**. Vol. 44, No. 1, p. 31–47, 2017.

MURPHY, Gregory. **The big book of concepts**. Cambridge (Ma.): MIT Press, 2004.

NADO, Jennifer. Intuition, philosophical theorising and the threat of scepticism. *In*: FISCHER, E.; COLLINS, J. (Orgs.). **Experimental philosophy, rationalism and naturalism**. Abingdon: Routledge, 2015.

NADO, Jennifer. Philosophical expertise. **Philosophy Compass**. Vol. 9, No. 9, p. 631–641, 2014.

NADO, Jennifer. Philosophical expertise and scientific expertise. **Philosophical Psychology**. Vol. 28, No. 7, p. 1026–1044, 2015.

NADO, Jennifer. The intuition deniers. **Philosophical Studies**. Vol. 173, p. 781–800, 2016.

NADO, Jennifer. The role of intuition. *In*: SYTSMA, Justin (Ed.). **Advances in experimental philosophy of mind**. Londres/Nova York: Bloomsbury, 2014.

NAGEL, Jennifer. Epistemic intuitions. **Philosophy Compass**. Vol. 2, No. 6, p. 792–819, 2007.

NAGEL, Jennifer. Intuition, reflection, and the command of knowledge. **Proceedings of the Aristotelian Society**. Volume suplementar 88, p. 219-241, 2014.

NICHOLS, Shaun. Folk concepts and intuitions: from philosophy to cognitive science. **Trends in Cognitive Sciences**. Vol.8, No.11, novembro, p. 514-518, 2004.

NICOLI, Serena Maria. **The role of intuitions in philosophical methodology**. Londres: Palgrave Macmillan, 2016.

PUST, Joel. **Intuitions as evidence**. Abingdon: Routledge, 2000.

QUINE, Willard V. O. **Ontological relativity and other essays**. Nova York. Columbia University press, 1969.

RICHARD, Mark. Analysis, concepts, and intuitions. **Analytic Philosophy**. Vol. 55, No. 4, dezembro, p. 394-406, 2014.

- ROBINSON, Richard. **Definition**. Oxford: Oxford University Press, 1954.
- SCHUKRAFT, Jason. Carving intuition at its joints. **Metaphilosophy**. Vol. 47, No. 3, julho, p. 326-352, 2016.
- SEEGER, Max. Experimental philosophy and the twin earth intuition. **Grazer Philosophische Studien**. Vol. 80, p. 237–244, 2010.
- SEYEDSAYAMDOST, Hamid. Philosophical expertise and philosophical methodology: a clearer division and notes on the expertise debate. **Metaphilosophy**. Vol. 50, Nos. 1-2, janeiro, p. 110-129, 2019.
- SOSA, Ernest. Intuitions and meaning divergence. **Philosophical Psychology**. Vol. 23, No. 4, p. 419-426, 2010.
- SOSA, Ernest. Rational intuition: Bealer on its nature and epistemic status. **Philosophical Studies**. Vol. 81, p. 151-162, 1996.
- SYTSMA, Justin; BUCKWALTER, Wesley (Eds.). **A companion to experimental philosophy**. Oxford: Wiley Blackwell, 2016.
- TURRI, John. A conspicuous art: putting Gettier to the test. **Philosophers' imprint**. Vol. 13, No. 10, junho, p. 1-16, 2013.
- VALCARENGHI, Emerson Carlos. **Filosofia analítica tradicional vs. filosofia naturalista/experimental, intuição conceitual vs. conceptômetro**: quem vence a disputa? **Analytica**. Vol. 20, No. 2, p. 81-100, 2016.
- WEINBERG, Jonathan M.; GONNERMAN, Chad; BUCKNER, Cameron; ALEXANDER, Joshua. Are philosophers expert intuiters? **Philosophical Psychology**. Vol. 23, No. 3, p. 331-355, 2010.
- WRIGHT, Jennifer C. On intuitional stability: the clear, the strong, and the paradigmatic. **Cognition**. Vol. 115, p. 491–503, 2010.
- WRIGHT, Jennifer C. Tracking instability in our philosophical judgments: is it intuitive? **Philosophical Psychology**. Vol. 26, No. 4, p. 485-501, 2013.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br